

Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS

**UMA LEITURA HERMENÊUTICA DOS DISCURSOS SOBRE A
AMAZÔNIA NA “FOLHA DE SÃO PAULO” E “O ESTADÃO”**

MANAUS, AMAZONAS.
2011

Priscila Freire Rodrigues

**UMA LEITURA HERMENÊUTICA DOS DISCURSOS SOBRE A
AMAZÔNIA NA “FOLHA DE SÃO PAULO” E “O ESTADÃO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto

MANAUS, AMAZONAS.
2011

Priscila Freire Rodrigues

**UMA LEITURA HERMENÊUTICA DOS DISCURSOS SOBRE A
AMAZÔNIA NA “FOLHA DE SÃO PAULO” E “O ESTADÃO”**

Banca de Defesa realizada no Núcleo de Estudos e Pesquisa Social - NEPS, da
Universidade Federal do Amazonas, em 17 de março de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto

Presidente

Prof. Dr. Marcelo Seráfico

Membro

Prof. Dra. Maria Luiza Ugarte

Membro

MANAUS, AMAZONAS.

2011

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, **MARIA CONCEIÇÃO FREIRE**, por todo amor incomparável e o verdadeiro pilar de minha sustentação física e espiritual.

Ao professor orientador **Renan Freitas Pinto** por sua seriedade e apoio que me inspiram a ser sempre uma profissional melhor.

À **Marluce** arquivista/secretária do Programa de Pós-graduação em Sociologia pelo carinho, o ótimo tratamento e a atenção em todas as horas.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

Aos colegas e às colegas de Mestrado Rosimay Corrêa, Andréa, Elder, Daswanny e Elaine pelo aprendizado constante.

Às amigas, Patrícia, Suzete, Jacinta e Conceição pelo companheirismo e diverso apoio.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

Rodrigues, Priscila Freire. Uma leitura hermenêutica dos discursos sobre a Amazônia na “Folha de São Paulo” e “O Estadão”. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia.

Esta pesquisa é um ensaio de reflexão hermenêutica a partir da leitura de artigos dos jornais “Folha de São Paulo” e “O Estadão”, onde identificamos os discursos que projetam uma visão da região amazônica. Os jornais de nossa análise são representativos no âmbito das divergências entre a produção dos discursos nas esferas internacional, nacional e local que acentuam ainda a interpretação das regionalizações. A análise foi desenvolvida a partir das leituras de Gadamer (2008, 2009) e Ricoeur (2008) como aporte teórico-metodológico de interpretação, tradução e compreensão. A seleção dos artigos foi realizada pelo acesso ao sítio dos jornais na internet e em alguns exemplares impressos. Caracterizamos tipologias de ideias e/ou representações sobre a região amazônica. O olhar sociológico pelas teorias hermenêuticas realizou uma leitura de compreensão crítica para reaver questões e suscitar novos olhares de análise de ideias cristalizadas, em nível nacional e global. A análise dá conta que a visão predominante sobre a Amazônia é enquanto natureza. O conceito e/ou representação de natureza é representada em diferentes expressões. A partir de tipologias aí criadas, conferimos que Amazônia é situada em um contexto amplo e de tensões no qual as interpretações sobre a região desvelam visões, representações e ideias de um lugar ainda a ser explorado em vários sentidos.

Palavras-chave: hermenêutica, sociologia, Amazônia, “Folha de São Paulo”, “O Estadão”.

ABSTRACT

Rodrigues, Priscila Freire. A hermeneutic reading of the speeches about the Amazon on “Folha de São Paulo” and “the Estadão”. Dissertation of master's degree. Course of Master's degree in Sociology.

This research is an essay of hermeneutic reflection from article's reading of the newspapers “Folha de São Paulo” and “O Estadão”, where we identified the speeches that projected a vision of the Amazon region. The newspapers of our analysis are representative in the scope of the divergences between the speeches' production in the international's spheres, national and local that even accent the interpretation of the regionalization. The analysis was developed from the readings of Gadamer (2008, 2009) and Ricoeur (2008) as theoretician- methodology of of interpretation, translation and understanding. The election of articles was carried out by sampling, for the access to newspapers' site in the Internet and some printed units. We characterized types of ideas and/or representations on the Amazon region. The sociological look for the hermeneutic theories carried out a reading of critical understanding to recover questions and to excite new looks of analysis of crystallized ideas, in national and global level. The analysis elucidate that the predominant vision of the Amazon is a nature matter. The concept and/or representation of nature are represented in different expressions. From the types created there, we confer that Amazon is situated in an ample context and of tensions in which the interpretations on the region reveal views, representations and ideas about a place to be explored in several aspects.

Word-key: hermeneutics, sociology, Amazônia, “Leaf of São Paulo”, “the Estadão”.

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Rodrigues, Priscila Freire

R696l Uma leitura hermenêutica dos discursos sobre a Amazônia na
“Folha de São Paulo” e “O Estadão” / Priscila Freire Rodrigues. -
Manaus: UFAM, 2011.
117 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal
do Amazonas, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto

1. Hermenêutica 2. Análise do discurso 3. Jornalismo I. Pinto,
Ernesto Renan Freitas (Orient.) II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título IV.

CDU 070:22.06(043.3)

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	03
CAPÍTULO I – Interpretação de texto e um olhar sociológico a partir da hermenêutica	17
1.1 – A leitura dos jornais.....	19
1.2 – Os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estadão”, um breve histórico.....	24
1.3 – O texto do jornal como discurso.....	29
1.4 – A hermenêutica do discurso.....	33
CAPÍTULO II – Por uma compreensão crítica	39
2.1 – Os elementos do texto de acordo com Ricoeur.....	40
2.2 – O aspecto da veiculação ideológica.....	46
2.3 – Olhar sociológico, interpretação e crítica.....	52
2.4 – Reflexão hermenêutica das ideias a partir do texto do jornal (O contexto no texto).....	55
CAPÍTULO III – Interpretações da Amazônia: por uma hermenêutica dos artigos dos jornais	62
3.1 A hermenêutica do discurso: a interpretação da Amazônia como natureza.....	65
3.2 A Amazônia pelos especialistas da natureza.....	70
3.3 O desmatamento, a degradação ou o silenciamento da floresta.....	75
3.4 A globalização da Amazônia nas revistas científicas.....	80
3.5 A Amazônia e o olhar global.....	83
3.6 A Amazônia brasileira e as outras <i>Amazônias</i>	91
3.7 Relação sociedade/natureza e os povos amazônicos.....	92

3.8 Do evento à significação: a leitura dos conflitos socioambientais.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	118

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar uma compreensão de Amazônia a partir da leitura de jornais foi uma ideia que surgiu primeiramente no sentido de perceber que diferentes formas de explicação sobre a região constantemente estão presentes como temas correntes em nosso cotidiano. Muitas são as profusões de ideias, opiniões, interpretações que circulam entre nós quando se trata tematicamente a Amazônia. A construção do objeto para o interesse de pesquisa emergesse vários caminhos abertos para uma compreensão da região amazônica que, em face dos muitos questionamentos, convergiu para uma interpelação de como se interpreta a Amazônia.

A interpelação em relação aos outros olhares sobre a interpretação da região amazônica foi se tornando uma interrogação voltada ao próprio olhar como um desafio de encontrar-se em meio às ideias e interpretações, não apenas convergentes nem somente concorrentes, mas que também se tornam propostas de representação e apresentação da Amazônia.

Decorrente dessas reflexões o interesse da pesquisa voltou a questionar os outros olhares e buscou nos jornais mais que uma fonte de circulação de ideias, mas o próprio jornal como o lócus de pesquisa. A Amazônia como um tema recorrente nos meios de comunicação passa-nos inclusive como uma notícia, um tema, assim familiar, mas ao mesmo tempo em que inserido numa dimensão global.

Ao pensar na interpretação da Amazônia nos artigos de jornais, a leitura hermenêutica se apresenta como um caminho de pesquisa ao encontro dos textos e das ideias, e ao encontro das ideias, opiniões, representações no texto. Nesse sentido, os textos, que aparentemente possam circular como ideias comuns, nos jornais já são expostos como

objetos de uma interpretação hermenêutica. A hermenêutica como aprofundamento da compreensão das ideias e interpretações que possibilita uma análise de aproximação e questionamento de conceitos e modos de concebê-los sem confundi-los como definições, que nos remetem a formas consolidadas de entender a realidade social.

Os textos dos jornais foram, portanto, apreendidos enquanto artigos tal qual a produção do texto inserido em um processo de comunicação e igualmente de construção do olhar interpretativo. É na perspectiva da interpretação que tais artigos, não somente enquanto textos se revelam para nós, mas primordialmente enquanto discursos. Desse modo, analisar os textos como discursos sobre a região amazônica em artigos de jornais suscita-nos pensar quais questões neles é possível desvelar. Se a Amazônia suscita um campo de reflexões divergentes, homogeneizadoras, ideias e representações, interessa-nos identificar e analisar (em que implicam) tais discursos voltados para a região amazônica e quais as suas possíveis implicações e consequências.

Constitui-se em elemento representativo para nós o que é e como é veiculado nos jornais de grande circulação no país. De maneira que escolhemos os jornais “Folha de São Paulo” e o “Estadão”, que são meios de comunicação provenientes da região sudeste com um reconhecimento expressivo de muitos leitores também nas demais regiões. Bem como, representativos em uma visão geopolítica hegemônica em que as regiões sul e sudeste do país são marcos de profunda diferença regional em vários sentidos. As divergências entre a produção dos discursos nas esferas nacional e local, que colocam em choque, por exemplo, as diferenças socioeconômicas do país – o Sul e o Sudeste desenvolvidos, amplamente inseridos no mercado global e o Norte atrasado, como um peso sob vários pontos de vista.

Também a dimensão global se constitui nos meios de comunicação como os jornais. A “Folha de São Paulo” e O “Estadão” são jornais também conhecidos no exterior. Assim,

no campo de produção de significações da Amazônia, os discursos produzidos em âmbito global de preservação/conservação *da natureza* e também de preservação/conservação *da cultura*, redefinem as representações nacionais e locais da Amazônia.

Os discursos nos artigos dos jornais buscam constituir sempre uma leitura atual, e uma forma de texto que reflete uma verdade. O foco, pois, sobre os discursos nesse contexto de como a Amazônia é representada figura como um lugar comum a ser, portanto, explorado, analisado e reinterpretado criticamente. Dessa maneira, é interessante perceber os reflexos em âmbito nacional que compreendem formas de inserção da região amazônica em face de processos sociais e mudanças culturais.

O interesse pelo tema perpassa assim uma esfera que tange o perceber-se em uma determinada visão que primeiramente se incomoda com olhares que homogeneízam a região amazônica em uma representação naturalizada das dimensões que a singularizam. E, a seguir, na medida em que, diante de ideias que se tornaram lugar comum, procura-se desenvolver um olhar crítico sobre elas.

O porquê da leitura dos jornais, portanto, se consolidou principalmente no sentido de que o conteúdo jornalístico, mesmo não sendo considerado como fonte oficial (relatórios de pesquisa, documentos governamentais, dossiês), é representativo de uma produção de observação, investigação, etc., que toda produção textual envolve. Buscar nessa produção textual de conteúdo jornalístico sobre a Amazônia é em um primeiro momento uma leitura rica em informação que diariamente percorre o mundo. Nessa perspectiva, a visibilidade não é necessariamente facilidade de compreensão temática, pois, mesmo quantitativamente a temática amazônica se complexifica em face do texto não apenas de informação, mas de cunho inclusive de especialidade científica. Assim, nos voltamos para uma apreensão do

texto do jornal em seus diversos aspectos como texto objetivo, texto de veiculação ideológica, como texto narrativo sendo ele próprio a via de investigação aqui construída.

Com a reflexão sobre a região amazônica, para além de um espaço físico-geográfico, as ideias, representações, visões, que em tais jornais podíamos nos deparar em relação à região é assim um contexto de muitas análises a serem também problematizadas. A Amazônia é posta em foco nos diversos meios de comunicação e isso amplia o alcance e o poder de penetração dos discursos que a ressaltam como uma região de relevância para o mundo. Ela é assim representada como uma região de identidade geográfica muito forte e de múltiplas significações.

Neste aspecto a região amazônica está no rol dos processos de mudanças sociais e culturais que a (re)configuram enquanto discurso e a modificam não apenas fisicamente, mas também simbolicamente.

Ao especificarmos os discursos dos artigos nos jornais “Folha de São Paulo” e “Estadão” sobre a região amazônica temos em vista a problematização pelo próprio tema e a possibilidade de um diálogo crítico. Buscamos apreender uma leitura crítica ao mesmo tempo compreensiva das abordagens que os artigos de jornais tratam sobre a Amazônia.

Os discursos no contexto de criação das ideias circulam muito rapidamente nos meios de comunicação e refletem desde o âmbito mundial até o local e expõem fatos como questões prementes, recriam contextos como fatos, etc. e nestes, o foco sob a Amazônia redefine a visão geográfica sobre a região. Quais aspectos estão sendo enfatizados, quais elementos agregados; como está sendo representada, idealizada; e o que há a desvelar nesses discursos? Não se trata de pensar a importância da Amazônia no mundo, mas de nos colocarmos outro questionamento sobre as invenções das relevâncias; sobre a imposição e as omissões dos discursos. Nesse sentido, nos parece relevante pensar criticamente a

Amazônia a partir das interfaces que a expõem enquanto tema e problemática social em larga abrangência mundial.

Em tais questões entendidas como passíveis de uma investigação sociológica temos o intuito de analisar a Amazônia, como um dos temas globalizados e uma das questões pertinentes, na maneira como ocorre no âmbito dos discursos, ou melhor, entender como os jornais a apresentam de uma forma e não de outra. Nessa perspectiva analisar quais os elementos agregados ou mesmo omitidos sobre a Amazônia e que ganham uma dimensão planetária. Assim, nos propomos a um ensaio teórico com o objetivo de identificar e analisar os discursos nos artigos dos jornais “Folha de São Paulo” e o “Estadão” sobre a Amazônia que se refletem no âmbito nacional relacionando-os com a produção do conhecimento científico. Tentar produzir, pois, uma contribuição à compreensão da Amazônia entre os tantos saberes produzidos.

A leitura teórica da hermenêutica como um caminho possível de nossa proposta de investigação sociológica nos orientou na perspectiva de uma leitura interpretativa e crítica. No sentido de apreender a hermenêutica como um caminho teórico e metodológico a partir das leituras de Gadamer (2008, 2009) e Paul Ricoeur (2008) em que esses autores nos expõem como forma de proceder à interpretação.

Os desafios de uma leitura teórica densa, a da perspectiva hermenêutica a partir de autores da filosofia, significaram muitas reflexões primeiramente em termos de proposta de análise. Porque partir desses autores e não de outros, porque a interpretação hermenêutica e como constituir ao mesmo tempo uma leitura crítica... Na verdade, primeiro se tratava dos desafios pessoais por estar diante de uma leitura que se fez nova. Inquietar-se com os olhares sobre a Amazônia não era o suficiente para a proposição investigativa. A compreensão do sentido e do fazer interpretativo exigiam constantemente mais

questionamentos do que respostas. Olhar para a produção textual do sudeste sobre a região amazônica não implica apenas no distanciamento textual. Mas a leitora situada e contextualizada em face das produções de ideias por olhares regionalizados implica também no distanciamento, como um conceito hermenêutico, e ao mesmo tempo aproximação, como um procedimento metodológico, dos próprios pré-conceitos regionalizados.

O questionamento de como se interpreta, representa e apresenta a Amazônia nos artigos dos jornais da região sudeste do país sempre esteve envolto de muitos aspectos simbólicos, subjetivistas, enfim, elementos das ideias prévias. Com a perspectiva hermenêutica gadameriana desde os primeiros momentos de “pré-ideias”, os pré-conceitos, já é parte do processo de investigação científica. Apreendendo essa proposição as inquietações iniciais se tornaram em reflexões e novos questionamentos no procedimento da pesquisa.

A proposta pela hermenêutica enveredando-se pelo cunho sociológico da leitura dos jornais constitui-se para nós orientação e análise, compreensão e interpretação e principalmente diálogo no sentido de esclarecer um assunto, em tornar inteligível nossa análise. Nessa perspectiva o texto constitui-se em problema de análise sociológica.

Quando pensamos em situar algo em um contexto, este é primordialmente histórico, onde é possível apreender de um texto como uma produção histórica. Desde Schleiermacher se acentua que algo precisa ser desvelado na medida em que se busca algo a ser entendido, já que a atividade da compreensão se encontra sempre diante de um mal-entendido. Pode ser que desde aqui uma questão seja a relação de unidade entre interpretação e compreensão; para o que nos interessa no sentido de uma perspectiva sociológica de refletir, pois, sobre tal perspectiva, e desta em relação a uma apropriação de

análise do texto, bem como, o que há por *desvelar* na análise do texto. Assim, o *desvelamento* é uma categoria de interpretação hermenêutica aqui utilizada.

Por uma questão sociológica em face desse contexto, ainda inicial, uma problematização possível se encontra na relação do texto como o outro (objeto) a ser investigado e analisado. Já a partir daqui vemos que o texto como produção histórica, de sujeitos históricos, com a intenção objetiva de dizer algo (confirmar, contestar, indagar, etc.) não pode ser visto como simplesmente um objeto passivo, por ser manipulado como texto, uma coisa simplesmente material. Aqui se inscreve uma primeira aproximação possível, ou porque não, evidente, da hermenêutica para uma problematização sociológica.

O desvelamento no modo como o apreendemos é desenvolvido em diferentes níveis. Assim, o texto é uma problematização do estudo sociológico. O texto é o outro que em um primeiro nível buscamos desvelar. O que pode ser questionado num primeiro momento, entre muitos questionamentos, é o caminho a ser traçado nessa perspectiva. Pretende-se, pois, buscar vias possíveis onde as diferentes visões teóricas possam estabelecer uma coerência de análise por um intento, que se acredita ser comum, o de uma leitura de uma dada realidade social. Aqui, interessa-nos uma leitura de interpretação sociológica e compreensão crítica dos textos que se convertem em discursos.

A compreensão transcorre do todo para as partes e das partes para o todo, um princípio antigo da dialética; o chamado círculo da compreensão no qual a ideia é a da “unidade do sentido compreendido” (GADAMER, 2009, 72). Esta unidade corresponde à concordância entre as partes e o todo para que ocorra a compreensão. Schleiermacher diferencia nesse movimento um aspecto objetivo e outro subjetivo onde a compreensão só se realiza no todo objetivo ou subjetivo.

Dilthey, nessa teoria pensa em uma estrutura da compreensão onde um ponto médio seria o encontro entre o objetivo e o subjetivo e nele se daria a compreensão do todo. Com isso, afirma Gadamer (2009, 73), Dilthey “transfere para o mundo histórico (...) um princípio fundamental de toda interpretação: que é preciso compreender um texto a partir de si próprio”. O texto compreende sua objetividade e àquele que busca entendê-lo deve estar aberto a tal compreensão quanto ao que o outro diz. A questão não é simplesmente objetividade ou transferências de subjetividades, mas a possibilidade de sentido compreensível que aí se move.

É tarefa de a hermenêutica esclarecer como ocorre a compreensão que ela chama ainda como “participação num sentido comum”, posto que “o objetivo de todo entendimento e compreensão é o acordo quanto à coisa” (GADAMER, 2009, p. 73). Uma afirmação que já impõe um tipo de postura hermenêutica, mas ainda sem um completo entendimento dela.

Avançando sobre esse tema, o círculo da compreensão, de acordo com Gadamer se referindo a Heidegger, orienta que a atividade de interpretação não deve se guiar pela posição prévia. Orientação pela qual nos adverte que sempre há condições prévias diante de um texto, dentre as quais nossas próprias expectativas pelo que iremos encontrar. É quando um sentido do todo é projetado, também um projeto prévio que constantemente é revisado à medida que se aprofunda no texto, a interpretação prévia passa a se tornar mais consolidada, com conceitos cada vez mais adequados. Gadamer (2009, 75 e ss.) afirma ser este “o movimento semântico de compreender e interpretar”. Pode-se obter como um aspecto importante do círculo hermenêutico uma contribuição inicial para a análise, a qual nos confere a complementaridade do interpretar e do compreender, onde a relação de ambos já constitui um procedimento de reflexão.

Ao se expor o texto como problematização sociológica tem-se como contribuição importante à posição prévia que orienta a atitude diante do texto, mas não define tal orientação, nem a cristaliza porque busca o entendimento mais seguro ao qual se pretende chegar. A questão de onde provém a posição prévia nos coloca diante do por que o texto pode ser tomado como um problema. O texto como discurso pressupõe antes, as experiências sociais. O texto, como sua problematização sociológica ao ser submetido à interpretação, nos liga a questões da realidade social. Mas não significa ser o texto a realidade, e ao mesmo tempo em que também não é simplesmente uma representação dela. O que o texto nos possibilita pensar sociologicamente é uma condição da realidade social. Contudo, o desvelamento do texto ainda não se dá aí. A aproximação da hermenêutica amplia nossos pensamentos, com o fato de percebermos que há um “espaço” entre o texto e a realidade.

Entendemos aí que a análise sociológica tem uma grande abertura ao partir da hermenêutica pelo menos em dois aspectos que consideramos importantes. Primeiro, no sentido de propor uma ótica diferente de análise, porque em tal “espaço” entre o texto e a realidade as várias dimensões da leitura do jornal se tornam em fontes palpáveis de interpretação sociológica. O segundo aspecto, é a apresentação de uma via não convencional no entendimento e conhecimento sobre a Amazônia nos conteúdos dos artigos dos jornais. E, ao optarmos pela “Folha de São Paulo” e o “Estadão”, e não outros ou os periódicos locais, buscamos de fato o exercício dialético da hermenêutica de distanciamento e aproximação – das ideias que assimilamos, das representações que apreendemos, dos conceitos que aprendemos, das visões que aceitamos e ao mesmo tempo das ideias, representações, conceitos e visões que podemos rejeitar.

Nossos procedimentos de pesquisa seguiram primeiramente a leitura teórica dos autores principais, Gadamer e Ricoeur, para refletir como um todo o desenvolvimento do texto dissertativo. Bem como a leitura específica de bibliografia sobre a Amazônia foi realizada a partir de autores e autoras locais. Em seguida, foram realizadas as análises nos artigos dos jornais, nos periódicos já referidos – “Folha de São Paulo” e o “Estadão” – no período de 2007 a 2010, recorte que optamos por uma proximidade com questões postas na atualidade. A seleção dos artigos foi feita de maneira aleatória considerando em cada periódico o todo dos seus conteúdos, pelo acesso aos sítios dos jornais na internet, o que facilita e agiliza a pesquisa, e algumas edições impressas. A pesquisa foi realizada pela busca com palavras-chaves nos sítios de ambos os periódicos no dispositivo de “busca geral”, e no caso de algumas edições também impressas no jornal “Folha de São Paulo” ocorreu pela seleção de artigos sobre a região amazônica, do mesmo modo considerando o periódico em todos os seus conteúdos.

A leitura dos artigos selecionados também esteve orientada no sentido da interpretação do discurso. O conceito de discurso constituiu um instrumento importante em nossa análise, na medida em que, de acordo com Souza (2006, 17) “o discurso é essa conjugação necessária da língua com a história, produzindo a impressão de realidade”. “O discurso não é apenas manifestação imediata do pensamento, mas já pressupõe reflexão. E isso vale tanto mais para o que foi fixado por escrito, portanto, para todos os textos. (...) Todo discurso e todo texto possuem uma referência fundamental à (...) hermenêutica” (GADAMER, 2008, 259).

Na consideração ao discurso, o aspecto ideológico dos artigos dos jornais é no sentido da perspectiva da ótica sociológica sob as visões, idealizações, representações veiculadas sobre a região amazônica. A ideologia, não apenas no sentido das falsas ideias,

como uma noção mais corrente, mas na medida do possível seguindo os traços do fenômeno ideológico na descrição de Ricoeur (2008, p. 77 e ss.) no sentido de ser representação e encenação, de dinamismo, de ser simplificadora e esquemática, não-transparente, e dissimuladora.

O conceito de ideologia como ideias invertidas proveniente da Sociologia Clássica com a afirmação de Marx sobre a deformação da realidade na sociedade capitalista é lembrado no sentido da crítica da ideologia. Nessa perspectiva uma leitura dos acontecimentos do presente nos orienta para a compreensão de que, em face do texto, também nos deparamos com o aspecto da contradição ou mesmo do conflito de ideias. Na medida em que nos situamos no mesmo momento histórico de nossas leituras, compartilhamos inclusive ideias, representações e opiniões semelhantes sobre a região amazônica. O distanciamento e a aproximação são necessariamente mediados pelo sentido da crítica à ideologia. Os componentes ou os traços do fenômeno ideológico os quais Ricoeur (2008) chama a atenção estão aqui para conferir o questionamento crítico deste autor a um suposto estatuto não ideológico da produção de conhecimento científico. Nesse sentido, tanto o consenso quanto à contradição/conflito devem ser elementos em face de uma possível postura hermenêutica.

A questão dos traços ideológicos amplia a perspectiva de percepções no modo como se representa e se pensa a Amazônia nos artigos dos jornais. O caráter mundial e nacional em que a região amazônica ganha expressão é uma dimensão em que o aspecto ideológico é exposto com os textos jornalísticos. É ainda algo que nos chama a atenção para as mediações entre o aspecto histórico e as expressões da linguagem. Assim, a interpretação que ganhou forma pela tinta dos cronistas e autores de relatos, formaram muitas ideias e

interpretações que ganharam a dimensão de um imaginário amazônico, sempre retomadas no presente.

A elucidação das ideias tem também o caráter, como afirma Habermas (2009) de que não existe apenas uma unidade da palavra e coisa, mas também a de uma conexão entre estrutura linguística e concepção de mundo. A elucidação das ideias passadas e presentes que tem sido exposta para representarem ou identificarem a Amazônia é principalmente no sentido do desvelamento em que é possível o sentido da compreensão.

“Todo conhecimento humano do mundo é mediado pela linguagem”, e em um sentido mais amplo, “toda experiência realiza-se numa constante ampliação comunicativa de nosso conhecimento do mundo” (GADAMER, 1999, p. 136). Não me parece que nessa perspectiva seja necessário discutir a emergência da Amazônia no âmbito global contemporâneo, mas o sentido ou os sentidos num mundo globalizado em que as questões principalmente socioambientais a ela ligadas entram em pauta de tipos de desenvolvimentos nacionais. A comunicação mundial que é possível através dos artigos dos jornais como A Folha de São Paulo e o Estadão encerram assim problemáticas sociológicas diante dos diferentes posicionamentos e percepções sobre a Amazônia como tema de projeção mundial.

Nosso interesse enfim, pela leitura e análise dos artigos dos jornais A Folha de São Paulo e o Estadão, o direciona para além de um periódico de informação e notícias, mas o percebe enquanto várias expressões da linguagem em articulação com a dimensão do tempo histórico. Nos aspectos mais amplos em que é possível abordá-lo como texto objetivo, histórico, de veiculação ideológica, etc., nos modos como apresentam a região amazônica.

Assim, pontuamos com mais delimitação como se norteia nossa investigação. Sendo o primeiro ponto a chamarmos a atenção é que a escolha de dois jornais da grande

imprensa, que não por acaso, são tidos como expressões nacionais. Como jornais de grande prestígio e pertencentes a fortes grupos econômicos na região sudeste do país, os diversos conteúdos não estão desvinculados de um campo de tensão na realidade social, geralmente caracterizado por polaridades. E, pontuando ainda, que o poder de penetração desses jornais em setores influentes é efetivamente forte nos meios das esferas sociais.

As razões pelas quais limitamos o período de 2007 a 2010 não são tão somente arbitrárias como possam parecer. Esse recorte de tempo, primeiro nos possibilita uma proximidade maior com a dimensão das ideias que se apresentam como expressões mundiais atuais. Bem como uma aproximação das representações que circulam como ideias comuns e vistas como representações ou identificações novas ou do presente sobre a região amazônica. Nessa perspectiva, podemos nos situar em uma leitura do presente no sentido de desmistificar ideias e representações tidas como contemporâneas.

Nossa intenção de estudo significa também uma via ao menos diferenciada de análise sociológica, para uma compreensão da Amazônia, no sentido de que se buscou pela perspectiva hermenêutica um olhar investigativo e crítico. Trata-se de uma abordagem ensaísta, pode-se dizer, mas com reflexões de interpretação teórica que visaram uma leitura da Amazônia em diversos aspectos. Um destes foi o de perceber distintas Amazônias e como elas estão representadas nos diferentes discursos, como a dos especialistas do conhecimento científico. Bem como, o fato de que as concepções sobre a Amazônia são representadas como de caráter nacional, ou seja, de que o modo como nós mesmos pensamos e representamos a região, não difere essencialmente, ou profundamente, do modo ou modos como se pensa sobre ela em termos de Brasil em suas mais diferentes regiões e populações.

O texto dissertativo está estruturado em três capítulos, cada um contendo subtítulos. O primeiro capítulo aborda a leitura teórica sobre a hermenêutica considerando as afirmações de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur. A partir da perspectiva hermenêutica se desenvolve uma reflexão e análise acerca das possibilidades de leitura dos textos de jornal.

O segundo capítulo está direcionado pela discussão em torno da teoria hermenêutica de Paul Ricoeur. Ressaltam-se os elementos do texto onde se destaca o aspecto da ideologia. Exploramos uma possível caracterização dos artigos de jornais como textos também de veiculação ideológica.

É trabalhada ainda uma abordagem que já inicia uma leitura crítica a partir da hermenêutica em torno das ideias, representações sobre a Amazônia, na medida em que o aspecto histórico delinea questões antes retomadas que propriamente novas.

O terceiro capítulo compreende a análise dos conteúdos dos artigos dos jornais selecionados ao longo da pesquisa. Com o olhar interpretativo hermenêutico se abordam questões sociológicas no que tange as representações, ideias, sobre a região amazônica. Os artigos dos jornais são considerados em conjunto e em destaque estão algumas partes do conteúdo jornalístico com a devida identificação de seus respectivos jornais.

CAPÍTULO I – Interpretação de texto e um olhar sociológico a partir da hermenêutica

A hermenêutica é simplesmente entendida pelo senso comum como o correspondente à interpretação e mesmo como seu sinônimo. Também mais comumente aprendemos que o termo vem de Hermes, o deus da mitologia grega que servia de mensageiro interlocutor entre os deuses e estes e os humanos. São noções mais ou menos soltas, quer dizer, sem referências precisas. Hans-Georg Gadamer (2008, 2009) nos leva a necessidade de buscarmos mais profundamente o seu entendimento, na medida em que na busca histórica da palavra e do conceito, a hermenêutica percorre um longo caminho de formação filosófica. Ao retomar desde os clássicos da Filosofia como Platão e Aristóteles para o início de um diálogo, sua perspectiva retoma também um precedente ainda importante, qual seja, é preciso começar do início. Um início que se recria temporalmente, o que aqui interessa buscar em Gadamer para um início de um diálogo como possibilidades de caminhos abertos no qual a ciência é uma expressão hermenêutica. Se partir do momento presente não prescinde da força do passado, apreendemos (mesmo que ainda inconscientes) com uma atitude hermenêutica que a história não é um momento. Assim, a interpretação hermenêutica está em aberto, vários elementos tem que ser considerados, de onde estou lendo, para quem, por que, para que... Questionamentos com os quais nos deparamos quando diante de um texto ou diante da fala, em uma conversa ou discussão, onde sempre estamos estabelecemos uma relação.

Paul Ricoeur (2008, p. 23) nos apresenta o problema hermenêutico ao conduzir a reflexão da compreensão e explicação diante do texto. A definição de hermenêutica não prescinde dessas duas atitudes em separado. Ela “é a teoria das operações da compreensão

em sua relação com a interpretação do texto”. O primeiro lugar da hermenêutica é o da linguagem, a da escrita em especial, para o qual chama a atenção o caráter da polissemia, e ao contexto no qual ocorre, onde entra em questão o discernimento. A “atividade de discernimento é propriamente, a interpretação” (RICOEUR, 2008, 25). A escrita demarca e delimita o amplo movimento das mensagens trocadas. A problemática da hermenêutica encontra-se na questão da linguagem, a linguagem do texto, posto que, nele se constitui uma espécie de distanciamento entre o real e o mundo do texto.

Ricoeur e Gadamer propõem caminhos diferenciados para uma teoria hermenêutica, mas ambos possibilitam traços importantes para a reflexão hermenêutica, na medida em que aqui podem possibilitar uma leitura da realidade social em seu caráter de diferentes possibilidades em face das dimensões de um texto. Ambos os autores são as referências teóricas em busca de uma hermenêutica dos artigos dos jornais que tratam sobre a Amazônia. A interpretação desses textos se pauta na perspectiva do olhar sociológico que põe em questão os significados das interpretações dos contextos amazônicos. As teorias de Gadamer e Ricoeur são assim tomadas como um encontro hermenêutico da compreensão de textos que se convertem em discursos por meios de comunicação públicos como os jornais.

Os artigos em jornais de grande circulação no país são modos de discursos que refletem uma dimensão mais ampla da produção de significações. Quando pensamos que a Amazônia suscita um amplo campo de reflexões divergentes ligadas a posicionamentos e interesses diversos, estas se espraiam como ideias, representações, invenções também como produções simbólicas de uma dada realidade histórico-social. Diante desses aspectos é preciso entender quais os elementos ao se considerar diante do texto e de que modo se configura aí uma comunicação que nos exige uma postura de interpretação hermenêutica.

1.1 A leitura dos jornais

A primeira aproximação dos artigos dos jornais é sempre no sentido de informar-se. Mas a apropriação dos textos de jornais é orientada no sentido do entendimento. Nesse sentido também há a possibilidade do não entendimento. Em tais procedimentos a hermenêutica não é apenas procedimento teórico, é também prática em um sentido abrangente.

Gadamer (2009, pp. 349, 350) observa que desde o final do século XVIII a hermenêutica era uma palavra corrente e em alguns autores designava a faculdade prática de compreender. Mas, desde Schleiermacher, o sentido da compreensão não se limita ao trato com o texto, “mas também no trato com as pessoas”. A contribuição desse autor para uma nova compreensão hermenêutica não a limitou a um sentido de método, mas a elevou a uma condição da competência humana. Uma das contribuições importantes da hermenêutica é no sentido de que assim compreendemos que não se trata da sua aplicação em relação àquilo que é possível compreender, mas a toda compreensão. Desse modo observamos também o texto do jornal para além da escrita, isto é, enquanto àquilo que é dito. Como na relação entre duas pessoas que dialogam, “a hermenêutica pode ser definida justamente como a arte de trazer novamente à fala o dito ou o escrito” (GADAMER, 2009, p. 354), aqui o texto do jornal é o outro que do mesmo modo se posiciona.

Para Gadamer (2009, p. 359 e ss.) a hermenêutica não é apenas uma forma de saber, mas a arte da compreensão. Não adianta apenas saber que se sabe é preciso saber onde e como se aplica. Diante disso a tarefa hermenêutica exige uma competência que ultrapassa a condição de decifração de signos ou codificação. A competência hermenêutica transcende a obra dada “à medida que a interpretação cria e estabelece novas realidades”.

A hermenêutica pode-se dizer, é simples por ser uma forma de saber, mas ao mesmo tempo complexa por ser uma competência na forma da compreensão do outro. Desde Schleiermacher essa arte é o que buscamos entre as palavras daquele que fala ou entre as linhas do texto que é lido.

Muitas são as possibilidades de compreender o texto escrito, porque muitas são as possibilidades de leitura (RICOEUR, 2008). No romantismo alemão isto está inserido na capacidade de compreensão [que] “é a faculdade fundamental da pessoa, que caracteriza sua convivência com os demais, atuando, sobretudo, pela via da linguagem e do diálogo” (GADAMER, p. 381). Essa é uma questão interessante no sentido de que a leitura é uma forma de criar relação e um modo de convivência com as ideias de cada época. A leitura dos jornais nos envolve em determinadas questões com as quais inclusive nos familiarizamos, porque compartilhamos de um mesmo modo de entendimento de argumentos. Contudo, a questão hermenêutica não se limita ao entendimento possível, mas como é possível o entendimento. Em relação ao texto, a leitura do jornal é a via por onde estabelecemos um modo de convivência, e mais ainda o modo como entendemos. Veremos também no sentido da experiência histórica, e “nesse sentido a história deve cada vez de novo ser reescrita a partir de cada presente” (GADAMER, 2009, p. 384). Desde Dilthey, pois, temos como uma premissa hermenêutica de que todo texto deve ser compreendido no nexa histórico.

A leitura do jornal não se inicia aqui por que parte do interesse tão somente subjetivo do sujeito, mas porque parte do sujeito que se interroga e ao mesmo tempo se expõe, posto que a prática hermenêutica busque mais que um sentido determinado. “O que se manifesta na linguagem não é a mera fixação de um sentido pretendido, mas um intento

em constante mudança (...) a linguagem está longe de ser mera explicitação e credenciamento de nossos preconceitos” (GADAMER, 2009, p. 387).

Tal reflexão não nos deixa isentos de compreendermos sobre os próprios preconceitos em face da leitura dos textos dos jornais. A questão da hermenêutica como um procedimento teórico de interpretação, mas também como um procedimento prático, é nessa perspectiva que buscamos um exercício de uma leitura crítica. Desse modo, o posicionamento não é neutro, busca orientar-se na postura hermenêutica em relação ao texto e na medida em que lhe reconhece a alteridade, entendemos que interpretação não é uma forma arbitrária de compreensão.

De acordo com Ricoeur (2008) um lugar não-ideológico chamado ciência deve ser questionado. Essa compreensão certamente atinge a hermenêutica como a arte da compreensão, mas no sentido de que as várias possibilidades de leitura são também diferentes maneiras de conceber o texto.

Para Gadamer (2009, p. 389) a hermenêutica é uma relação íntima com a linguagem e se questiona qual relação que esta guarda com o texto. “O texto é algo mais que o título de um campo de objetos da investigação literária. A interpretação é muito mais que a técnica de exposição científica de textos”. Nesse sentido a leitura dos textos dos jornais parte de os compreendermos em suas várias “feições”. Se a experiência da leitura nos liga a experiência da linguagem no mundo, temos que com os textos dos jornais podemos ter uma compreensão aproximada que nos permite entender partes específicas da realidade.

Não somente, mas na medida em que o texto possa ser lido como texto objetivo, de investigação científica, ou como narrativa, ou mesmo crônica da vida real, e ainda de veiculação ideológica, o artigo dos jornais representa uma mediação, através da interpretação, entre o leitor e o mundo. Nessa perspectiva de como é possível o

entendimento, a leitura do texto deve estar aberta às possibilidades de compreensão do texto que é bem mais que escrita ou estilo e gênero literário.

O questionamento de Nietzsche lembrado por Gadamer de que a interpretação impõe em vez de encontrar um sentido nos parece ir ao encontro mesmo dessa relação do modo como se concebe o texto. Mas, o texto também se impõe aqui, o texto é o outro com o qual nos relacionamos em uma discussão de ideias, representações, apreciações, identificação e crítica. O texto como um conceito hermenêutico não é um produto final que deva ser buscado pela análise de sua produção (GADAMER, 2009).

Assim, realizamos uma leitura dos textos dos jornais não enquanto produção do gênero jornalístico, mas como um texto em que é possível explorar muitos sentidos. De modo ainda, desde Dilthey, como uma produção no processo histórico. “A compreensão de um texto, seja oral ou escrito, depende, em todo caso, de condições comunicativas que ultrapassam o mero conteúdo fixo do que nele é dito” (GADAMER, 2008, p. 395).

É interessante ressaltar ainda dentre várias formas de se referir ao texto o que para Gadamer é diferente quando se trata de uma comunicação científica. “Se de um lado a notícia é válida para mim mesmo, a comunicação científica não é para todos; somente pretende ser compreensível para aquele que está familiarizado com a situação e sua linguagem” (GADAMER, 2008, p. 396). Isso nos leva a pensar no texto objetivo de caráter científico onde o conteúdo e a linguagem diferem que são os dos especialistas, por exemplo, na abordagem de algumas matérias veiculadas nos jornais. Esse aspecto põe em questão a relação para com o destinatário do texto. Para, além disso, entretanto, Gadamer afirma que, de algum modo deve se abrir no próprio texto o horizonte de interpretação e compreensão a ser preenchida pelo leitor, pois a questão é ainda que, o que foi fixado por escrito é algo para ser compreendido.

A questão de um horizonte a ser compartilhado por escritor e leitor na perspectiva de Ricoeur (2008) traz também o aspecto do consenso para o entendimento. Contudo, na medida em que o mundo do texto explode o mundo do autor, muitos horizontes podem emergir. Mas a ideia de fusão de horizontes, de Gadamer (2009), não encerra um horizonte no sentido de um único sentido de entendimento, pois para este, o texto é uma fase na realização de um processo de entendimento.

A leitura dos textos dos jornais nos dá uma impressão de escrita recortada, o que poderíamos entender por muitos aspectos, inclusive pelo aspecto de que, enquanto “noticiário”, deve necessariamente ser “resumido”. Contudo, como já afirmado acima, não é esse o modo de nos apropriarmos dos artigos dos jornais.

Os horizontes emergem em muitos sentidos dentre os quais a escrita não é uma expressão neutra. Nesse sentido, o texto do jornal é também lido quanto à identificação de pré-texto, o que Gadamer caracteriza como o sentido que está oculto no texto. Quanto a esse aspecto, Ricoeur chama a atenção para uma hermenêutica da suspeita onde, na relação texto e interpretação, deve ocorrer a crítica das ideologias.

A leitura dos jornais, portanto, se orienta na perspectiva hermenêutica, de estar aberta à compreensão dos sentidos que possam emergir no mundo do texto fixado nos jornais. A relação entre texto e interpretação se volta assim, a uma aproximação aprofundada de compreensão na leitura dos artigos dos jornais como consenso, mas igualmente, como leitura analítica.

Antes de tal intento, é importante ainda que realizemos um breve percurso histórico sobre o surgimento dos jornais A Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, para uma sucinta percepção de como ambos os jornais se projetam como grandes empresas e grandes jornais de representatividade nacional.

1.2 Os jornais Folha de São Paulo e O Estadão, um breve histórico

Os jornais Folha de São Paulo e o Estadão são reconhecidos nacional e internacionalmente. Ambos são desse modo representativos quando se fala em imprensa brasileira. A conotação nacional diretamente ligada a estes jornais não é apenas significativa em números de tiragens que circulam no país. A representatividade diz respeito, principalmente, ao peso do aspecto simbólico por serem jornais da maior cidade em termos culturais, de produtividade e dinamismo econômico.

A escolha dos jornais nessa pesquisa está relacionada com esse aspecto, na medida em que a perspectiva criada em torno dessa grande imprensa é de ser considerada nacional, enquanto ideias e opiniões, debates e interpretações, análises políticas, etc.

Assim, brevemente se considera um pouco da história dos jornais. Nesse apanhado acompanhamos o que é contado e como é contado por fontes obtidas no próprio sítio eletrônico de ambos os jornais Folha de São Paulo e o Estadão. Na abordagem sobre o Estadão ainda contamos com o artigo impresso de Cleber Sebastião Fabbri (2002).

A criação do jornal Folha de São Paulo ocorre em 1º de janeiro de 1960 da junção dos jornais "Folha da Noite", criado em 1921, "Folha da Manhã", de 1925, e a "Folha da Tarde", fundada em 1949.

O jornal "Folha da Noite" foi criado por Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha. Através desse jornal o grupo se posicionava politicamente e lançou campanhas pelo voto secreto e apoiou o tenentismo e o Partido Democrático. O "Folha da Manhã" foi lançado como uma edição matutina do jornal "Folha da Noite".

No ano de 1931, o jornal é vendido para Octaviano Alves Lima, cafeicultor, que prioriza a defesa dos interesses da lavoura, defende o liberalismo e se opõe ao Estado

Novo. Nesse período a tiragem diária dos dois jornais sobe de 15 mil para 80 mil exemplares e o nome da companhia é alterado para Empresa Folha da Manhã.

Na década de 1945 o controle acionário passa para as mãos de José Nabantino Ramos. A partir daí é adotado o posicionamento da imparcialidade como política redacional. Os jornais, feitos para a classe média, defendem o ensino público e a cédula única.

Da década de 1940 a 1960 os destaques sobre a história do jornal são dados aos avanços em termos do uso de tecnologia na impressão e nas mudanças dos aspectos gráficos e conteúdos com espaços específicos como a seção Ilustrada que aborda o meio cultural.

Em 1962, em 31 de julho, Caio de Alcântara Machado é eleito presidente da empresa, deixando o cargo em 20 de novembro do mesmo ano. Em agosto, os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle acionário da Empresa Folha da Manhã.

Na década de 1970 o jornal cria o espaço para dar voz a intelectuais e políticos perseguidos em 'Tendências/Debates'. A partir de 1976 o jornal Folha dá abertura ao debate de ideias que emergiam no processo de redemocratização do Brasil. Em 22 de junho, começa a circular "Tendências/Debates", que abriga textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar. E nos anos de 1980 o jornal Folha de São Paulo se torna o periódico de maior circulação no país.

A partir desse período o destaque ao histórico do jornal Folha de São Paulo é dado ao surgimento de uma concepção de redação jornalística que prima pela objetividade e apartidarismo sincretizados em ar de modernidade.

Em junho de 1981, é elaborado o documento de circulação interna, intitulado "A Folha e alguns passos que é preciso dar", como a primeira sistematização de um projeto editorial. O texto fixa três metas: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos. Em junho de 1984, surge o documento, também de circulação interna, "A Folha depois da campanha diretas-já", devido ao destaque do jornal na campanha em relação aos outros veículos de comunicação. O modelo proposto é o de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. A Folha implanta o Manual da Redação. Pela primeira vez, um manual de jornalismo condensa uma concepção de jornal, da política editorial às fases de produção (Fonte em www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia50htm).

No ano da década de 1990 a Polícia Federal entra na redação do jornal. Segundo a redação o pretexto da polícia foi o de encontrar irregularidades administrativas. Mas não há informações a respeito que descrevam ou detalhem esse ocorrido, nem mesmo explicativas ou críticas.

A partir de 1993 “A Folha de São Paulo” atinge uma circulação média de 420 mil exemplares diários e mais de 700 mil aos domingos, se tornando a maior circulação do país. Em 1999 a empresa cresce em parcerias internacionais para abranger também via internet edições na América Latina e no mercado hispânico norte-americano.

A história da Folha é principalmente destacada enquanto um jornal que cresceu enquanto uma grande empresa, mas principalmente como um periódico que sempre acompanhou as mudanças no país em termos de melhorias tecnológicas e de redação. Algo interessante do jornal é a política do projeto editorial que trata desde a forma escrita aos objetivos voltados aos leitores. Este projeto também vem acompanhando as mudanças históricas, sociais, políticas e econômicas do país. Dentre as questões destacadas nesses projetos editoriais está a de como manter-se um jornal líder de preferência entre os leitores.

Já o jornal o Estadão também se destaca como um periódico que sempre respondeu às mudanças importantes no país. Contudo, este busca relacionar mais diretamente os fatos históricos com o próprio surgimento, desde a sua criação.

O jornal O Estado de São Paulo, popularmente conhecido como o “Estadão” surge no final do período Imperial e atualmente é reconhecido dentre os jornais considerados os melhores do mundo. Como um dos jornais de maior circulação diária no país o Grupo Estado é conhecido nacional e internacionalmente.

O jornal é associado ao nome da família Mesquita. Fabbri (2002) afirma que a característica e a qualidade das edições do jornal são fortemente relacionadas ao fato de ter nascido de ideais revolucionários.

A ideia do jornal surgiu em 1873 quando de uma Convenção em Itu realizada por idealistas e republicanos, para que estes tivessem um veículo de informação para divulgarem suas ideias. A primeira edição surgiu com o nome de “A Província de São de Paulo”, em 4 de janeiro de 1875, com quatro páginas de conteúdo, sendo uma e meia de anúncios. Fabbri (2002, p. 66) ressalta que não houve uso de trabalho escravo, pois negros livres eram contratados para trabalharem à noite sob a luz de vela.

A venda inicialmente era feita por assinaturas ou na redação e oficinas e passou a ser avulsa em 23 de janeiro de 1876. A distribuição feita por Bernard Grégoire, um ex-auxiliar de impressão, montado a cavalo, tocando uma buzina de chifre e anunciando o jornal virou a marca do Estadão.

Fabbri (2002) afirma que o jornal somente assumiu uma postura declaradamente republicana em 1884, ano em que passou a ser propriedade da empresa Alberto Salles & Cia. Salles, entretanto, saiu da sociedade e Júlio Mesquita assumiu a redação do jornal que já tinha uma tiragem de quatro mil exemplares. No período da abolição a tiragem chegava a

cerca de 7.500 exemplares diários, ainda como “A província”. Logo após a proclamação da República o jornal passou a se chamar O Estado de São Paulo.

Sob a direção de Júlio Mesquita e posteriormente como único proprietário, Fabbri (2002, p. 68) afirma que no início do século XX o jornal era “considerado o grande órgão político do Estado”. Na medida em que São Paulo se tornava a região mais desenvolvida do país, “necessitava de uma imprensa forte e o Estadão era um dos carros-chefes da mídia da época”.

Fabbri remonta à história do jornal o Estadão relacionando-a com os momentos históricos do país nos quais o jornal sempre se posicionou, descrevendo assim um perfil político. O autor ressalta este aspecto como a característica marcante da empresa a partir da família Mesquita. Afirma que o posicionamento sempre foi de oposição e crítica, o que conseqüentemente o fez passar por momentos de represálias como na década de 1920 com o fechamento do jornal, 1930 com o exílio de diretores e redatores e durante o período do Estado Novo descrito como o pior momento devido à intervenção, desconsiderando assim as edições desse período. Descreve ainda que durante o golpe militar, que inclusive apoiaram inicialmente, romperam com o regime e não puderam manter a independência de ideias do jornal.

O ano de 1988 é apontado como o momento de profundas mudanças na redação do jornal. “O noticiário foi deseditorializado e procurou-se nos textos transmitir a notícia da forma mais verdadeira possível, com objetividade” (FABBRI, 2002, p. 71). O caráter dessa mudança revela uma mudança na forma de comunicação da grande imprensa preocupada também com a avaliação de seus leitores. O autor por fim afirma que “o Estadão vai deixando de ser um jornal ‘pesado’ e adota soluções que acompanham as tendências da imprensa mundial”, tanto em termos de uso de tecnologia quanto aos aspectos gráficos e de

redação. O jornal O Estado de São Paulo é assim um dos grandes meios de comunicação da imprensa comercial no país e atinge um quantitativo significativo de leitores.

Fabbri ao buscar delinear os momentos mais significativos da existência do jornal e do grupo Estado com a história do Brasil destaca uma leitura atual de que é um veículo de comunicação nacional. No sentido mesmo de se auto afirmar numa posição representativa de Estado Nacional. Um aspecto, inclusive, de forte tendência igualmente no jornal A Folha de São Paulo. Estes jornais, portanto, não figuram apenas como grandes empresas, mas principalmente como vozes de poder. Não é objeto desse trabalho desconstruir os jornais como instrumentos de poder, mas delinear um modo de observarmos como aspectos de força política, econômica ou ideológica atuam através das ideias veiculadas na grande imprensa.

1.3 O texto do jornal como discurso

É com Heidegger, afirma Gadamer, que a compreensão do texto não será uma busca para confirmar as próprias antecipações, mas uma compreensão a partir das coisas elas mesmas, onde as próprias opiniões prévias, a concepção prévia, os preconceitos devem ser guiados pela consciência histórica. Mas Gadamer inclui ainda a determinação da “concepção prévia da perfeição” para completar o sentido fundamental do círculo hermenêutico. Esta concepção significa que algo é compreendido quando apresenta uma unidade de sentido completa. Compreender é entender-se na coisa, e depois, a opinião do outro. Quer dizer, trata-se da relação necessária entre a familiaridade e a estranheza, que não deve ser compreendida psicologicamente, mas no que a linguagem diz; a hermenêutica situa-se nesse *Entre*, “entre a objetividade distante, referida pela história, e a pertença a

uma tradição” (GADAMER, 2009, p. 79). É nesse posto intermediário onde Gadamer situa o ocorrer da distância temporal, “o que importa é reconhecer a distância temporal como uma possibilidade positiva e produtiva da compreensão”, porque não se trata de um tempo que separa e distancia, nem do historicismo que pensava na exigência de se transferir para o espírito da época a fim de exercer a compreensão. Ele afirma ser a distância temporal a “continuidade da origem e da tradição” pela qual as coisas nos são transmitidas. Essa distância, sempre em movimento e possibilitando a ampliação da compreensão, para Gadamer (2009, p. 80) “deixa morrer os preconceitos de natureza particular e permite o surgimento daqueles que possibilitam uma verdadeira compreensão”. Na medida em que pode exercer uma tarefa crítica, a de distinguir entre os preconceitos falsos e verdadeiros, inclui à consciência hermenêutica a consciência histórica. Os preconceitos devem ser postos em suspensão e incitá-los é pô-los ao encontro da tradição. “O primeiro elemento com que se inicia a compreensão é o fato de que algo nos interpela”. O que ele nos expõe diante disso é a relação com os próprios preconceitos na compreensão, pois não é o caso da exclusão de si mesmo, os preconceitos entram em jogo quando realmente estão em questão. Para o autor é a unidade que essa relação confere, onde se encontra o objeto histórico, “uma relação que compreende tanto a realidade da história quanto a realidade da compreensão histórica” (GADAMER, 2009, p. 81). Eis para ele, a “história efetual”.

Para Ricoeur (2008) na construção de uma consciência hermenêutica se deverá chegar também a uma consciência crítica. E esta deve ser a crítica das ideologias. O caráter polissêmico da linguagem nos põe em face de vários sentidos na leitura do texto. Nisso se estabelece como uma relação na qual o texto dá acesso ao mundo, o que nos faz comunicar à distância, “a *coisa do texto* que não pertence mais nem ao seu autor nem ao seu leitor” (RICOEUR, 2008, p. 50).

As contribuições de Gadamer e Ricoeur são aqui relevantes principalmente porque nos apontam caminhos abertos para uma leitura do presente. Para uma perspectiva sociológica que aqui se busca, tal leitura do presente é possível sem ver uma falsa necessidade de nos libertarmos do passado, o obstáculo para a interpretação. O mundo do texto por uma apreensão hermenêutica nos coloca em face de uma transformação da relação com aquele. Se a teoria realmente avança nas Ciências Sociais por uma “intromissão” da hermenêutica (ou pelo seu distanciamento), não é bem o foco da questão. Este está mais no sentido do que pode surgir nas possibilidades dos encontros de ideias, de teorias, etc...

A relação entre as hermenêuticas e a crítica das ideologias amplia a perspectiva sobre o lidar com o texto. O intuito em específico de partir do texto e chegar à análise do discurso é de como lidar com o texto (artigos) de jornais, com um conteúdo específico sobre a região amazônica, respaldado em um panorama científico ou de pretensão científica. Um questionamento inicial seria sobre uma ideologia da ciência, e outro, se esta é assim demonstrada em um tipo de discurso, o discurso de divulgação científica. A primeira questão não cabe no espaço do propósito aqui apresentado como uma discussão aprofundada, mas será pano de fundo, como reflexão, para os interesses da segunda.

Se o texto, a linguagem escrita, dá formas ao discurso, isso não necessariamente significa que o sentido aí se encontra, como se os sentidos do texto enquanto discurso já estivessem dados. A problematização do texto se mostra desse modo relevante para uma perspectiva sociológica, principalmente quando da apropriação do texto. É comum o uso desse termo como expressão, mas talvez sociologicamente não tenha nenhum significado mais aprofundado enquanto problemática. Ricoeur (2008) fala da crítica interna ao conceito para o que deve ser a compreensão, ao mesmo tempo desapropriação e apropriação. Essa relação de alteridade para com o texto não confere ainda a apropriação do texto, de uma vez

que, para uma perspectiva sociológica a problematização vai ao encontro da importância de se considerar o texto antes da análise do discurso. Não se trata, portanto, de propor ou reconhecer algum tipo de esquema estrutural e rígido para a interpretação sociológica.

Ao se considerar o texto, já se está povoando de questionamentos sobre a sua escolha, portanto, antes de considerar o discurso, explicamos primeiro sobre o texto para torná-lo significativo ao que se pretende analisar. Assim, desde a construção do objeto sociológico que este é submetido a uma interpretação, onde o texto é inicialmente uma base para aproximações e também para distanciamentos no sentido de ter estabelecido um tipo de contato. Considerar o texto como a problematização sociológica ao mesmo tempo em que se contextualiza e reconhece a sua alteridade deve ainda superar esse momento como o primeiro momento da interpretação, ao passo que o segundo momento é de tê-lo como instrumento ou aporte teórico. A partir daí, para novamente ser superado e não tê-lo como muletas. A apropriação do texto como o problema inicial confere desde então que as escolhas precisam estar relacionadas à análise crítica. Essa perspectiva se abre para a possibilidade de reconhecer a importância dos preconceitos e da tradição, como afirma Gadamer, bem como, apreender o distanciamento da comunicação, como afirma Ricoeur, que o texto possibilita, sem retê-los enquanto *convicção* teórica, mas como trilhas possíveis da teoria hermenêutica na compreensão e interpretação deste.

O texto de jornal de início se mostra como um texto informativo, e a este primeiro aspecto corresponde uma primeira visão do todo que precisa se por a tal análise. Quando lemos o texto de jornal o confrontamos ou equiparamos com nossas próprias expectativas, nesse movimento é preciso reprojeter nossas posições prévias, posto que já deva se efetuar aí o distanciamento. A referência de uma situação comum entre leitor e escritor é abolida. O que fará com que o texto seja lido de diferentes maneiras não será a intenção do que o

autor quis dizer, mas a interpretação do que foi previamente compreendido. As possibilidades de leituras do texto são muitas, a consciência orientada hermeneuticamente se situa diante do texto, o intérprete expõe a sua própria pergunta à interpretação, onde deve se situar a recontextualização do texto. Esta deve ser a que expõe à crítica o texto como a primeira problematização.

O texto de jornal não é simplesmente informação a ser dada, foi antes um processo de elaboração textual pela característica do que é o assunto. Onde todo um processo de investigação inclusive é desenvolvido. Ao ser submetido ao procedimento hermenêutico, seu aspecto é de impositivo porque é sempre uma afirmação. Os pressupostos dessa afirmação se apóiam em uma autodefesa da imparcialidade como uma autorização prévia do que é escrito. Por conseguinte, tal imparcialidade está ligada a uma noção de neutralidade, o que não cabe mais quando da problematização do texto, porque o evento do texto do jornal como notícia é passageiro, e o que interessa passa a ser o sentido dele. O texto não é mais simplesmente uma notícia e nem o leitor simplesmente aquele que é informado, o contexto está transformado a partir de uma consciência hermenêutica que exige um situar-se historicamente. A leitura não se efetua mais simplesmente, mas na condição de análise questionadora.

1.4 A hermenêutica do discurso

A análise do discurso é um campo muito discutido e com diferentes perspectivas teóricas na área da lingüística bem como, não há um conceito exatamente fixo de análise do discurso. Trata-se de um campo relativamente recente, mas diretamente ligado a questões da linguagem. É a partir de Z. S. Harris na França que atinge grande expressão, onde se

desenvolveu entre os anos de 1960-1970 e desde aí, teóricos importantes como Saussure, Bakhtin, Benveniste, Foucault, Althusser, Pêcheux, Chomsky, e Eni Orlandi no Brasil, contribuem para um debate profícuo sobre a língua e o discurso (MAZIÈRE, 2007; SOUZA, 2006). Um modo possível de pensar a análise do discurso e a hermenêutica tem relação importante através da interpretação. Não cabe aqui a discussão teórica que os autores encerram sobre a análise do discurso, mas interessa no sentido de compreender a importância da hermenêutica na análise também de discurso a partir de uma questão, qual seja, a da análise indagadora dos artigos de jornais como discursos.

Mazière (2007, p. 13) ao demonstrar a relação da língua/discurso/*corpus* nos expõe uma conceituação da análise do discurso. “Ela não separa o enunciado nem de sua estrutura lingüística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação”. Para a autora, o discurso não é propriamente individual, mas “manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual” o que implica dizer que a língua não é fechada em si mesma. Bem como a característica da interpretação ressaltada por ela não impõe uma regra fixa. O aspecto do discurso de não ser algo pertencente ao indivíduo é corroborado pelo que a autora denomina de *corpora*, onde se diferenciam o enunciado e o discurso, o primeiro é “um dado, o outro, uma investigação, que permite estabelecer um *corpus*” (MAZIÈRE, 2007, p. 14). Dentre os procedimentos a partir desse *corpus*, a autora afirma da autonomia do analista do discurso e sobre aquilo que interessa a este mostrar.

De outra maneira Souza (2006, p. 16) se refere à análise do discurso a partir dos construtos teóricos por onde se acessam as filiações ideológicas dos sujeitos da linguagem. “As formações ideológicas só são apreensíveis por meio do discurso (...), pois é no texto

que o discurso se materializa e ganha corpo, sendo o texto o objeto empírico do discurso”. Souza (2006, p. 17) salienta a contradição entre a linguagem e a ideologia, de maneira que afirma ser preciso passar pela língua enquanto estrutura, bem como entender o discurso na conjugação da língua com a história, o que produz a impressão de realidade.

Tomadas de forma conjuntas às características da análise do discurso expostas por ambos os autores interessam no sentido de poder relacioná-las quanto à interpretação e compreensão dos discursos nos textos de jornais. Portanto, em uma perspectiva sociológica a hermenêutica do discurso é assim a análise interpretativa de formações ideológicas presentes nos discursos dos artigos de jornais.

No sentido posto por Mazière (2007) de uma análise do discurso mais aberta pelos caminhos da interpretação é possível realizar na busca pela compreensão do texto um fazer que se desprenda de suas estruturas textuais sem lhe relegar menos importância, mas sim lhe conferir o método hermenêutico. O aspecto do discurso que se desprende de uma ideia fixa do individual vai ao encontro do consenso que existe na linguagem, mas ao mesmo tempo em que está aberto a vários entendimentos. Nesse contexto é que a autonomia, na verdade, a subjetividade do intérprete se expõe diante do texto. É o espaço também da crítica, o que Souza (2006) salienta ao tratar da relação entre linguagem e ideologia, o que lhe atesta o movimento e, portanto, as mudanças. Este é um ponto que nos lança no sentido da questão de Gadamer (2009, p. 223) ao indagar a relação entre o “conformismo natural da sociedade e as forças críticas que o desfazem” em nossa sociedade contemporânea. Sempre houve mudanças na linguagem. Portanto, a questão está mais próxima do nível qualitativo dessa mudança naquela relação. A “versão oficial já não significa mais o regulamento espontâneo do mestre escolar ou dos órgãos de opinião pública, mas um instrumento político conscientemente manejado” (idem). Se tomarmos aqui como um dado concreto

dessa manifestação os textos de jornais (artigos), vemos que a “seção ciência”, por exemplo, comum nos jornais, é um meio de via técnica, pelo qual afirma o autor de que “é possível sugerir conteúdos e situações, impondo versões oficiais”. O que poderíamos chamar de discurso de divulgação científica na medida em que esses textos sempre fazem referências diretas a estatísticas institucionais, a análises de especialistas em tal assunto, a grupos de pesquisa de universidades, etc...

Para Gadamer (2009, p. 224) um dos problemas da sociedade atual “é harmonizar a política de formação de opinião, submetida a um controle centralizado, com as exigências racionais de co-determinar a vida da sociedade a partir de uma visão livre e de um juízo crítico”. Contudo, ele ainda questiona até que ponto a ciência tem essa força de influência sobre o público e, atesta que mesmo sem manifestação intencional, “a enorme estima pública de que goza se lhe contrapõe. Essa estima limita constantemente a liberdade crítica que ela admira no investigador, invocando a autoridade da ciência, quando na verdade se trata de lutas políticas de poder”. Nesse aspecto Habermas expõe uma situação que circunscreve à práxis e o agir instrumental.

Os sistemas de pesquisa que geram um conhecimento tecnicamente utilizável tornaram-se de fato forças produtivas da sociedade industrial. Como eles só produzem técnicas, porém, não são capazes precisamente da orientação do agir. O agir social é de início uma conjunção de fatores mediada pela tradição em uma comunicação corrente, uma conjunção que exige respostas a questões práticas (HABERMAS, 2009, p. 36).

Se desse modo temos como referência de dados os textos de jornais, intencionalmente ou não como discursos de divulgação científica, estes não prescindem de uma leitura questionadora, posto que seja um meio de comunicação amplo e abrangente.

Tendo em vista ainda que os jornais sejam espaços em que forças de poder são expostas, e interesses de ordem política e econômica entram em cena.

É possível nessa perspectiva ter diante do texto a perspectiva de compreender criticamente e realizar a análise do discurso sob uma condição hermenêutica. De maneira que se retoma Gadamer a partir de Ricoeur (2008, p. 149),

[...] a hermenêutica dos textos se volta para a crítica das ideologias. O momento propriamente hermenêutico, (...), é aquele em que a interrogação, transgredindo o fechamento do texto, volta-se para aquilo que Gadamer chama de “a coisa do texto”, a saber, o tipo de mundo aberto por ele. Esse momento pode ser chamado de o momento da referência (...) sua referência é o modo de se manifestar diante do texto.

É desse modo, na possibilidade, a partir do texto de uma leitura da realidade que se tem as possibilidades abertas da realização da crítica dessa leitura mesma. Aqui a relação conseqüente diante do texto envolve toda a ação do compreender onde “a subjetividade do leitor não é menos colocada em suspenso, irrealizada, potencializada, que o mundo revelado pelo texto”. Daí, o que Ricoeur (2009, p. 151) afirma dessa apropriação, “a crítica das ideologias pode ser assumida num conceito de compreensão de si que implica organicamente uma crítica das ilusões do sujeito”. Portanto, a crítica das ideologias é parte integrante da hermenêutica como propõe Ricoeur em que a apropriação é um processo dialético e em face da realidade social, histórica e cultural, perspectiva na qual cabe submeter o texto dos jornais à análise sociológica do discurso.

O interesse das Ciências Sociais pelo discurso está relacionado com a compreensão e interpretação no interesse de diferentes questões, seja do dinamismo histórico, da ação social, da crítica às ideologias, enfim, aspectos fundamentais no entendimento dos processos sociais e mudanças culturais. Os jornais como meios que refletem sobre tais

processos e mudanças encerram discursos como fontes importantes para o aprofundamento da compreensão.

CAPÍTULO II – Por uma compreensão crítica

O olhar crítico na leitura dos artigos dos jornais é também uma questão que se encontra com a perspectiva hermenêutica. Aprendermos aqui uma consciência hermenêutica no sentido do distanciamento e ao mesmo tempo da pertença na qual o intérprete volta a si próprio, mas neste não prescinde de apreendermos uma consciência crítica. Na perspectiva de Paul Ricoeur (2008) a essa consciência confere à crítica da ideologia que deve encontrar-se no procedimento hermenêutico.

A reflexão crítica vai de encontro com as ideologias de seu tempo histórico. Isso nos posiciona em face de nossa leitura diante dos artigos dos jornais. O olhar dessa leitura busca a compreensão de sentidos múltiplos que estejam relacionados não apenas com a informação imediata, mas com as ideias postas.

A hermenêutica nos possibilita o entendimento na compreensão de vários sentidos que podem emergir na “coisa do texto” ou no “mundo do texto”, na medida em que a interpretação não se resume a uma forma de proceder à técnica, mas de encontro aos sentidos das condições históricas.

Nesse encontro entre hermenêutica e crítica das ideologias Ricoeur desenvolve uma teoria do texto onde mostra o fundamento dessa relação. É interessante no autor que mesmo não se “filiando” ao pensamento de Marx, se orienta no que ele próprio considera como o mais fecundo no pensamento marxiano, “a ideia de que a transparência não se encontra atrás de nós, na origem, mas diante de nós, no término de um processo histórico talvez interminável” (RICOEUR, 2008, p. 95).

Tal observação é muito importante para nossa compreensão no sentido de que buscamos uma leitura do presente que se encontra com o passado em vários aspectos.

Nesse sentido a hermenêutica pode se constituir em um instrumento de compreensão crítica na elucidação de ideias que nos são postas nos artigos dos jornais. A investigação a partir do texto como desvelamento não encerra uma oposição entre a interpretação hermenêutica e perspectiva crítica.

A partir das perspectivas hermenêuticas como modos de proceder à interpretação vemos, mais particularmente com Ricoeur a partir desse momento, que a compreensão crítica pode ser realizada. A partir da abordagem sobre o texto deste autor, a interpretação hermenêutica se encontra com a crítica das ideologias no sentido que o texto está aberto a compreensão da realidade na medida em que é este um caminho de abertura de muitos mundos. Desse modo ainda, o pensamento é instigado à crítica dessa realidade mesma.

2.1 Os elementos do texto de acordo com Ricoeur

Ricoeur (2008, p. 52 e ss.) ao tratar a função hermenêutica do distanciamento observa como problemática dominante a do texto. “O texto (...) é o paradigma do distanciamento na comunicação”. Daí, para ele, o texto revela “um caráter fundamental da própria historicidade da experiência humana”. Sua problemática é discutida em cinco traços os quais constituem os “critérios da textualidade”.

O primeiro traço é o da efetuação da linguagem como discurso, expõe, pois, que o discurso se dá como evento. Por evento se entende quando a instância do discurso é autorreferencial; no fato de alguém falar e, quando os signos da linguagem remetem a outros signos, sem tempo e subjetividade, “é a vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso”. Mas o que se pretende compreender não é o evento porque este é fugidio, “mas

sua significação que permanece”. Para Ricoeur o problema hermenêutico está na articulação do evento com o sentido.

O discurso ultrapassa o momento do evento para o da significação, onde se releva a intencionalidade mesma da linguagem. Assim, sua apresentação nos expõe como a linguagem se exterioriza e se caracteriza o discurso (exteriorização do “ato *de* dizer; aquilo que fazemos *ao* dizer; aquilo que fazemos *pelo fato de* falar”), e, portanto, se exterioriza o discurso na obra e nos escritos.

No discurso como obra, o segundo traço característico, o que assim o caracteriza é a composição, a pertença a um gênero e o estilo individual (os traços distintivos da noção de obra) (RICOEUR, 2008, p. 58). Para o autor a noção de obra atua na mediação entre a irracionalidade do evento e a racionalidade do sentido no discurso, e nela ele ressalta a questão do estilo, a marca que singulariza e individua, posto que, para ele, “autor diz mais que locutor: é o artesão em obra de linguagem” (idem, p. 61). Contudo, a composição parece ser algo mais elucidativo na medida em que para ele é possível empregar os métodos estruturais aos discursos que apresentam caracteres de organização e de estrutura. Mas o que a estrutura nela apreende é a sua objetivação. A intenção de Ricoeur revela questionar a oposição entre o explicar e o compreender, porque para o autor o primeiro não elimina o segundo.

A relação entre a fala e a escrita, terceiro traço, apresenta algo de suma importância, pois “a escrita torna o texto autônomo relativamente à intenção do autor” (RICOEUR, 2008, p. 62). Para Ricoeur “graças à escrita, o “mundo” do *texto* pode fazer explodir o mundo do *autor*” (idem). Nesse ponto, chama a atenção para o que é interesse no âmbito psicológico também o é no âmbito sociológico, dado que uma obra “deve transcender suas

próprias condições psicossociológicas de produção e que se abra, assim, a uma sequência ilimitada de leituras, elas mesmas situadas em contextos socioculturais diferentes”.

A possibilidade de entendimento desses elementos textuais descritos por Ricoeur em face das leituras dos jornais nos confere os sentidos possíveis de explorar o texto de gênero jornalístico. A apresentação de distintas Amazônias através da linguagem dos jornais é desse modo uma leitura de muitos significados.

Uma significação que permanece é também o aspecto da linguagem dos textos dos jornais, ao que parece, ressaltado em determinados períodos. O gênero jornalístico não necessariamente informa no sentido simplesmente de explicar ou de compreender. Como linguagem também defende ideias que estão contidas no texto como discurso. Tomá-lo como textos objetivos que são nos confere perceber os conteúdos sobre a Amazônia não apenas como notícia global. Mas de outro modo a questionar sobre o que há de novo na emergência da Amazônia no âmbito global contemporâneo.

Através da escrita que possibilita a explosão do mundo do autor e o texto ganha sua autonomia, o interesse da leitura se encontra com as várias possibilidades de entendimento contidas no texto. É no mundo do texto, dos artigos dos jornais, que buscamos como a Amazônia é projetada.

A questão é que com o texto se possa descontextualizá-lo para recontextualizá-lo em uma nova situação. A consequência hermenêutica que o autor expõe está no fato de que o distanciamento não é produto da metodologia, ele ocorre devido no texto ser escrita. Para ele há uma relação mais complementar entre a objetivação e a interpretação, pois na passagem para a escrita o discurso é afetado de várias maneiras, ao fenômeno que ele chama de “mundo do texto”. Com essa expressão, Ricoeur (2008, p. 64) pretende afastar-se

do romantismo de Dilthey e também do estruturalismo, porque a hermenêutica não está presa “à alternativa da genialidade ou da estrutura”.

Já que o discurso aplica-se à realidade, a questão que o autor expõe é, quando o discurso se torna texto, a referência não pode exprimir mais uma situação comum ao escritor e ao leitor. A tese de Ricoeur (2008, p. 65) é o da dimensão referencial ao mundo dado que coloca o problema hermenêutico. Tal referência é abolida em um primeiro nível e ocorre na literatura de ficção e na poesia, onde “o papel maior de nossa literatura [é] destruir o mundo” (...). “Condição para que seja liberada uma referência de segundo nível, que atinge o mundo, não mais somente no plano dos objetos manipuláveis, mas no plano do ser-no-mundo” (expressão de Heidegger; e *Lebenswelt*, expressão de Husserl).

Na condição de autor ou de leitor a ideia é que se possa compreender já que se compartilha o mesmo mundo, assim as ideias, representações são entendidas. Ao ler os artigos dos jornais encontramos ideias que nos são familiares, opiniões inclusive com as quais é possível nos inclinarmos. Mas não nos detemos com a familiaridade, esta na verdade é o que motiva o estranhamento, no sentido da interpretação.

O questionamento é: “o que permanece para ser interpretado? (...) interpretar é explicar o tipo de *ser-no-mundo* manifestado *diante* do texto” (RICOEUR, 2008, p. 65). Ao retomar essa ideia, Ricoeur (2008, p. 66) entende que o momento da compreensão ocorre aí, o ser em situação, de onde a ideia de “projeção dos possíveis mais próximos” para afirmar ainda o que deve ser interpretado num texto: “uma proposição de mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próprios”.

É interessante nesse ponto reter uma questão que pode ser tomada em conjunto (ou ainda, de encontro) sobre o projetar. Enquanto Gadamer afirma de um constante projetar e projetar o sentido do todo, Ricoeur afirma do projetar que é sempre possibilidade. Se

pudermos ligar as duas ideias para uma forma complementar entre uma e outra é possível apreendê-las como um mesmo procedimento para a interpretação.

Projetar o sentido do todo não significa antever as coisas, mas ter entendimentos possíveis a partir da compreensão que possuímos, e esta, que o sujeito realiza ao se mover, constantemente se reprojeta porque a cada caminho precisa sempre se deparar com o próprio entendimento, a compreensão de si.

A condição hermenêutica submetida ao texto não apenas comunica à distância, mas também exige a comunicação que interroga a si próprio. Como fazer dessa dinâmica da compreensão, que necessariamente se volta ao sujeito, uma atividade crítica?

Em uma perspectiva sociológica, que se pretende aqui buscar, ao delinear tal contexto, a problematização do texto é em relação ao que interessa ser desvelado para uma análise que esquadrinha. O desvelar aqui não significa que algo está escondido, posto que revelar não significa necessariamente algo que se esconde ou se perde. Desvelar o discurso, por exemplo, este não está escondido, mas sempre se mostra.

O desvelamento diante do texto se projeta para o questionamento do que é possível apreender a partir dele. A projeção é aqui, um ponto de partida sem a preocupação excessiva, ou mesmo a única, com um ponto de chegada, mas também vários pontos que possam ser ainda pontes a serem traçadas.

A característica do quarto traço é chamada de o mundo do texto. O mundo do texto, para Ricoeur, é a possibilidade sempre em aberto de ser-no-mundo que o distanciamento do texto com relação à realidade produz daí a sua máxima expressão em textos de ficção e pela poesia.

Já o compreender-se diante da obra, é o quinto traço, característico de sua teoria do texto, e este é marcado pela subjetividade do leitor. Um problema da hermenêutica mais

tradicional. É o problema da apropriação do texto, onde o leitor precisa compreender-se diante da obra.

A questão da apropriação do texto é exposta aqui em sua relação dialética na qual, primeiro, a compreensão é feita pela distância; em seguida, quanto à objetivação típica da obra que corresponde ao sentido e não ao autor da obra (RICOEUR, 2008, p. 67 e ss.). Nesse ponto, o autor lembra o que Gadamer chama de “a coisa do texto” e ele se refere “o mundo da obra”, nele o que se encontra é uma proposição de mundo. Uma proposição que não está atrás do texto, mas diante dele. É onde a subjetividade de quem lê é posta em suspenso, expor-se ao texto e receber dele o mundo que nele é manifestado. “Só me encontro, como leitor, perdendo-me”, é assim, para Ricoeur que “a leitura [nos] introduz nas variações imagináveis do ego”.

A crítica que ele realiza ao conceito de apropriação é o momento do distanciamento “até na relação de si a si”, como desapropriação e apropriação. “Uma crítica das ilusões do sujeito, à maneira marxista e freudiana, não só pode, mas deve ser incorporada à compreensão de si” (RICOEUR, 2008, p. 69). Com esta análise o que ele propõe é a relação entre a hermenêutica e a crítica das ideologias, o que deve ser incorporado na compreensão do texto.

Se de alguma maneira podemos afirmar que a hermenêutica força o pensamento à compreensão, inclusive do próprio sujeito que busca compreender, é algo que exige o amadurecimento crítico desse pensamento. Se necessariamente a hermenêutica põe em um mesmo plano de relação o sujeito e o objeto e estes compartilham o mesmo horizonte, este não é em si mesmo apenas objetivação da compreensão. E ainda, já que a hermenêutica nos possibilita perceber que estamos diante de distintas formas de leitura e às quais devemos estar abertos, não nos deparamos apenas com os possíveis consensos das ideias.

Assim, se uma primeira posição diante dos artigos dos jornais é sempre de informar-se, a apropriação dos textos é orientada no sentido do entendimento. Contudo, no sentido do entendimento também há a possibilidade do não entendimento, da não compreensão. Nesse sentido, as ideias não são simplesmente esclarecidas. É nesse ponto, ao que nos parece, que a crítica das ideias deve ser conferida.

A análise dos artigos dos jornais não se trata simplesmente de estar diante da linguagem com a qual é possível comunicar-se, pois nela não se encontra apenas uma relação entre signos. Mas muitas relações que estão em face da realidade social. Nesse âmbito, a leitura dos artigos do jornal, como textos objetivos e veiculadores de ideologias, é também uma compreensão crítica.

2.2 Os aspectos do fenômeno ideológico

Ricoeur, (2008, p. 77 e ss.) ao analisar os critérios do fenômeno ideológico parte do conceito de ação social e de relação social em Weber para afirmar que é a partir do que ambos os conceitos conferem que na ideia “de uma estabilidade e de uma previsibilidade de sistema de significações” aparece o fenômeno ideológico. Onde surge o primeiro traço da ideologia.

O autor descreve o fenômeno ideológico caracterizando-o em cinco traços, em que explica o conceito de ideologia em relação ao conhecimento científico.

O primeiro traço ideológico “está ligado à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar”. O fenômeno ideológico se instaura na domesticação pela lembrança que começa o consenso, portanto, a ideologia passa de mobilizadora para justificadora.

Quando da leitura dos textos dos jornais uma primeira ideia concebida, na qual estamos geralmente acomodados, é aceitar a informação como critério de verdade, porque esta deve estar fundamentada em fatos. Neste primeiro aspecto, ao que parece, compartilhamos de uma mesma ideia, a da imparcialidade, na qual “os fatos falam por si”. Contudo, os fatos como objetos de pesquisa são fatos construídos, se o caráter de científico é uma imagem justificadora possível de ser observada nos artigos dos jornais, nos deparamos com um questionamento sobre o que os artigos dos jornais querem nos passar, o que querem que seus leitores saibam. Nesse sentido a leitura se movimenta em muitas interpretações e nestas se encontra o conteúdo ideológico, de maneira que aqui é algo que está diante de nós.

Na concepção do segundo traço ideológico, o dinamismo, pelo o qual a ideologia “é movida pelo desejo e demonstra que o grupo que a professa tem razão de ser o que é”, nos deparamos com uma linguagem orientada para determinado sentido de compreensão entre outras possíveis. Vemos de uma maneira interessante, por exemplo, as interpretações e posicionamentos dos especialistas nas áreas do conhecimento científico que compõem um grupo singular na abordagem sobre a região amazônica.

No sentido de muitas interpretações possíveis, contudo, a ideia é familiarizar-se, que as interpretações se tornem ideias comuns. É nesse aspecto que se identifica o terceiro traço do fenômeno ideológico, o de ser simplificador e esquemático. A linguagem dos textos dos jornais ao mesmo tempo em que busca qualidade não pode ser ininteligível, isso a desqualificaria como um conteúdo também voltado para as massas. De acordo com Ricoeur (2008, p. 79) este é um aspecto do fenômeno ideológico onde “sua capacidade de transformação só é preservada com a condição de que as ideias que veicula tornem-se opiniões, de que o pensamento perca rigor para aumentar a sua eficácia”.

Uma análise bem ilustrativa aqui é sobre a Folha de São Paulo, no texto de Cláudio Abramo, (1991) ao realizar um exame crítico de alguns pontos do Manual Geral da Redação desse jornal. Um documento onde estão descritos os procedimentos para a redação das notícias e a sua política jornalística. Um dos pontos que analisa o autor é o que o Manual conceitua como notícia e fatos.

Notícia. É a informação que se reveste de interesse jornalístico: puro registro dos fatos, sem comentário nem interpretação. A exatidão é seu elemento-chave.

Fatos. São a matéria-prima de qualquer tipo de jornalismo. É mais valioso revelá-los do que relatar declarações a respeito deles (grifos do original).

De acordo com Abramo, (1991, p. 45) para a Folha de São Paulo, “a mente do repórter ideal [é] como uma tábula rasa, apenas estimulável por ‘fatos concretos’”. E ainda, “como se fosse possível revelar fatos em si [...]”.

“Uma das funções dos jornais é oferecer análises do noticiário. Quem faz uma análise recorre as suas experiências, conhecimentos e opiniões. Não para a Folha, porém, que espera de um analista a capacidade de analisar na ausência de opinião” (ABRAMO, 1991, p. 47).

Nessa perspectiva, nos atentamos em nossa leitura. A reflexão com a qual nos detemos não é simplesmente uma caracterização dos artigos dos jornais, considerando ainda que, se trata de dois periódicos em específico com suas singularidades de produção textual, institucional, etc. Mas, no sentido em que a linguagem de conteúdo jornalístico nos seja também transmissora de distintas percepções, representações e posicionamentos numa esfera social de muitos atores sociais.

A linguagem é um símbolo visível, mas ao mesmo tempo em que guarda intenções não claramente expostas, ou ainda orientadas, no caso dos jornais, para uma ideia de “objetividade neutra”. Abramo, (1991, p. 48) demonstra que essa é uma das orientações mais insistentes do Manual da Folha, a de uma “linguagem observacional ‘neutra’”, onde estipula inclusive restrições ao uso da língua.

Essa análise é interessante no modo como percebemos que os noticiários estão dentro de um padrão, de forma e linguagem, que não se enquadram realmente em tal “objetividade”, porque o suposto não lugar, da neutralidade, não se concretiza. Entender a si próprio, na condição de intérprete, é se expor a riscos, e um deles é admitir o sujeito ideológico.

Na perspectiva hermenêutica de se deparar com “a coisa do texto”, para Gadamer, ou no “mundo do texto”, para Ricoeur, os artigos dos jornais são espaços onde “o lugar” concreto, a região amazônica, é pensado ideologicamente a partir de pressupostos que nos interessam identificar para além de ideias comuns.

Desvelar o que está diante de nós exige-nos perceber que “o código interpretativo de uma ideologia é algo mais em que os homens habitam e pensam do que a concepção que possam expressar” (RICOEUR, 2008, p. 80).

O quarto traço ideológico, o da não-transparência, é aqui o que nos atenta para a questão de que o conteúdo jornalístico é enfaticamente uma leitura da realidade social. Em que pese à característica da não transparência está na dimensão de que a realidade social é vivenciada de maneira historicamente singular. Nesse sentido, o texto do jornal como narrativa é característico na maneira como descreve seu próprio tempo. A não-transparência, pois, pode ser entendida particularmente como uma leitura em um

determinado contexto, na medida em que essa característica tem sua razão de ser também em determinado tempo histórico.

“O novo só pode ser recebido a partir do típico, também oriundo da sedimentação da experiência social” (RICOEUR, 2008, p. 80 e ss.). Esse quinto traço, o aspecto temporal, nos chama a atenção também para o momento histórico da ideologia. O que muito se lê nos artigos dos jornais sobre a região amazônica em um ar de contemporaneidade, ao que parece, pouco se compreende (ou mesmo se ignora) quanto aos reflexos ainda fortes das experiências como as dos chamados grandes projetos na Amazônia, por exemplo.

Diante desses traços, interessa-nos ainda que Ricoeur ressalte a partir desse último “a função de dissimulação” da ideologia, que tem relação com as duas outras funções, a da dominação e da deformação.

Ao demonstrar a função de dominação da ideologia novamente Ricoeur (2008, p. 82) parte das análises de Weber sobre dominação e autoridade. Assim, o autor afirma que “o que a ideologia interpreta e justifica, por excelência, é a relação com as autoridades, o sistema de autoridades”. “Há sempre mais na pretensão que vem da autoridade do que na crença que vai à autoridade”. O autor vê aí “um fenômeno irreduzível de mais-valia, se entendemos por isso o excesso da demanda de legitimação relativamente à oferta da crença”. Ele mostra que essa função tem relação íntima com a função de deformação, mas desta é preciso partir da concepção de Marx.

Ricoeur parte do conceito em *A Ideologia Alemã*, de autoria conjunta de Marx e Engels, onde acentua um novo conteúdo descrito, e mesmo seguindo Feuerbach sobre a religião supera-o conferindo a abrangência dessa descrição. Ricoeur (2009, p. 84) confere a contribuição muito bem fundamentada da ideologia ao questionar

de que forma as ilusões, fantasias e fantasmagorias poderiam ter uma eficácia histórica qualquer se a ideologia não possuísse um papel mediador incorporado ao mais elementar vínculo social como sua constituição simbólica, no sentido dado por Mauss e Lévi-Strauss? Isso nos impede de falar de uma atividade real pré-ideológica ou não ideológica.

A análise de Ricoeur (2009, p. 85) nos confere, pois, a aplicação da abrangência dessa função da ideologia no que é muito atual e que foi trabalhado pelos teóricos da escola de Frankfurt, para os quais “também a ciência e a tecnologia, em certa fase da história, podem funcionar como ideologias”.

Ao procedermos com a leitura dos fenômenos ideológicos nos interessa a possível caracterização dos artigos de jornal como textos também de veiculação ideológica. A questão não se trata do jornal como produto de uma empresa, institucionalizado como uma identificação simplista. Mesmo que um aprofundamento de tal abordagem pudesse nos proporcionar uma análise dos jornais como instrumentos de poder dentre as esferas sociais. Mas a questão primordial que interessa é sobre o conteúdo, o que faz dos textos dos jornais a imagem de si mesmos.

A questão da caracterização de um discurso de divulgação científica, a partir dos artigos dos jornais que abordam a Amazônia, encontra-se ao mesmo tempo com os aspectos do fenômeno ideológico no sentido de que é possível identificar as variações de significado que se manifestam nos discursos.

A realidade social possui uma constituição simbólica e ela comporta interpretações, imagens e representações do próprio vínculo social, em que a ideologia é um fenômeno da existência social (RICOEUR, 2008, p. 86).

A compreensão dos fenômenos ideológicos em face dos artigos de jornais nos coloca diante de uma análise necessária de que a linguagem jornalística não é simples

transmissão, mas também interpretação na formulação do texto. Como o entendimento possível nessa leitura é realizado, não prescinde da forma crítica da compreensão das ideias contidas no texto.

2.3 Olhar sociológico, interpretação e crítica

A compreensão da consciência hermenêutica nos lança numa perspectiva de horizontes na qual a nossa relação para com o texto se abre a outros horizontes. Nesse nível de entendimento é estabelecida uma forma de encontro. Nesse sentido, sociologicamente é possível pensar que na interpretação e compreensão do texto realizamos vários encontros. O encontro das ideias, o de memórias, de narrativas, de experiências do mundo da vida, representa, pode-se dizer, o exercício de uma leitura aprofundada dos modos como à realidade histórica e social é também escrita.

A interpretação não é um ato de “adivinhação” nem de genialidade, mas nos possibilita caminhar pelos sentidos internos da compreensão. No exercício do olhar sociológico constantemente buscamos fazer emergir sentidos, ideias, visões que no texto constroem uma dimensão da realidade. Nele, a construção do olhar crítico se encontra com a consciência hermenêutica do modo como aqui a compreendemos, na medida, pois, em que a relação entre interpretação e crítica implica no sentido do desvelamento.

A compreensão dos textos nos mantém em relação com os sentidos da realidade social, histórica e cultural. Na abrangência dessa perspectiva a leitura dos textos de jornais que aqui se realiza nos possibilita uma interpretação do presente, mas na maneira em que os tempos históricos também se encontram. No sentido em que Gadamer (2009) afirma que interpretação envolve uma fusão de horizontes, do passado e do presente, interessa-nos a

compreensão das questões que guardam relação de como um modo de interpretar a região amazônica se (re)afirma. De maneira ainda que, o que o texto nos quer afirmar não prescinde do olhar questionador da leitura que busca as ideias, representações que como discursos compreendem em si mesmos muitos sentidos.

A realização da crítica, pois, não é feita sem nexos. Bem como a interpretação se orienta a partir de algo, e este algo é sempre histórico, sua realização não sorteia um ponto arbitrário para com o modo de compreender o texto, mas estabelece um procedimento de relação como descreve Ricoeur (2008) em sua teoria do texto.

Como se relaciona a análise sociológica, portanto, com a interpretação hermenêutica apresenta-nos a questão, dentre várias, de como a produção de conhecimento não se desvincula de algum modo de ideologias. É nesse sentido que Ricoeur (2008, p. 143) questiona “como pode haver crítica em hermenêutica”. Seu posicionamento vai de encontro à hermenêutica gadameriana, apontando-a como impossibilitada de responder tal questionamento. Contudo, considera ainda que a sua perspectiva crítica é um complemento à hermenêutica gadameriana.

O distanciamento como condição da interpretação, a superação da dicotomia entre o explicar e o compreender, a tomada do discurso tal como obra que apresenta estrutura e forma, a coisa do texto como um mundo aberto, a crítica à ideologia e a subjetividade na interpretação confere-nos ao olhar sociológico uma compreensão mais aprofundada. A análise sociológica a partir da interpretação é nesse contexto um modo de posicionar-se em relação ao texto, no sentido de expor-se em face da leitura que necessariamente exige o entendimento crítico do sujeito que lê. Nesse sentido, insiste Ricoeur (2008, p. 151) de que “a crítica das ideologias pode ser assumida num conceito de compreensão de si que implica organicamente uma crítica das ilusões do sujeito”.

Assim o aprofundamento de questões complexas nas ciências sociais tais como subjetividade e interpretação poderiam nos conferir um diálogo próximo da perspectiva sociológica com a hermenêutica. No sentido que aqui buscamos apreender em relação à leitura de textos dos jornais poderia se estender para outros âmbitos do olhar sociológico.

A leitura a partir de tal perspectiva que desvela assim os aspectos ideológicos nos discursos volta-se para o entendimento das ideias e seus modos de expressão que encerram também uma demarcação de temas postos como prioridades. Nesta, aspectos subjetivistas e relativistas não prescindem da visão interpeladora que, se de um lado temas são impostos, por outro, não se constrói objetividade como “pura” objetividade. A produção de conhecimento científico acontece desde o momento da motivação pessoal do sujeito do conhecimento pelo que ele ou ela se interessa entender. Todo o interesse em entender é uma busca pela compreensão, e o exercício da crítica se constrói nesse caminho.

Do que se trata, portanto, o olhar crítico ou a construção da crítica? De que maneira todo o aprendizado de uma consciência hermenêutica contribui para uma compreensão crítica? A crítica é em relação a outro contexto, na medida em que o contexto parte da crítica do sujeito mesmo que interpreta outros contextos que devem ser abertos. O distanciamento de si mesmo exige que a apropriação das proposições de mundo, fornecidas pelo texto, passe pela desapropriação de si (RICOEUR, 2008, p. 151).

Assim, nos é positivo apreender de uma perspectiva hermenêutica que a compreensão permite-nos perceber que a indagação àquilo que se busca entender questiona primeiro a si próprio. Em tal entendimento não se vê como se pelos “olhos de narciso”, mas já se torna possível uma problematização desde a subjetividade.

2.4 Reflexão hermenêutica das ideias a partir do texto do jornal (O contexto no texto)

A postura hermenêutica como um primeiro momento, ao que parece, é a do confronto; confrontar-se com as próprias perguntas; indagar sobre os questionamentos. Algo interessante que amplia nossa visão de interpretação da realidade, portanto, considerar outras manifestações/experiências de explicação inclusive em relação ao conhecimento científico. O que interessa perceber e apropriarmos de autores como Gadamer e Ricoeur é poder perceber a hermenêutica como um processo criativo de desvelamento e análise da realidade. A partir da tentativa de aproximação da hermenêutica atenta-se para a busca de uma perspectiva sociológica. A questão proposta é assim analisar o texto que se converte em um discurso.

No dicionário etimológico da língua portuguesa (BUENO, 1963, p. 199) Hermenêutica significa “arte de interpretar o verdadeiro sentido de um texto, de um documento, base indispensável da crítica filológica”. Deriva do grego “hermeneutiké” [téchne]. Informa que a hermenêutica é uma arte em relação a algo que é verdadeiro, mas não se restringe ao âmbito da filologia. A hermenêutica se desenvolve originalmente pelo caminho teológico. São duas tradições, a da literatura e a da Bíblia, que marcam profundamente a arte de compreender pela procura do sentido original dos textos. Gadamer (2008, p. 244 e ss.) ao realizar seu percurso pelas origens da hermenêutica expõe que esta, para livrar-se das limitações dogmáticas, terá com Dilthey um salto importante para um significado dentro e a partir da questão histórica. A história ganha o sentido em relevo de uma grande obra a ser compreendida, posto que não possa ocorrer por si mesma em seus significados. Assim, a linguagem, os textos devem se submeter a uma interpretação

também histórica. Já Schleiermacher tem como fundamento a busca por uma unidade do que há de comum entre as duas tradições, seu projeto é de uma hermenêutica universal. A compreensão para ele surge toda vez em que ocorrer um mal-entendido, posto que este seja uma possibilidade universal. O princípio aí contido é o de entenderem-se uns aos outros. Gadamer e Ricoeur são críticos de Schleiermacher e Dilthey, mas ambos consideram os aspectos importantes nos quais a hermenêutica teve uma contribuição necessária a partir deles. São tais aspectos que se toma aqui como o caminho de *(re)construção* da nossa própria leitura de compreensão do texto.

Se desde aqui entendermos o aspecto histórico como fundamento e o universal como meta como elementos da interpretação hermenêutica em formação já podemos nos deparar com duas ideias presentes ao considerarmos o contexto amazônico. A conformação histórica da Amazônia que “nasce” internacional (SILVA, 2004), está ligada ao universal pela característica de importância planetária que possui na contemporaneidade. Compreender uma leitura atual da Amazônia, uma região de dimensões globais, a partir das categorias da hermenêutica a *(re)construção* de uma produção textual.

Quando lemos alguns títulos dos artigos de jornais na Folha de São Paulo podemos inferir sobre um “modelo” de interpretação da região amazônica que orienta determinada compreensão dessa região. Direciona também a um conjunto de ideias no amplo espaço das discussões e grupos de interesses. Os títulos nos dão a primeira interpretação de um determinado contexto.

Quando da referência aos títulos dos artigos de jornais queremos chamar a atenção para o que a história atual tem a ver com a forma como ainda se escreve sobre a Amazônia. Como mencionamos, o título é a abertura para as primeiras ideias que povoam também o espírito. Quando se lê: “Índios cintas-largas mantêm reféns em Rondônia (2007)”; “Índios

barram embarcações no Pará (2009)”; “Preocupados, militares buscam aproximação com o "Evo" do Amazonas (2008)”; “Chefe militar da Amazônia diz que bases preocupam (2009)”; a opção por expressões contundentes é como nos transportar a uma região belicosa, perigosa principalmente porque os índios, às vezes com identificação étnica, são selvagens. E ainda uma região que foge ao controle, à ordem... A projeção de uma representação da região amazônica se desenha nesses títulos como *um lugar a parte* em “plena modernidade”, onde os sujeitos sociais indígenas aparecem como autóctones do passado.

Ao pontuarmos essa condição prévia da compreensão do texto que os títulos nos fazem uma primeira apresentação, retemos uma ideia importante de Schleiermacher analisada por Ricoeur. O romântico e o crítico alimentam ao mesmo tempo a interpretação, no sentido de que as questões não encerram simplesmente apenas opiniões e análises de ordem econômica, política ou cultural. Mas, também são percepções e posicionamentos em conflito ou oposição com outras igualmente presentes.

Ricoeur (2008, p. 27) considera o programa hermenêutico de Schleiermacher ao mesmo tempo romântico e crítico, romântico “por seu apelo a relação viva com o processo de criação” e crítico “por seu desejo de elaborar regras universalmente válidas da compreensão”. Gadamer (2008, p. 265) afirma ser a distinção entre intérprete e autor “um importante desempenho teórico” porque legitima a equiparação de ambos e o mais importante nessa relação é a “intenção inconsciente do autor”. “A fórmula de Schleiermacher (...) considera a expressão que representa um texto” (idem, 2008, p. 269), assim seu objetivo era a apreensão de textos como puros fenômenos de expressão.

Como fenômenos de expressão se pode ainda considerar que muitos dos escritos conhecidos sobre a Amazônia sejam representativos mais da própria cultura europeia do

que da realidade Amazônica. Mas, a ideia de pureza não estava presente nem nos mais fervorosos religiosos, e geralmente eles foram os principais cronistas sobre os acontecimentos que se tornaram históricos na região.

Dilthey, como Schleiermacher, torna como ponto central o problema da compreensão, e atribui à hermenêutica “a tarefa de indicar as condições de possibilidade de conhecimento do nexos do mundo histórico e de encontrar os meios de sua concretização” (DILTHEY apud AMARAL, 1994, p. 10). Na medida em que para ele só existem os indivíduos históricos, o que há para ser compreendido surge do caráter significativo de determinadas vivências. Essa perspectiva, a das experiências vividas, é importante quando se trata da região amazônica para refletirmos que um dos conjuntos de produção documentada sobre ela, a dos viajantes e cronistas, é base do que lhe conhecemos como histórico. As noções, os conceitos, e teorias que aprendemos de um dado momento histórico da Amazônia, foram interpretações de circunstâncias cruciais vivenciadas por aquelas pessoas. “O nexos estrutural da vida, tal qual o nexos de um texto, é determinado por certa relação entre o todo e as partes” (GADAMER, 2008, p. 302). O todo de uma grafia de visão eurocêntrica sobre as partes de uma Amazônia complexa que não se encaixou em nenhuma realidade a não ser em si mesma, posto que ainda seja vista como se fosse às pinturas dos aventureiros.

Para Dilthey, antes da questão de como compreender um texto, é preciso uma questão prévia, pois “antes da coerência de um texto, vem a da história, considerada como o grande documento do homem, como a mais fundamental expressão da vida” (RICOEUR, 2008, p. 30).

Desse modo, ao pensarmos num conjunto de representações e pré-representações, de ideias e pré-ideias, etc. da Amazônia, buscamos categorizar os discursos dos artigos de

jornais como representativos de expressões que, na perspectiva de um clima mental aberto – como se refere Ianni (2004), no qual os processos de globalização são inexoravelmente inegáveis – muitas pré-affirmações, ao que parece já se consolidam. Neste clima mental aberto, metáforas, alegorias, símbolos coadunam-se num pensamento comum – talvez, mais uma metáfora da globalização seja *uma* Amazônia globalizada ou contemporânea em que um ideário/imaginário da Amazônia no mundo é (re)afirmado.

Assim, como uma questão importante a partir de Dilthey, diante de muitas abordagens, percepções, interpretações, representações, invenções, nos é cabível indagar sempre, em tal contexto, pois, *de que Amazônia (estão e) estamos tratando*.

Ricoeur (2008, p. 31) aponta ser a oposição entre “a *explicação* da natureza e a *compreensão* da história” a grande oposição que atravessa a obra de Dilthey em seu questionamento de como o conhecimento histórico é possível. A diferença entre o explicar e o compreender para Dilthey segue essa oposição entre a coisa natural e o espírito. Tal tentativa de explicação e compreensão entre natureza e cultura na Amazônia perpassa um ponto problemático nas discussões atuais.

Santos, (2007, p. 383) ao analisar a emergência dos discursos que transformam a natureza em ambiente, aponta para os vários momentos de invenção da Amazônia pelos primeiros viajantes e cronistas que, ao retratarem a natureza e seus habitantes “podemos ver, pois, aí serem lançadas as bases das práticas de proteção ambiental futuras, fundadas num antagonismo entre a natureza e o homem”. Os discursos de preservação/conservação da natureza e também de preservação/conservação *da cultura*, embora, a dimensão da natureza que é realmente salientada como uma necessidade planetária, reconfiguram a Amazônia não a partir exatamente de um novo olhar. Uma questão que representa este contexto é o emprego de um novo termo, qual seja, o global:

O primeiro homem a subir ao espaço, a olhar a Terra do cosmos, na Segunda metade do século XX, cunhou, num misto de assombro e alegria, a seguinte frase: a Terra é azul!

Inaugura-se aí um olhar definitivamente planetário, uma consciência de que o globo terrestre possuía uma unidade, e de que esta jóia, de um raríssimo azul, em decorrência da escalada predatória das modernas economias, estava sob ameaça. Seus recursos naturais não eram infinitos e fazia-se necessário, pensar instrumentos que racionalizassem sua exploração (SANTOS, 2007, p. 399).

E seguindo a análise de Silva (2000), Santos corrobora outra invenção da Amazônia, agora sob o estatuto de ambiente. Desse modo, além das representações da região amazônica, percebemos como importantes também às dimensões práticas sendo postas em causa; posto que elas tenham sempre uma relação. A questão a ser salientada nesse ponto é, portanto que, entre natureza e cultura se encontra uma interpretação hermenêutica que se torna problemática, seja por uma busca radical de oposição entre ambas, seja por uma imbricação na maioria das vezes de exageração da interdependência entre ambas. Ideias propagadas em discursos onde nem sempre os interesses são tão explícitos.

A história como processo nos possibilita o questionamento de como as interpretações dos acontecimentos históricos podem tornar-se fundamentação para compreendermos a Amazônia como tema globalizado. Os escritos de viajantes e cronistas desde o século XVI são as expressões daquelas. Ideias que se formaram em pensamento, interpretações que construíram conceitos, etc. parecem justamente atestar que o aspecto psicologizante da interpretação foi mais predominante na compreensão daqueles que escreveram primeiramente o contexto amazônico e que ainda permanecem em variados aspectos.

O contexto dentro do texto faz necessário pensar que o panorama contemporâneo que envolve a região Amazônica não prescinde de compreendê-la em sua historicidade. Na obra *O Paiz do Amazonas*, Silva (2004) demonstra que a Amazônia *nasce* internacional ao problematizá-la diante da relação sociopolítica que foi estabelecida entre a região e o próprio país, já que a Amazônia respondia política e economicamente diretamente junto a Coroa Lusitana. De acordo com a autora esse processo está vinculado à questão nacional de forma que se apresenta problemática a integração da Amazônia no Estado nacional. Nesse contexto, a identificação das Amazônias (Amazônia portuguesa, Amazônia indígena e a Amazônia brasileira), analisadas por ela, suscita uma análise das interpretações da Amazônia enquanto lugar “distante” e “periférico” e foco mundial ao mesmo tempo. A partir dessa perspectiva podemos compreender, pois, as conformações não apenas históricas, mas também imaginativas que constituirão a região empregando-lhe uma forte identidade geográfica diante de outras regiões. Dimensão que notavelmente foi descrita e interpretada por visões filosóficas e científicas, e certamente, literárias; “a Amazônia entra no circuito internacional ao servir de tema aos romances de Júlio Verne, Conan Doyle e Vicki Baum” (GONDIM, 2007, p. 173).

As invenções da Amazônia são assim uma imprescindível apreensão e compreensão de um lugar não isolado e não distante se nós a percebemos que sempre esteve de alguma maneira, no imaginário social distante de sua própria realidade. No curso dessas interpretações a natureza e os seus habitantes parecem sempre oscilantes entre aspectos negativos e positivos. Os discursos assim atravessaram séculos e culminaram nos séculos XX e XXI em outras (re)invenções que a expõem novamente em visibilidade de escala mundial.

CAPÍTULO III – Interpretações da Amazônia: por uma hermenêutica dos artigos dos jornais

Pensar a Amazônia na contemporaneidade é sempre se questionar como realizar uma contribuição nova sobre um tema muito presente, posto que sua visibilidade seja recorrentemente planetária, e muito continua sendo produzido a respeito. Não apenas quanto à natureza e as culturas e o que ganha mais destaque nas perspectivas interdisciplinares e multidisciplinares como novos olhares necessários ao contexto complexificado da região.

Assim, nos é interessante lançar um olhar crítico sobre os olhares tão comumente familiarizados e buscar nos estranharmos novamente e tentar deixar que a realidade nos surpreenda, como afirmou Boaventura de Souza Santos¹. São idéias, conhecimentos, especulações, representações em movimento que dão uma caracterização inventiva singular à região amazônica e circulam com rapidez nos diferentes âmbitos sociais.

Produzir idéias/conhecimentos que legitimam abordagens sobre a Amazônia configura-se como um instrumento de poder que produz ações de caráter arbitrário, embora tal arbitrariedade seja obscurecida pela matriz das significações dominantes.

Na perspectiva da hermenêutica de Gadamer (1999, p. 132) “o compreender só é possível quando aquele que compreende coloca em jogo seus próprios preconceitos (...) isso não significa o caráter privado e arbitrário das pressuposições subjetivas, visto que a coisa que está em questão a cada vez (...) é o único critério dotado de validade”. Nesse contexto opera a questão do distanciamento, mas este ocorre através da linguagem. De

¹ Conferência realizada no Auditório da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, em Manaus no ano de 2006.

acordo com Gadamer (1999, p. 136) “todo conhecimento humano do mundo é mediado pela linguagem”, e em um sentido mais amplo, “toda experiência realiza-se numa constante ampliação comunicativa de nosso conhecimento do mundo”. Mesmo que a problemática em questão seja central sobre a linguagem na hermenêutica como teoria filosófica, ela comporta outras dimensões na medida em que na problematização do uso da linguagem teve implicações diretas no âmbito das ciências sociais. O que nos interessa realizar a partir desse ponto de encontro é a compreensão crítica dos artigos de jornais que abordam a região amazônica.

É nesse ensaio de reflexão hermenêutica que nos artigos dos jornais identificamos discursos que projetam uma visão da região amazônica. Para termos uma ideia, os títulos dos artigos demonstram o que é mais recorrente quando se trata de Amazônia. No ano de 2007, no jornal “O Estadão” os títulos que fazem referência predominantemente à natureza e sua preservação conservam algo de catastrófico no ar: “Ainda há tempo? Exótica e esplendorosa, mas tratada com ambigüidade e distanciamento, a Amazônia pode ser salva, mas antes é preciso conhecê-la”; “Tragédia: já destruímos 17%. O ritmo do desmatamento diminui. Ainda assim, em cinco anos, dizíamos uma área igual à de Portugal”; “A cobiça do mundo. Para os ecologistas, a Amazônia é problema global; para Brasília, é coisa nossa”. Em 2009, no jornal “Folha de São Paulo”, a perspectiva sobre o assunto não modifica muito: “Desmate na Amazônia tem tendência de alta, diz ONG”; “INPE: degradação na Amazônia supera desmatamento”; “Desmatamento cai em relação a 2008, mas aumenta sobre maio”.

Ambientalistas, empresários, cientistas, políticos etc. todos são agentes quando o assunto é Amazônia, e cada um desses grupos tem um discurso sobre a região e inclusive para o seu melhor *destino*... Principalmente porque a região é vista como “interior”, “região

escassamente povoada e apenas atingida pela cultura urbana”, ideia do século XVI, como afirma Holanda (1995, p. 101) de que é uma ideia marcada pela colonização litorânea realizada pelos portugueses que preferiram povoar e explorar mais a “marinha”. Essa ideia (mesmo que se refira à formação nacional) nos parece sim uma ideia que se amplia em âmbito global, pois a Amazônia, na medida em que está “contextualizada” no campo ideológico das tensões geopolíticas norte-sul, amplia os sentidos nos quais também se problematiza ainda o nacional e o global. Pensar o que poderiam ser todos os traços conseqüentes da expansão colonizadora é certamente algo muito grande de ser trabalhado. Mas, mesmo diante de um novo momento histórico vivenciado na contemporaneidade, ainda a região amazônica é o lugar no Brasil que mais recorrentemente se remonta ao passado colonizador em diferentes feições.

É um contexto amplo e complexo onde as ações de diferentes agentes sociais e políticos são, em grande parte, muito complicados de serem identificadas. Se alguma projeção do futuro sob as influências marcantes, nas expressões de Holanda, de ladrilhadores e semeadores da colonização se consolidou, certamente é significativo que certo espírito de conquistado permanece. Seria necessário compreender melhor as relações entre tais agentes e em que sentido é possível entender que ainda se semeiam ou ladrilham na região amazônica em uma perspectiva mais ampla para além de uma questão de relação nacional.

É possível delinear eixos temáticos nos discursos que versam sobre a Amazônia, que convergem em um aspecto geral como relação região/nação. Os eixos sociedade/natureza, local/global e meio ambiente são os que buscamos evidenciar. Quanto à relação sociedade/natureza, uma das questões mais problemáticas nessa temática tem sido a das populações tradicionais. Termo que inclusive suscita uma série de debates

principalmente quando o assunto é a ocupação e uso de território. No eixo temático de globalização os aspectos econômicos sempre estão postos em causa ressaltando, entre outros aspectos, a exploração das riquezas naturais. O foco sobre a natureza da região amazônica é notadamente planetário em torno das discussões sobre a preservação e mercado de carbono, por exemplo.

Sobre o meio ambiente quando se trata da Amazônia, são predominantes os estudos sobre a diversidade biológica. Hegemonicamente veicula-se de maneira previamente reconhecida como resultado de pesquisa o que é produzido no âmbito das ciências naturais. E onde se percebe ainda que os discursos são cada vez mais especializados, sugerindo aí uma ideia de autoridade científica para falar sobre a região amazônica. Mas, relação sociedade/natureza, globalização e meio ambiente diretamente se relacionam e estão relacionados em uma gama de ideias, representações, etc. nas quais se devem pôr em causa o sentido da interpretação no discurso.

3.1 A hermenêutica do discurso: a interpretação da Amazônia como natureza

O tema Amazônia é recorrente nos jornais de grande circulação no país como A Folha de São Paulo e O Estadão, e os enfoques sobre a região são variados, mas a predominância do olhar geográfico e biológico atesta a visão de natureza na compreensão dominante que se tem de Amazônia. A primeira interpretação da Amazônia pode-se dizer, é assim “autoexplicativa”. O que é representativo dessa região é primeiramente enquanto um bioma. E a Amazônia é uma delimitação geográfica de importância global. Nessa prospecção, as principais questões que parecem estar em causa dizem respeito à relação entre o desmatamento e/ou queimada com a questão do desenvolvimento econômico e/ou

produção econômica, e a preservação/conservação da biodiversidade conhecida ou a conhecer.

A natureza amazônica classificada como exótica é uma das questões centrais no que é preciso conhecer sobre essa região complexa. Ressaltar a diversidade conhecida é um argumento forte de sua importância, bem como do que impressiona numa ideia de sua riqueza. Natureza amazônica é assim riqueza, daí o ponto tenso sobre diferentes perspectivas que convergem apenas em um ponto, o de que é *preciso* aproveitar essa riqueza.

Entre os principais atores nos pontos tensos e críticos sobre a diversidade da natureza amazônica estão os cientistas especialistas nas diferentes áreas das ciências da natureza. É interessante perceber neste aspecto a continuação ininterrupta de exploração da Amazônia pelo saber especializado, desde o século XVI, com a classificação e catalogação dos viajantes e cronistas a serviço das regências européias. A atualização dessa prática ocorre com a introdução de tecnologias avançadas como os sistemas de sensoriamento que calculam as taxas de desmatamentos, por exemplo.

De acordo com Almeida (2008, p. 19) a herança da “literatura dos viajantes” e cronistas ou “literatura dos naturalistas” é a contribuição de um esquema de interpretação da Amazônia. Bem como afirma Souza (2009, p. 87) que a importância dos relatos foi “em grande parte, a orientação, classificação e interpretação da região como literatura e ciência”.

A natureza é representada em diferentes expressões. É representada como natureza *intocada* quando da defesa de preservação de determinadas espécies; de natureza como *recurso natural* quando das argumentações sobre a *necessidade* de exploração

racionalizada; e de natureza como *recurso científico* e, portanto, de *privilégio exclusivo* de cientistas especialistas.

Em tal contexto, invenções, representações, idealizações como elementos dos discursos configuram dimensões diferenciadas presentes nos textos que não prescindem da interpretação. Uma questão é compreender o sentido do desvelamento, de que há questões que nos remetem sempre a outras questões, sobre a interpretação do estatuto da Amazônia como natureza na contemporaneidade. As ideias e representações não estão renovadas senão apenas melhoradas se, nesse sentido, a introdução de instrumentos de observação contar como traços da atual modernidade. O vislumbamento pela riqueza natural existente e àquelas na possibilidade de existir mantém forte o espírito que limita o sentido e significado de riqueza a uma condição de materialidade.

Dos traços fundamentais de uma teoria da experiência hermenêutica em Gadamer (2008, p. 356 e ss.) uma compreensão da compreensão, na qual se pressupõe um projetar no contato com o texto, a interpretação de Amazônia é predominantemente riqueza natural.

Mas, este deve ser um constante reprojeter na perspectiva de diferentes possibilidades. Daí, o desvendamento de tal natureza só poder ser projetado no plural e de que se trata de diferentes naturezas. Nesse sentido, os pré-conceitos que possam estar relacionados com a região amazônica enquanto ideia, representação ou invenção se tornam igualmente importantes para análise, como os conceitos. Os conceitos também se relacionam enquanto processos culturais que, portanto, não representam conceitos acabados, mas nos delineia uma forma possível de inteligibilidade.

A Amazônia nas distintas compreensões de natureza é amplamente uma matéria para as divulgações no campo das pesquisas e descobertas científicas.

Assim, lemos:

- “Uma série de estudos revela que a floresta amazônica deverá sofrer uma impactante diminuição de sua área até o fim deste século devido ao aumento da frequência de seca nas suas regiões sul e oeste, aponta relatório da World Wildlife Fund (WWF), uma organização não governamental internacional dedicada à conservação da natureza, em parceria com o grupo Allianz, de seguros. (...) Somado ao problema do desmatamento, a queda do nível de chuvas, em decorrência do aumento da temperatura global, poderá significar a perda de 3,9 a 4,3 milhões de metros quadrados da floresta amazônica nos próximos 90 anos” (Estadão, Online, nov. de 2009).

- “‘Sinto pena, mas tem que fazer isso pela ciência, né?’, filosofa Osvaldo Portela, funcionário do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), ao observar algumas árvores em chamas. (...) Há um bom motivo para estudar o quanto a floresta é inflável. ‘Mesmo que o desmatamento da Amazônia, pare nos próximos anos, o fogo ainda será um grande inimigo da floresta’, justifica o engenheiro florestal Paulo Brando, do Ipam, um dos coordenadores do trabalho. (...) ‘Sabemos que um incêndio emite 20 toneladas de CO₂ na atmosfera por hectare. Mas ninguém sabe como uma floresta queimada se recompõe’, explica a ecóloga americana Jennifer Balch, que divide a coordenação do estudo com Brando” (RIGHETTI, Ciência, A17, 2010).

- “A maior série de expedições biológicas conduzida nos últimos anos na Amazônia está descobrindo uma riqueza natural inesperada na chamada Calha Norte (...). ‘Durante muito tempo se achou que essa região era um centro de endemismo pouco diverso em relação a outros da Amazônia e que era mais ou menos homogêneo, porque há uma predominância muito grande de floresta de terra firme’, diz Alexandre Aleixo, biólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi. (...) O grupo de especialistas em répteis já identificou uma espécie nova de cobra-cega, também conhecida como cobra-de-duas-cabeças. (...) Os

resultados da expedição também têm deixado entusiasmados os botânicos Sebastião Maciel e Goreti de Souza, colaboradores do Museu Goeldi. (...) As expedições que estão permitindo aos biólogos redescobrirem a Calha Norte, ironicamente, só tem sido possíveis porque uma empresa que fazia pressão para reduzir a área de conservação – a mineradora Rio Tinto – entrou na jogada” (GARCIA, ciência, A26, 2008).

- “Um novo relatório mostra que, entre 1999 e 2009, foram registradas 1.222 novas espécies na região [amazônica] – o equivalente a um novo achado a cada três dias. (...) Os dados estão no relatório ‘Amazônia Viva!’, que acaba de ser lançada pela ONG WWF. (...) Apesar de recém-descobertas, muitas das novas espécies já estão em perigo. A pressão da agricultura, a expansão da pecuária e a construção de grandes hidrelétricas na região ameaçam o habitat de espécies que dependem de um frágil equilíbrio para sobreviver” (MIRANDA, ciência, A13, 2010).

A divulgação dos “achados” científicos certamente tem sua importância. Contudo, a representação dominante sobre a região amazônica, que concentra o olhar científico na perspectiva das ciências da natureza, reforça o caráter simbólico de “um lugar exótico”. O olhar externo que emprega de modo mais contundente o estatuto de natureza para a Amazônia implica, entre outras questões, no sentido do conhecimento produzido enquanto ciência ser o do mundo natural. De maneira que percebemos que tal visão é projetada em uma perspectiva unilateral e ignora teses também no campo das ciências humanas e sociais que produzem conhecimento da região amazônica.

Em que medida, portanto, o campo das ciências da natureza pôde se sobrepor em relação a outros olhares na produção de conhecimento científico sobre a Amazônia? Algumas respostas em torno do aspecto econômico, quanto à riqueza natural, poderia ser pensado, ou do aspecto político, quanto à indicação da ausência de controle por parte do

país em relação à questão da preservação/conservação e tipos de desenvolvimento compatíveis com as características da Amazônia.

Mas, ainda é uma questão epistemológica que se impõe no âmbito das ciências humanas e sociais da Amazônia, enquanto *região e problema global* ao mesmo tempo. O que não se centraliza em uma perspectiva ecológica a importante necessidade da sobrevivência humana, das gerações futuras. Mas a questões em torno do conhecimento produzido em uma ampla concepção de história e cultura, presente e futura. Quando pensamos nas novas gerações, privadas de um conhecimento básico e fundamental da história e geografia humana da Amazônia, num horizonte histórico de desconhecimento, “nós continuaremos sustentando o fato de o caráter linguístico e de o caráter de escrita significarem algo totalmente decisivo para a nossa informação sobre o passado. Apesar disso, hesitaremos em restringir todo saber do passado à linguagem e à escrita” (GADAMER, 2007b, p. 191).

3.2 A Amazônia pelos especialistas da natureza

A Amazônia é assim um lócus de muitos olhares que enfatizam diferentes questões sobre a região. Dentre esses olhares o da produção científica têm mais ênfase devido o reconhecimento que o conhecimento científico possui hegemonicamente em todas as esferas da vida social. Também os discursos de “cunho” não científico, mas frequentemente com referência à ciência têm uma abrangência de alcance social através dos meios de comunicação, principalmente os jornais.

Os pesquisadores nas áreas das ciências da natureza representam o grupo de cientistas com determinada autoridade prévia de especialistas quando se trata de Amazônia.

Isso porque “a experiência científica ocupa uma posição especial” por ser “considerada uma experiência segura” (GADAMER, 2006, p. 30). O conceito de natureza nos é informado por este grupo especializado. Dentre eles estão em sua maioria biólogos, sendo muitos ictiólogos, físicos, principalmente atmosféricos, depois geólogos e arqueólogos. É possível imaginarmos um *mapa* da natureza amazônica em grande parte em *destruição* a partir dos textos que afirmam,

- “Mato Grosso... Cerca de 11% dos 201,7 mil Km² derrubados no Estado voltaram a ter algum tipo de floresta. No Pará, foram 22%, dos 2.333,4 mil Km² desmatados. No Amapá, um quarto (ou 25%) dos 2.440,3 Km² **destruídos pelo homem** se regenerou” (Ângelo; Magalhães. Folha de São Paulo, Ciência, A19, 2009);

- “**Os municípios** de Novo Progresso e Altamira, no Pará, foram **os que mais desmataram** em julho” (Salomon. Folha de São Paulo, Brasil A4, 2009);

- “Embora esse período [1998-2007] tenha representado uma tendência de queda na área desmatada na Amazônia (...) a ocorrência de fogo aumentou em 59% da Amazônia Legal (...) Vários fatores contribuem para esse fato, avalia a dupla [Luiz Aragão e Yosio Shimabukuro]. Além **do costume de preparar terreno para plantio com uso de fogo**, está cada vez mais fácil que os incêndios ‘vazem’ de uma propriedade para outra” (LOPES, Folha de São Paulo, Ciência, A16, 2009);

- “**A Amazônia registrou um desmatamento** de 185 quilômetros quadrados em fevereiro, um índice 29% superior ao mesmo período de 2009” (FORMENTI, O Estadão online, 2010);

- “No mesmo ano em que o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia, chamado de sistema Prodes, registrou **12.911 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia** (2007-2008), um novo sistema de monitoramento registrou

mais que o dobro disso (27.417 quilômetros quadrados) em áreas de **florestas degradadas**, que sofreram queimadas ou exploração predatória da madeira. Ontem, segundo os dados mais recentes do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desflorestamento acumulado nos últimos 11 meses (de agosto de 2008 a junho de 2009) caiu 55% em relação ao mesmo período de 2007-2008” (O Estadão, online, 2009).

O conceito de natureza, ao que parece, é antes uma representação do natural como tudo o que o homem pode se apropriar, porque este, de algum modo externo àquela natureza, pode dominá-la... A separação entre natureza e cultura encerra uma ideia que apenas se repete como algo inteligível em nossas cabeças. Dilthey, ao refletir sobre a explicação da natureza e a compreensão da história busca o entendimento de um nexos estrutural, o que nos faz entender que, se estão como opostos estão cindidos e, portanto, se percebe apenas em partes. Gadamer ao se referir ao nexos estrutural da vida, tal qual o nexos de um texto, aponta para a relação entre o todo e as partes, no sentido em que Dilthey busca uma explicação e, ao mesmo tempo, uma compreensão histórica da vida.

A história da natureza independente da história dos homens é vista tão somente como natureza que ainda não se explica completamente. Em grande parte essas leituras sobre a Amazônia apontam para uma história da natureza, mas apenas enquanto catalogação, classificação, mapeamento de riquezas. Não refletem nenhuma compreensão dessa história, mas apenas reduzindo-a como dados mensuráveis.

Os dados também estão informando sobre um tipo de modelo de intervenção na Amazônia, o que também pode ser entendido até mesmo como denúncia, mas apenas aparentemente. É, pois, importante perceber que a estrutura da linguagem que prima pelas expressões contundentes tem relação direta com a condição da produção do texto, de que

esta diz respeito ao olhar do sudeste para a Amazônia. Assim, quem são os algozes da natureza amazônica? Quais os atingidos com tais ações predadoras? Nomes de instituições de pesquisa são citados, nomes de empresas privadas são citados, nomes de ministérios são citados, e os cientistas da natureza atuando na condição de “objetividade” que serve a diferentes contextos de ações institucionalizadas.

Parece-nos ilustrativo dessa observação o que segue, no texto abaixo, em relação aos posicionamentos dos cientistas em relação a Belo Monte, que são também posicionamentos políticos.

- “Quatro ou cinco espécies de peixes tem potencial de se extinguir, mas assumimos esse risco. Para o conjunto da Amazônia, faria muito mais mal construir 25 termelétricas do que a usina hidrelétrica de Belo Monte, afirma o biólogo Antonio Hernandez, do IBAMA. (...) Hernandez falou à Folha em resposta às críticas feitas por um grupo de ictiólogos (...) ao estudo de impacto ambiental (...). Entre outros problemas (...) os bichos teriam sido igualados erroneamente a peixes que só existem em outras bacias hidrográficas (...). Para Lima [Flávio César Thadeo de Lima, pesquisador do Museu de Zoologia da USP] um dos problemas mais graves é que o estudo de impacto não chama a devida atenção para duas espécies que já constam da lista nacional de espécies sob risco de extinção, o pacu-capivara e o carismático cascudo-zebra, sucesso entre aquaristas” (LOPES, ciência, A23).

De outra maneira, as discussões entre os políticos, não mais são de preocupação técnico-científica.

- “Principal legado de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, o PAS (Plano Amazônia Sustentável) será revisto pelo governo. (...) O momento não poderia ser pior politicamente: o PT e o governo tentam atrair a candidata derrotada verde e seus 20 milhões de eleitores para a campanha de Dilma Roussef no segundo turno. (...) A ministra do Meio

Ambiente, Izabella Teixeira, que abriu o seminário, criticou o excesso de preservacionismo na política ambiental. (...). Uma das “lacunas” é a presença dos militares. Eles foram excluídos do plano de Marina e não concordam com certos princípios defendidos pela ex-ministra, como grandes terras indígenas contínuas em fronteiras. “Nós aprendemos que não pode haver desenvolvimento sem a defesa estar assegurada”, afirmou Salomão [Luiz Alfredo Salomão, secretário executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos]. (...) Outra lacuna são energia e mineração. O PAS original critica a atividade mineradora (...). Já o governo quer ampliar a exploração do potencial mineral da Amazônia” (ANGELO, Poder, A4).

Não é possível afirmar de uma matéria sem proposições ideológicas nesse assunto, pois, não são as diferenças apenas entre as ideologias partidárias PT (Partido dos Trabalhadores) e PV (Partido Verde) que estão sendo demarcadas em tal texto. Mas, a própria posição do jornal “A Folha”, em meio às disputas ao presidencialismo, não é sem presunções que dedica mais atenção em destacar as diferenças de atitudes políticas, em vez de chamar a atenção para as implicações práticas de um plano de sustentabilidade para a região amazônica.

As questões se ampliariam em muitos aspectos se considerássemos mais detidamente as posições políticas em torno da compreensão de Amazônia como natureza, posto que as atuações no campo científico não sejam isentas de relações institucionais mais estreitas, quer se trate do âmbito governamental, quer se trate do âmbito de empresas privadas e de outros interesses. Mesmo que esse não seja o ponto principal em nosso trabalho é relevante apontar o questionamento para um cenário em que a apropriação da produção de conhecimento científico da região sirva a interesses excludentes.

3.3 O desmatamento, a degradação ou o silenciamento da floresta

Da visão edênica ao processo de ambientalização da natureza (SANTOS, 2007), sob foco na região amazônica, a construção de uma necessidade planetária remonta a um ideal de paraíso, mas que precisa ajustar-se às concepções de mundo globalizado. Considerando mais especificamente sobre o meio ambiente, a questão mais explorada é sobre o desmatamento da Amazônia não apenas como tema, mas como preocupação de ordem mundial.

A questão do desmatamento parece flutuar sobre a realidade, quer dizer, é um fato que ocorre, predominantemente na Amazônia, mas de uma maneira como se pudesse ser compreendida isoladamente. O que não é possível. A significação do desmatamento enquanto discurso não é simplesmente ambiental.

O entendimento de desmatamento como perda da floresta também pode ser compreendido na análise de Almeida de degradação ambiental.

Almeida (2008, p. 17 e ss.) analisa o sentido de degradação ambiental da forma como os biólogos, agrônomos, engenheiros florestais, etc. entendem, nessa análise o termo “degradação”, definido “objetivamente” como “diminuição ou como perda” é uma “noção operacional”.

[...] não se trata, pois, de um conceito que problematiza relações e se detém no tratamento rigoroso das especificidades. Essa tentativa de definir de uma forma “objetivista”, “quantitativista” ou passível de ser medida, aparentando extremo rigor e exatidão, além de se restringir função à prática elide o sujeito da ação (ALMEIDA, 2008, p. 18).

A compreensão de noção operacional é possível de ser percebida nos artigos de jornais.

- “Reduzir o desmatamento na Amazônia pode se revelar uma vitória apenas aparente contra o aquecimento global, sugere um novo estudo. (...) ‘O que se sabe é que o desmatamento libera anualmente cerca de 0,2 bilhão de toneladas de carbono. Em anos de seca forte na Amazônia, o fogo levaria à produção de algo entre 0,1 bilhão e 0,2 bilhão de toneladas de carbono’, afirma Aragão [pesquisador brasileiro da Universidade de Exeter, Reino Unido] (...). ‘Isso se deve à maneira como as áreas são desmatadas inicialmente. Com a utilização de maquinário para remover a biomassa (...). ‘Conclui-se que, primeiro, existe a necessidade de limitar a expansão do agronegócio na Amazônia e, segundo, que pequenos e médios produtores devem adotar práticas livre de fogo’, afirma o pesquisador” (LOPES, Folha de São Paulo, Ciência, A16, 2010).

- “O desmatamento acumulado na Amazônia em 12 meses foi o menor desde 2004, (...) O INPE mede o avanço da devastação da floresta desde 1988. (...) O ministro atribuiu a queda do desmatamento às ações de repressão” (SALOMON, folha de São Paulo, Brasil, A4, 2009).

- “Caso Minc e sua estimativa – que, ele mesmo admite, ‘não é muito científica’ – estejam certos e a devastação fique mesmo na casa dos 9.000 Km² (...). Mesmo que fosse um dado a comemorar, como toda boa notícia na Amazônia, esta corre o risco de se desfazer – literalmente – numa nuvem de fumaça nos próximos meses. O ‘ano fiscal’ da derrubada fecha com um viés de alta, e uma alta forte: julho de 2009 termina com um aumento de 93% em relação a julho de 2008, segundo o sistema SAD, do Imazon. E 160% em relação ao mesmo mês segundo o Deter, do INPE” (ÂNGELO, Folha de São Paulo, Brasil, A4, 2009).

- “O primeiro mapa da regeneração florestal na Amazônia traz uma notícia boa e outra má. A boa é que 20% de tudo o que foi desmatado na região entre 1988 e 2007 se recuperou, formando matas secundárias (capoeiras). A má é que essas matas secundárias tem vida curta: em menos de cinco anos metade da área regenerada volta a virar lavoura e pasto” (ÂNGELO; MAGALHÃES, Folha de São Paulo, Ciência, A19, 2009).

- “Se a taxa anual de derrubada da Amazônia realmente cair, a quantidade de carbono a ser lançada na atmosfera, em tese, deveria cair na mesma proporção. Mas, como o mundo real amazônico é complexo, a premissa acima é falsa. Pelo menos é o que diz um grupo da Universidade Stanford (EUA). (...) o desmatamento tem migrado das florestas mais ralas do sul e extremo leste amazônico para matas mais densas no coração da Amazônia – como a terra do meio no Pará, e o noroeste de Mato Grosso” (GERAQUE, Folha de São Paulo, Ciência, A 19, 2009).

- “O Amazonas, um dos Estados mais preservados da região amazônica, já não é mais imune ao desmatamento. Dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostram que de agosto de 2009 a fevereiro de 2010 o Amazonas teve 90 quilômetros quadrados de desmate – quase a metade do que o Mato Grosso desflorestou no período. Mas o Estado líder no ranking de desmatamento no acumulado desses meses foi o Pará, com 442 quilômetros quadrados” (BALAZINA, O Estado de S. Paulo, online, 2010).

- “Há um processo de degradação da floresta que muitas vezes é progressivo - começa com a exploração de madeira, passa pelo fogo e chega ao desmatamento”, disse o coordenador do Programa Amazônia do INPE, Dalton Valeriano. Segundo ele, o Degrad visa a ‘consertar uma informação que era enviesada’. ‘A floresta está degradada. Ela

simplesmente não foi convertida em pasto ou agricultura ainda” (O Estado de S. Paulo, online, 2009).

A busca pela quantificação mais exata possível do desmatamento mostra variações dependendo de onde vem o discurso, como foram os dados apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente e contestados em seguida pelo redator do jornal Folha de São Paulo. Contudo, a quantificação de dados sobre o desmatamento não reflete as reais condições e relações nas quais ocorre o desmatamento.

Para Almeida (2008, p. 20)

Discutir a noção de “degradação” está em jogo uma ideia de “natureza” abrangente e bem circunstanciada, que não pode mais ser entendida simplesmente enquanto “quadro natural” ou “meio físico”. Em verdade trata-se de um significado de “natureza”, enquanto uma representação disposta num campo de disputas [...].

O discurso sobre o desmatamento visibilizando a perda da floresta encerra um campo de disputas não apenas pelo dado científico, mas primordialmente pela aplicação destes em determinados contextos. A aplicação dos conhecimentos científicos não está tão somente para teorizar sobre a relação do clima, solo e floresta. Além disso, é interessante perceber, por exemplo, a ausência da noção de desenvolvimento sustentável em meio a tais problemas ambientais discutidos. Não faz muito tempo, pois, que falar de problemas ambientais e ecológicos na Amazônia tinha ligação direta com a discussão de desenvolvimento sustentável.

Não se trata de um entendimento simples de um discurso de divulgação científica, principalmente se entendemos que “a institucionalização da ciência como empresa pertence ao amplo contexto da vida econômica e social na era industrial” (GADAMER, 2006, p. 25).

A explicação sobre o desmatamento não é necessariamente uma tentativa de compreensão da dinâmica atual de diferentes fatores, e não apenas naturais, que influem no contexto amazônico.

Almeida (2008, pp. 87,88) ao remontar à história desde o processo de colonização para refletir a noção de degradação relata a atividade pecuarista dos Jesuítas em Marajó que chegou a acumular mais de 20 mil cabeças de gado. Bem como, descreve o relato do engenheiro militar Pereira do Lago entre 1815 e 1819, “as grandes plantações de algodão já destruíram tudo, não vejo uma árvore em pé, estou viajando há quatro dias e não encontro nada [...]”. De acordo com o autor a aplicação da noção operacional de degradação ignora o conhecimento histórico e os sujeitos sociais da Amazônia.

[...] é como se quando os técnicos fossem falar já soubéssemos o que eles vão dizer, já são discursos pré-dados, e esse pré-conhecimento da Amazônia é uma visão preconceituosa no meu entender, é uma forma de desconhecimento. É a forma evolucionista que colonialisticamente está colocada para “desconhecer a Amazônia” pelo menosprezo do sistema econômico intrínseco aos sujeitos sociais que se afirmam como “povos” e como detentores dos saberes tradicionais. (...)
Não consigo entender, portanto, esta ideia de “degradação” sem sujeito, sem mencionar explicitamente o sujeito da ação (ALMEIDA, 2008, pp. 94,95).

A Amazônia não apenas como um espaço físico-geográfico representa um interesse de ordem global. Os interesses mais visíveis sobre a Amazônia são de ordem econômica, principalmente, e a cabo desses interesses, discursos no sentido da preservação ambiental estão distanciados das realidades locais na região.

De outro modo, percebemos ainda que a relação que a Europa criou com o Brasil no processo que se iniciou com a colonização vem sendo reproduzido na maneira como o sudeste olha para a Amazônia. Ignorar os sujeitos sociais da Amazônia é não apenas uma

visão preconceituosa, mas também, a reprodução de discursos que buscam constantemente incrustar uma realidade de opostos: civilizado/selvagem; racional/mítico; progresso/atraso; moderno/primitivo...

3.4 A globalização da Amazônia nas revistas científicas

Uma observação interessante de como os artigos de jornais atesta o caráter de cientificidade às questões referentes à Amazônia é o fato de que o conteúdo que está sendo tratado ter sido publicado em alguma revista científica internacional. A publicação em revistas científicas internacionais já representa uma forma de dar visibilidade ao tema em escala global. A revista científica representa a confiabilidade na apresentação dos dados e afirmações de conhecimento sobre a região amazônica. As questões principais estão em torno das questões climáticas.

A confiabilidade segue uma orientação apreendida, a de objetividade na ciência moderna. Para Gadamer (2007b, p. 189), “os sucessos e as consequências de nossa cultura científica tornaram-se um problema global, um problema da humanidade, justamente também em relação ao futuro que está para nós velado. Nós estamos começando a aguçar nossos ouvidos para o problema ecológico”.

Contudo, a revista científica internacional é também expressão de produtividade e status na qual o conhecimento é cada vez mais repetição. Como a Amazônia é exposta nessas revistas científicas é primordialmente enquanto natureza. Os desmatamentos, as queimadas, são avaliados em relação ao clima e hipóteses de alterações climáticas sempre são aferidas em escala global, o que atesta que *de fato* a floresta amazônica é de preocupação mundial. Os grupos de pesquisadores são em sua maioria de instituições

sediadas nos Estados Unidos da América e do Reino Unido. Seus títulos já indicam os temas que lhe são de interesse. A ocorrência das revistas são principalmente a “Geophysical Research Letters”, “Science”, “Nature Geoscience” e “Biological Conservation”.

Nos termos de Gadamer (2007a, p. 42) “justamente por causa da multiplicidade de suas aparições, a própria linguagem permanece profundamente velada”. Nesse sentido, a Amazônia em que se torna cada vez mais conhecida internacionalmente ao mesmo tempo parece um processo de um desconhecimento da região. O primeiro aspecto desse conhecimento que produz desconhecimento da Amazônia são generalizações sobre as atividades de produção na região onde um pequeno produtor parece causar tanto dano ambiental quanto a produção em grande escala. Outro aspecto é o da pouca discussão de como a questão climática na Amazônia praticamente está centralizada em dados estatísticos sobre queimada e/ou desmatamento, mas pouco se questiona sobre a descrição produtiva de tais ações. Qual a intencionalidade dessa linguagem científica “vinda ao mundo”? Por que os artigos de jornais fazem referência às revistas científicas internacionais? Por que a ausência das revistas científicas nacionais? Mesmo pesquisadores brasileiros são coautores nas revistas internacionais.

Para além da importância que é atribuída a uma publicação em revista científica internacional e de que, “parece” que a preocupação com a região é maior no exterior do que no próprio país, é possível pensar na invenção da Amazônia na contemporaneidade como o reduto do discurso preservacionista e conservacionista. A questão está em torno da visibilidade global que o tema atinge, pois isto implica entre outras questões na compreensão de “bens comuns globais”. Na atual característica de devastação da natureza conhecida como crise ecológica global a Amazônia está no foco de muitos interesses.

Do ponto de vista econômico, afirma Lipietz (1997, p. 147),

crise ecológica global é uma crise com causas difusas e efeitos universais. (...). Na crise ecológica global o “culpado” pode ser nada menos do que um *modelo de desenvolvimento* envolvendo continentes inteiros, e as “vítimas” podem ser de outros continentes e com outros estilos de vida.

O autor enfatiza que as negociações sobre o meio ambiente encerram o conflito geopolítico norte/sul, onde a criação de acordos climáticos é complexa em vários aspectos, que vão desde as discordâncias entre as hipóteses científicas até a questão de soberania dos Estados.

A questão climática em relação à região amazônica envolve principalmente as discussões sobre o mercado de carbono. Onde alguns (sejam cientistas, ecologistas e políticos) acham que o mundo deve pagar pelos serviços ambientais que a floresta está oferecendo de graça, outros pensam nas relações de troca que isso pode resultar e de maneira negativa para o Brasil. Nesse contexto, o termo Amazônia representa muitas possibilidades de entendimento, mas na perspectiva de bem público global como uma ideia criada pelos cientistas, nos expõe diante da interpretação científica também ser ideológica.

Dessa maneira, descontextualiza-se o texto para recontextualizá-lo em uma nova situação, no sentido de que a globalização da Amazônia nas revistas científicas internacionais abre espaço para uma discussão mais ampla sobre as ideologias ecológicas. As ideologias ecológicas por sua vez não são apolíticas e é nesse âmbito que, falar da necessidade da floresta em pé não é simplesmente reconhecer os serviços ambientais da região amazônica, mas implica mesmo na questão econômica e produtiva.

De acordo com Gadamer (2006, p. 26),

A tensão entre saber teórico e a aplicação prática, (...) é, por seu lado, sempre vencida, na medida em que a ciência faz também com que a política de aplicação na respectiva área seja um tema e a trata como ciência aplicada. (...) Pode-se formulá-la (...) também da seguinte forma: quanto mais intensamente a área de aplicação é racionalizada, mais falta o próprio exercício do juízo e, com isso, a experiência prática no seu verdadeiro sentido.

A visão global que esse tema ganha nas revistas científicas internacionais em específico pelo prisma das ciências da natureza é assim um abrangente e complexo processo de politização da natureza. O olhar da objetividade científica traz à tona um ponto tenso entre a produção do conhecimento e a sua aplicabilidade na prática. A questão se torna então saber a que tipo de prática esse conhecimento corresponde.

São ainda muitas as controvérsias entre os cientistas da natureza, ambientalistas e ecologistas sobre os níveis de relevância dos serviços ambientais da floresta amazônica para o mundo, mas diante das incertezas do futuro ela já é projetada como *necessidade* também global.

3.5 A Amazônia e o olhar global

A projeção de que a importância da Amazônia é global é uma ideia recorrente nos artigos de jornais. A questão, na verdade, é o que se agrega ou omite nesses discursos. A visibilidade dada à região amazônica entra “em pauta” mundial, principalmente, quanto às discussões sobre o mercado de carbono.

Dados físico-químicos da região amazônica representam um verdadeiro laboratório para projeções de hipóteses em escala mundial.

A Amazônia possui cerca de 28% das florestas tropicais mundiais; de 15 a 20% dos recursos hídricos mundiais, e cerca de 1/3 de toda a biodiversidade do planeta (...).

Baseado na existência de 320 toneladas de CO₂ por hectare, Salati projetou que o desmatamento de toda a Amazônia acarretaria a emissão de 192 bilhões de toneladas de CO₂, 27% do total armazenado na atmosfera terrestre; Os solos amazônicos emitem cerca de 16 a 20% dos compostos nitrogenados que são emitidos mundialmente para a atmosfera terrestre. Estes compostos são importantes para a estabilidade química e climática da atmosfera terrestre (FREITAS, 2004, pp. 15;18).

Os conhecimentos cada vez mais aprimorados dessa natureza remetem aos diferentes aspectos pelos quais a Amazônia é um tema global e também globalizante. Diante das dimensões naturais e físico-químicas da região amazônica parece não ser possível ter uma ideia mais real delas se não for pela sua medição em comparação com todo o resto. Quer dizer, a maior bacia hidrográfica do mundo, a maior floresta do mundo, a maior biodiversidade do mundo... a questão é o que essa expressão *alimenta* como *necessidade* para o mundo.

Os aspectos sejam político-econômicos ou simbólicos estão imbricados em uma compreensão complexa daquilo que se tenta visualizar como o futuro da Amazônia. As interpretações contemporâneas já nos lançam a uma concepção prévia na qual o contexto amazônico é um local global.

Nesse contexto, dentre outras questões, a força do simbólico faz emergir aí a internacionalização da Amazônia, às vezes mais evidente, outras vezes mais velada. A dimensão ambiental (não somente a natureza) pela qual se projetam valores comerciais pela floresta amazônica é um dos aspectos contundentes pelos quais se sustenta a visão globalizada sobre a região. Nos artigos de jornais a discussão sobre o mercado de carbono é uma questão na qual o político-econômico, o simbólico e a soberania são pontos tensos na compreensão de que a região amazônica já é um ambiente globalizado.

Nos jornais lemos as seguintes discussões:

- “Gilberto Câmara, diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e principal responsável pelo monitoramento da Amazônia, chamou de “dinheiro sujo” os recursos que poderão vir a ser trocados entre os países por meio do REDD, um dos mecanismos em discussão no âmbito internacional para reduzir o desmate. (...) O governo brasileiro é contra mecanismos de mercado no REDD (sigla em inglês para Redução de Emissões por Desmate e Degradação florestal), pelos quais países que reduzissem seu desmatamento poderiam vender créditos de carbono para países com metas de redução a cumprir. Prefere que o REDD seja abastecido por doações, como os US\$ 110 milhões que a Noruega já empenhou no Fundo Amazônia. (...) Câmara questiona até mesmo o tamanho da contribuição do desmatamento nas emissões mundiais de carbono. Hoje se estima que as mudanças no uso da terra, principalmente o desmatamento tropical, respondam por 20% das emissões. Segundo Câmara, esses números poderiam até ser válidos para os anos 1990” (GERAQUE, Ciência, Folha de São Paulo, A18, 2009).

- “Está circulando entre parlamentares ruralistas um estudo que pode dar argumentos em favor de mudanças no Código Florestal. Intitulado ‘Farms Here, Forests There’ (“Fazendas Aqui, Florestas Lá”, em inglês), o documento americano afirma que os agricultores dos EUA podem ganhar até US\$ 270 bilhões em 2030 com a redução do desmatamento nos países tropicais. O argumento é que a maior proteção às florestas prejudicará a produção de carne, soja, dendê e madeira em países como o Brasil. (...). ‘Eliminar o desmatamento até 2030 limitará a receita para a expansão agrícola e para a atividade madeireira nos países tropicais, nivelando o campo de jogo para os produtores americanos no mercado global de commodities’, afirma o estudo. (...) O objetivo do documento lançado no fim de maio pela ONG Avoided Deforestation Partners, é convencer

senadores dos EUA ligados ao agronegócio, a aprovarem a lei de mudança climática em tramitação no Senado. A lei prevê que os EUA possam negociar créditos de carbono ilimitados pelo desmatamento tropical evitado. (...) O estudo corrobora a visão de que a conservação ambiental é uma desculpa dos países desenvolvidos para impor barreiras à agricultura do Brasil, mais competitiva. (...) Segundo Paulo Adário, do Greenpeace (...) ‘o estudo tem problemas sérios’ (...) O principal, diz Adário, é não levar em conta que reduzir o desmate não diminui a fronteira agrícola brasileira. ‘Só na Amazônia você tem 20 milhões de hectares de terras degradadas e abandonadas. Quando você para de desmatar, as terras já abertas ganham valor’, afirma. (...) ‘O estudo faz projeções burras associando linearmente hectares de desmatamento a mais ou menos produto’, pondera Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra Amazônia Brasileira” (ANGELO, Ciência, Folha de São Paulo, A16, 2010).

- Preocupados com a repercussão do documento os responsáveis pelo estudo, “divulgaram outro artigo. Evitar o desmate traria benefícios econômicos também para o Brasil, dizem. ‘O relatório original foi bastante mal interpretado pelos seus críticos. Ganhos para os Estados Unidos não significam perdas para o Brasil’, disse à Folha Glenn Hurowitz, diretor do escritório de Washington da ONG Avoided Deforestation Partners. (...) A tese conseguiu façanha rara: causou desconforto tanto em ambientalistas quanto em ruralistas. Estes a interpretaram como uma tentativa de minar a produção agrícola do país. Aqueles acharam absurdo relacionar a produtividade brasileira com a quantidade de terras ocupadas e não com eficiência do seu uso. Segundo a ONG, porém, não se tratava disso. (...) Para argumentar, a ONG divulgou estimativas que diziam que reduzir o desmatamento pode impulsionar a receita do país em algo entre R\$ 260 milhões e R\$ 545 bilhões até 2030” (MIOTO, Ciência, Folha de São Paulo, A18, 2010).

- “Punição a desmatadores ou desaquecimento da economia? Um estudo publicado hoje conclui que metade do mérito pela queda do desmatamento na Amazônia em meados desta década não é do aumento da fiscalização, mas sim da baixa no mercado de commodities. Com uma série de comparações estatísticas, cientistas do Brasil e dos Estados Unidos calcularam que 44% da redução do desmate observada de 2004 a 2006 foi reflexo da economia fraca. O resto, dizem, pode ser considerado mérito de políticas governamentais. (...) O novo estudo liderado por Britaldo Soares-Filho, da UFMG traz outra boa notícia: os produtores que deixaram de desmatar em uma determinada área em razão dessa pressão não migraram até outras regiões para cortar mais árvores. (...) Segundo o ecólogo Paulo Moutinho, coautor do trabalho, parte do segredo desse sucesso foi a criação de unidades de conservação próximas ao chamado arco do desmatamento – região no sul de Mato Grosso e oeste do Pará que marca a fronteira entre a floresta e as fazendas que avançam sobre ela. (...) Para Soares-Filho, a perspectiva do REDD já está tendo como efeito uma espécie de círculo virtuoso diante dos índices de desmates mais recentes” (GARCIA, Ciência, A20, 2010).

Nessa discussão, a perspectiva de uma compreensão global da Amazônia corresponde a uma representação que se atualiza como uma necessidade de dar destino à região. Carvalho (2009, p. 62) ao tratar da globalização afirma que,

Aspecto notável e surpreendente que se desenvolve no âmbito do processo de globalização é a *desterritorialização*. Manifestando-se tanto na esfera econômica como na esfera política e cultural, atingindo todos os níveis da vida social e alcançando fronteiras, raízes, centros decisórios, ponto de referência, tudo é deslocado ou dissolvido.

E ainda,

Propendendo ao desenraizamento das coisas, dos povos e das ideias, compete aos organismos internacionais multilaterais, às agências e organizações transnacionais implementarem, nesse horizonte, a *desterritorialização* da mercadoria, do mercado, da moeda, do capital, da empresa, da agência, da gerência, do *know-how*, do projeto, da publicidade, da tecnologia.

É possível pensar que tal processo de desterritorialização permeia as discussões postas em relação à Amazônia, onde as questões sobre o mercado de carbono não apenas são econômicas, mas primordialmente tangem ao aspecto da soberania sobre o território. A Amazônia é vista primordialmente como pertencente somente ao Brasil, a maior extensão da floresta amazônica dentro do território brasileiro é foco de maior aproximação nas representações estrangeiras em uma configuração de espaço global cada vez mais dependentes de supostos interesses ambientais.

Em um nível de produção simbólica as imagens de fronteiras físicas, por exemplo, se diluem na invenção de novas formas de perceber os espaços. Novos espaços de possibilidades comerciais, posto que o discurso da conservação da natureza não realiza necessariamente um questionamento sobre o modelo de produção que só se sustenta no ritmo de uma produção em larga escala e de intenso consumo. Tornar comercializável o carbono se insere dentro dessa lógica que explora todos os espaços, e o aspecto da desterritorialização aí atinge grupos de produção de níveis diferentes. Os sujeitos sociais que ficam à margem dos processos decisórios e aquém das *grandes expectativas para o futuro da Amazônia* “medido” entre cientistas e discutido entre gestores políticos, ficam de fora dos ganhos rentáveis.

A pressão externa expõe o futuro da Amazônia como uma questão global, mas, ao mesmo tempo como um problema do Brasil.

- “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva será pressionado a modificar sua política para a Amazônia e a atender a apelos internacionais em relação à proteção da floresta. Lula ainda será cobrado para que deixe de utilizar o argumento da soberania como elemento para impedir qualquer sugestão externa sobre como lidar com o desmatamento. Nesta quinta-feira, 3, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, abandonou sua conhecida diplomacia e criticou as taxas de desmatamento do Brasil. Ele também deixou claro que são os países ricos que devem ter a "responsabilidade histórica" de realizar as maiores reduções de emissões de CO2 para que haja um acordo climático até o final do ano. (...) Mas o gabinete de Ban quer uma posição mais flexível de Lula em relação à floresta e que o Brasil e outros emergentes atendam algumas demandas dos doadores. Entre os pontos que o Brasil terá de encarar, está a insistência para que haja uma metodologia comum para medir o desmatamento, a existência de metas claras de redução do desmatamento e o desmatamento que possa ser medido por critérios adotados por todos os países” (CHADE; JAMIL, Estadão online, 2009).

- “Em Copenhague para a 15ª conferência climática patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu entrevista por escrito a dois jornais nórdicos, o *Politiken*, da Dinamarca, e o *Dagbladet*, da Noruega, e rechaçou a versão de que o Brasil pretendia "vender" a Amazônia. ‘O Brasil nunca ‘vendeu’ e nem pretende ‘vender’ a Amazônia, simplesmente porque ela nunca esteve à venda. Mas é claro que aceitamos dialogar com a comunidade internacional e cooperar com ela em projetos de conservação’, comentou o presidente na entrevista, publicada nesta quinta-feira, 17, pelos dois periódicos e divulgada no Brasil pela Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto. ‘Mas não posso deixar de dizer que, independentemente dessa cooperação, a meu ver ainda muito tímida, o Brasil tem enfrentado com determinação, e,

sobretudo com recursos próprios, o desafio de conter o desmatamento e de promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Além disso, também é pública nossa meta de redução do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020, cujo resultado em termos de redução de emissões é superior ao que muitas potências do mundo desenvolvido estão oferecendo até o momento na COP-15', disse Lula. E prosseguiu: 'Posso garantir que, se estivéssemos à espera de o mundo pagar, o quadro do desmatamento hoje na Amazônia seria muito pior do que é'. O presidente brasileiro também defendeu a posição do País na conferência climática. 'O Brasil assumiu essa posição (de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de gás carbônico) porque o combate ao aquecimento global exige compromissos sérios e concretos por parte de todos os países', declarou. (...) 'A descoberta do petróleo do pré-sal não vai alterar o perfil energético do País. Vamos explorar esses recursos com critério e responsabilidade, até porque eles serão importantes para gerar recursos que serão usados para construir um futuro melhor para os brasileiros, principalmente os mais pobres. Não há desenvolvimento sem energia, e em matéria do uso racional da energia temos mais lições a dar que a receber'" (GOZZI, Estadão online, 2009).

O tom de polêmica no cenário mundial expõe a Amazônia predominantemente como uso. O discurso do presidente Lula mesmo que mais de cunho político do que efetivamente se tem conquistado como melhora no país em relação ao desmatamento apresenta aspectos relevantes em termos do posicionamento brasileiro em face do ambiente externo. A região amazônica não pode estar no centro do grande problema ambiental como se este fosse um problema tão somente econômico. Novamente a existência de uma população local é ignorada. Uma população que sofre todos os efeitos reais das pressões externas e do tratamento das políticas internas é como se diluída na "preocupação" internacional pela Amazônia.

3.6 A Amazônia brasileira e as outras Amazônias...

A compreensão pela hermenêutica nos orienta a atentar para o que é preciso ser desvelado. Nesse sentido, a observação sobre as ausências também são questões de interpretação. Quando observamos a Amazônia sendo citada, discutida nos textos dos jornais, é como se um grande imaginário homogêneo se instaurasse em uma única Amazônia.

A Amazônia brasileira ganha maior notoriedade ao que parece pela sua dimensão física que se encontra dentro do território brasileiro. A Amazônia geopolítica tem como delimitação o conceito de Amazônia Legal no nosso país. Formada pelos estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, a Amazônia legal possui 11.248 quilômetros de fronteiras internacionais com o Peru, a Bolívia, a Colômbia, a Venezuela, o Suriname, a Guiana e a Guiana Francesa.

As outras Amazônias para além do território brasileiro aparecem de maneira muito pouco expressiva diante de todo o debate sobre as grandes questões mundiais quanto ao desmatamento, aquecimento global etc... Algo importante de ser refletido é o quanto não se conhece a heterogeneidade amazônica para além dos constantes interesses de catalogação biológica. Bem como pouco se compartilha em termos de produção de conhecimento ou mesmo do que é produzido sobre uma *Amazônia Latina*.

O conhecimento a ser produzido a partir de uma Amazônia Latina não se limita às questões de conflitos de fronteiras como mais comumente se fala e quando se referem a tráfico de drogas, armas etc. Que Amazônia Latina se poderia conhecer para além dos signos de ausências, faltas ou pobreza que o olhar externo é mais insistente em afirmar? E o que poderia ser realmente conhecido quanto as suas histórias culturais?

Pode-se ainda questionar se falar de distintas Amazônia já não seria ideológico somente. Mas não atentar para o processo histórico em que cada lugar constrói também o seu tipo de pobreza podemos perder de vista que ainda a região amazônica figura como um território explorado por outros.

3.7 Relação sociedade/natureza e os povos amazônicos

A dimensão humana da Amazônia é certamente um mosaico complexo de interações, conflitos e resistências culturais. Assim, a população da região amazônica é uma população diversificada que ainda pouco se conhece. “O retrato” dessa população é uma forma plural entre ribeirinhos, trabalhadores rurais, povos indígenas, trabalhadores urbanos, mas que, numa representação colonialista muito persistente na atualidade ainda é imaginada de forma homogênea.

Mesmo como um tema globalizado, a Amazônia, sua história humana é desconhecida ou mesmo ignorada, principalmente quando da implementação de ações externas com fins de “desenvolvimento”. Na análise de Pinto (2005), esse desconhecimento ou ainda distanciamento, está relacionado com a forma de produção de conhecimento sobre a região que ocorre de uma maneira fragmentada. É desse modo que também a leitura dos artigos dos jornais nos oferece em grande parte uma imagem com vários hiatos em relação à região amazônica.

Vemos nos artigos dos jornais “o foco” sobre a população indígena, os quilombolas e de uma maneira mais esparsa questões específicas de dilemas sociais atingindo um grupo num local ou uma população em outro. As questões relacionadas são principalmente sobre conflitos quanto ao uso e permanência no território.

Assim, lemos:

- “Em menos de um ano, os índios da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, foram autorizados e desautorizados pela Procuradoria da República a permitir gado de fazendeiros em suas terras. (...) Sob a alegação de que os índios não tinham renda e corriam o risco de passar fome, a Procuradoria havia permitido a entrada de 7.500 bovinos na área em setembro passado, mas em decisão do início deste mês um grupo de procuradores e subprocuradores gerais da República anulou o acordo. Com isso, 1.600 javaés e karajás reclamam que ‘os brancos não se entendem’ e que vão perder sua única renda. (...) Um argumento é que as terras não podem ser arrendadas pois são da União e que o rebanho provoca desmatamento e queimadas. Outro é que os vaqueiros fomentam a caça e a pesca predatórias, e levam bebidas alcoólicas aos índios. A vocação dos javaés é a pesca, não a pecuária, diz a vice procuradora geral da República, Deborah Duprat. (...) A falta de financiamento para a agricultura é uma reclamação do líder indígena Vanderson Javaé, presidente da Conjaba, entidade que acertou os contratos de arrendamento com 42 fazendeiros. Ele diz que o dinheiro arrecadado com a parceria com pecuaristas é destinado exclusivamente às aldeias.” (CORRÊA, Ciência, Folha de São Paulo, 2010).

- “O assunto explosivo da demarcação de remanescentes de quilombos entrará na pauta de julgamentos do Supremo Tribunal Federal na primeira quinzena de junho. A decisão pode pôr em risco até os 106 títulos já emitidos para 11.070 famílias com base na Constituição de 1988, temem antropólogos envolvidos no debate. (...) O debate ficará restrito ao STF, porque não está previsto audiência pública, como nos casos de Raposa/Serra do Sol e das cotas raciais. O relator e atual presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, decidiu não convocá-la. Quilombos reconhecidos recebem títulos de posse coletiva emitidos para a comunidade e não podem ser desmembrados nem vendidos. (...) O

decreto que regulamenta o processo de demarcação de quilombos (nº 4.887, de 2003) foi posto em questão em 2004 por ação direta de inconstitucionalidade do PFL (hoje DEM), que também luta contra as cotas raciais. O partido alega que a desapropriação, por criar despesa, teria de ser regulamentada por lei e por não decreto. O DEM rejeita, ainda, o critério de autodeclaração para identificar remanescentes. (...) A advocacia Geral da União (AGU) e a procuradoria Geral da República (PGR) defendem o decreto e a autodeclaração. Afirmam que não é o único critério para conhecer um quilombo. (...) Não teria cabimento a distinção entre ‘remanescente’ e ‘descendente’ de quilombolas proposta pela ação do DEM. (...) ‘Um voto contrário [ao decreto] anulará, ou pode anular, todas as demarcações de quilombos até agora’, afirma Carlos Caroso, presidente da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)” (LEITE, Poder, Folha de São Paulo, 2010).

- “Os planos do presidente peruano, Alan García, para atrair investimentos estrangeiros estão enfrentando oposição interna, com líderes indígenas dizendo que ele desrespeitou uma declaração da ONU que protege seus direitos à terra e ao controle dos recursos naturais. Milhares de indígenas protestam nos últimos 40 dias na Amazônia peruana, na esperança de que García abandone ou modifique uma série de leis que ele sancionou no ano passado para estimular empresas de petróleo, mineração e agricultura a investirem bilhões de dólares na selva. Os protestos já interromperam oleodutos que ligam a Amazônia ao Pacífico. ‘O Peru não está respeitando a declaração da ONU sobre direitos indígenas’, disse na quinta-feira à rádio RPP Alberto Pizango, líder das manifestações e presidente da Aidesep, entidade que reúne grupos ambientalistas e indígenas. A declaração da ONU, que não tem cumprimento obrigatório, foi aprovada em 2007 por 143 países, inclusive o Peru. (...) García instituiu a maioria das leis em questão por decreto, aproveitando poderes especiais concedidos pelo Congresso para que ele adequasse as leis do

país a um tratado de livre comércio com os EUA. Críticos dizem que García aproveitou para adotar medidas que não eram exigidas pelo acordo comercial. (...) Ao menos por enquanto, o governo se recusa a revogar as leis ou a dar mais controle para os indígenas sobre uma área que representa mais de 60 por cento do país, embora concentre apenas 11 por cento da sua população. ‘As terras da Amazônia pertencem... a todos os peruanos, e não só a um pequeno grupo que vive lá’, disse García no fim de semana. "As riquezas do Peru pertencem a todos os peruanos” (O Estadão, online, 2009).

As situações de conflitos com a população indígena na região amazônica é sempre um tema visado local e globalmente, principalmente em relação ao uso do território posto que este também implique em outras questões tais como a exploração da biodiversidade.

De acordo com Castro (1997, p. 223),

O território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo. Como diz Godelier, o território reivindicado por dada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas dadas. Mas todas as atividades produtivas contém e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território.

É em torno dessa problemática que vemos as questões em causa quando da situação de populações indígenas na região amazônica. O não interesse pela compreensão de visão de mundo que comportam os diferentes povos indígenas é um aspecto manifestado no modo como se olha para esses povos. Apesar da leitura dos artigos dos jornais em certo sentido nos mostrar superficialmente um conflito de racionalidade, é possível afirmar que esta não é compreendida nos processos históricos em que mudanças sociais e culturais afetaram muito o modo de sobrevivência das populações na região amazônica. Nesse ponto,

de uma forma mais narrativa que se encontra no Estadão online, podemos ler algumas questões históricas pertinentes à problemática no contexto das ideias e invenções sobre a região amazônica.

- “ALTO RIO NEGRO (AM) - A arqueologia provou que há mais de 500 anos a agricultura dos índios amazônicos ocupava largas áreas. Hoje, eles mal têm uma rocinha de mandioca, a base da sua alimentação. Para comer, dependem de cestas básicas e da merenda escolar. Na aldeia São Jorge, dos tucanos, o segundo ‘capitão’ (cacique) Joselino Tukano sonha domar as terras ácidas e arenosas do noroeste amazônico e ampliar a lavoura de maniva, num platô acima do Rio Curicuriari. Não tem sido fácil. **Os índios têm muito espaço** – as terras indígenas (TIs) da Amazônia superam as áreas de França e Espanha juntas –, **mas desconhecem técnicas e insumos**. Os índios da Amazônia se tornaram os maiores proprietários de terra do Brasil depois que a Constituição de 1988 definiu que eles tinham direitos sobre as terras que tradicionalmente ocuparam. **Eles são 0,2% da população, mas as TIs ocupam 13% da superfície brasileira**; 98,6% delas estão na Amazônia, onde 60% dos índios (240 mil) vivem em 414 áreas que somam 1,08 milhão de quilômetros quadrados – quase um sétimo da área total do País ou 20,7% da Amazônia Legal. **Ali, cada índio tem para si 7 km²** (a taxa demográfica de São Paulo é de 163 pessoas por km²). (...) ‘As TIs demarcadas estão segurando a destruição da floresta’, diz Jecinaldo Sateré, líder da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Uma olhada no mapa atual de desmatamento da Amazônia mostra que eles têm razão. As manchas vermelhas que acusam o desmatamento contornam e abraçam as terras indígenas – mas não penetram nelas. (...) Não há, agora, nenhum genocídio à vista, mas os índios não têm qualidade de vida, mesmo para os seus modestos padrões. ‘Eles são bilionários em quantidade de terras, mas vivem uma vida de miseráveis’, constata Virgílio

Viana, secretário de Meio Ambiente do Amazonas. As TIs imensas pagam a recompensa histórica devida aos índios, mas não têm sido suficientes para lhes garantir uma vida com qualidade. Eles são incapazes de prover sua alimentação, garantir sua saúde e sua educação; as medicinas dos pajés curam as doenças naturais, mas são cada vez mais impotentes para debelar os males importados. (...) As imensidões das TIs são essenciais para garantir a perambulação, traço peculiar da organização social indígena, ensina a geógrafa Ivani Ferreira de Faria, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que trabalha com etnias de todo o Estado. Mas os índios perambulam cada vez menos, atesta a socióloga Marilene Corrêa. Hoje, eles vivem entre a aldeia e a cidade mais próxima, com um pé na tradição e outro nas benesses da modernidade – mas sem dinheiro para comprá-las. (...) O sinal vermelho acende nos momentos em que, à falta de vacinas, doenças incontroláveis ceifam vidas – na medicina do pajé, pneumonia e hepatite não têm remédio. Mas nem por isso a situação é trágica: a população indígena da Amazônia, que Darcy Ribeiro equivocadamente previa próxima da extinção nos anos 50, na verdade está crescendo. Estima-se que haja 500 mil indígenas na Amazônia; desses, 240 mil, segundo a FUNAI, vivem nas TIs. Quer dizer, 52% dos índios, na melhor das hipóteses, vivem fora das reservas. O temor das lideranças é que o êxodo das TIs seja o ponto de partida para desqualificar a necessidade de tanta terra (...). Para muitos povos da floresta, não há crescimento populacional que os salve. Com menos de 200 indivíduos – população mínima para procriar sem haver contaminação pelas relações de parentesco –, 61 povos, segundo o ISA, estão condenados à opção de fundir-se com outras etnias ou simplesmente desaparecer – 12 etnias têm só entre 2 e 38 indivíduos. ‘Quando morrem dez brancos, perdem-se vidas; quando morrem dez indígenas, perde-se uma civilização’, resume o antropólogo Beto Ricardo, do ISA’ ” (MARCHI, Estadão, online, 2007).

A discussão nada atual de “muita terra para pouco índio” é ponto sempre problemático e muito vigente ao se considerar as questões sobre o uso do território na região amazônica. Acontece, na verdade, um ajustamento para se adequar as populações indígenas em meio aos processos de mudanças econômicas, principalmente, na sociedade contemporânea na qual se busca um consenso forçado de interesses. Os interesses de ocupação no território amazônico estão em uma escala de grande complexidade, tendo em vista a presença de empreendimentos econômicos tanto do estado como de empresas privadas e, de outro lado, os vários grupos humanos. Como afirma Almeida (2008), a identidades peculiares correspondem territorialidades específicas.

Os vários grupos humanos na Amazônia atuam também politicamente em defesa de seus territórios, no modo como chama atenção Almeida (2008, p. 146),

No caso dos movimentos indígenas seu raio de abrangência não corresponde exatamente à extensão das terras indígenas na Amazônia. Haja vista que há entidades que trabalham e tem morada habitual nas capitais, Belém e Manaus, rompendo com os dualismos rural/urbano e aldeia/cidade. A existência do recurso natural, em termos botânicos e geológicos, e a sua classificação oficial, por si só, não constituem critérios definidores de um determinado grupo ou de seu respectivo território.

O autor também observa que terra e território não podem ser meramente entendidos como categorias físicas a partir de tais critérios. “Há um processo de territorialização que é dinâmico e não necessariamente como áreas contíguas, que é construído através das ações sucessivas de unidades de mobilização” (ALMEIDA, 2008, p. 147).

A representação que se tem a partir do artigo do jornal de que a sobrevivência da população indígena, que inclusive aumenta, caracteriza uma população cada vez mais distanciada de suas tradições incita a uma reflexão equivocada quanto à permanência em

territórios considerados muito extensos, como faz questão de frisar o artigo acima citado. Não são questões simples de considerar em face das dinâmicas sociais, políticas, econômicas que influem nas mudanças culturais das populações humanas, principalmente indígenas, na região amazônica. Mas uma questão é importante reter: a de que a Amazônia, a partir da representação dos grupos humanos, ao que parece, talvez não se reconheça nela, posto que os sujeitos amazônicos sejam vistos como “os outros” dentro da própria região, tradicionalmente ocupada. O olhar de fora trata os sujeitos sociais de maneira distanciada e com aspectos de subalternidade ao caracterizá-los de alguma forma deslocados da atual dinâmica da sociedade que se caracteriza cada vez mais globalizada.

Recordo-me de um poema intitulado “*O sonho do Xamã*”, do poeta roraimense Eliakim Rufino, por retratar ao nível do imaginário poético tais questões. Para não nos esquecermos de um autor como João de Jesus Paes Loureiro para quem “o homem teogônico da Amazônia resgata para seu mundo de rios e florestas o sentido original de uma poesia da existência. Devaneio que é uma verdadeira meditação ontológica” (LOUREIRO, 2001, p. 84).

Diz o poema de Eliakim Rufino:

Um xamã yanomami sonhou
Que a fumaça da civilização
Abriria um buraco no céu
E o céu cairia no chão.

O xamã resolveu avisar
O que o sonho queria dizer,
Mas ninguém parou pra escutar

Pouca gente tentou entender.

Muito tempo depois deste sonho
A ciência pôde então descobrir
Que o buraco na camada de ozônio
É por onde o céu pode cair.

O meu sonho é que nada aconteça
Que a vida não tenha final
Que o xamã não desapareça
Que o sonho não seja real.

Não com o intuito de realizar aqui uma exegese a respeito da poesia, mas atentando para a questão de Ricoeur (2008) onde afirma que “não há discurso de tal forma fictício que não vá ao encontro da realidade”, esse poema é interessante no sentido de que não apenas a Amazônia é um tema global, mas também globalizante. Isto é, de que algum modo, como através do mito que é aludido no poema lido, o povo autóctone responde ao processo de globalização de “dentro para fora”.

O xamã, na medida em que prevê um problema socioambiental, demonstra que a Amazônia enquanto natureza é de outra maneira uma natureza que é histórica, que é natureza humanizada. E essa natureza percebe o que se passa em volta. Bem como reclama que o conhecimento local não é valorizado e que o processo de globalização apontado na figura da fumaça como símbolo da sociedade industrial, de produção em grande escala, ritmo frenético dos acontecimentos, etc., não seja destruidor da paisagem e vidas locais que resistem em seus modos de existir.

3.8 Do evento à significação: a leitura dos conflitos socioambientais

O evento da notícia nos interessa enquanto significação, evento e sentido, que se articulam e nos remetem a muitos signos da linguagem, e dentre estes o discurso que ultrapassa o sentido de evento. Assim, os artigos dos jornais, ao tratarem de conflitos na região amazônica, atentam para uma dimensão também política em que se encontra o envolvimento de diferentes agentes sociais. Dentre as situações em que são retratados esses agentes é interessante perceber quais as faces daquela realidade social que nos são reveladas como conflitos socioambientais.

A caracterização dos conflitos socioambientais na região amazônica nos remete a algumas leituras de como a região é vista enquanto área a ser mais explorada e ainda a ser “desenvolvida”. Parece-nos que três aspectos estão velados quando dos modos de leitura que ocorrem sobre situações de conflito na região amazônica. O primeiro aspecto é o da prioridade da natureza. O segundo aspecto, o de “bárbaros versus a civilização”, onde ainda se atenta por uma visão questionadora quando se trata dos direitos de povos indígenas e quilombolas, por exemplo, sobre o uso e permanência de suas terras. O terceiro aspecto agrega ambos os primeiros em uma ideia e/ou representação mais ampla que seria o de um modelo de desenvolvimento que é o hegemônico.

Nas leituras dos artigos que seguem vemos como tais aspectos estão velados em diferentes feições de interpretação.

- “A Coomigasp (Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada) entregou ontem ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) em Belém (PA) relatório parcial das pesquisas feitas nos últimos anos, que identificou ao menos 50 toneladas de ouro, platina e paládio restantes. Com isso, deu início ao trâmite burocrático

da concessão de lavra dos cem hectares onde fica a cava, cratera com mais de 180 metros de profundidade da qual, entre 1980 e 1983, dezenas de milhares de garimpeiros vindos de todo o país tiraram cerca de 30 toneladas de ouro. (...) Quando recomeçar, o trabalho na mina não deve repetir as cenas que rodaram o mundo há mais de vinte anos sem gerar um inchaço de Serra Pelada, hoje um distrito de Curionópolis, no sudeste do Pará. (...) Agora, a retirada será subterrânea e feita com o maquinário da SPCDM (Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral), associação entre a Coomigasp e a canadense Colossus Minerals Inc. criada para viabilizar a exploração – que terá investimentos de U\$ 100 milhões e deve durar ao menos oito anos. (...) Os garimpeiros dizem ter o apoio político do ministro Edison Lobão (Minas e Energia) e da governadora Ana Júlia Carepa (PT). (...) Segundo acordo em assembleia, a mineradora canadense ficará com 51% dos lucros, e a cooperativa com 49% (que devem ser distribuídos aos seus 45 mil sócios). Mas, de acordo com o Sindigasp (Sindicato dos garimpeiros de Serra Pelada), uma das associações de garimpeiros que contesta a legitimidade da Coomigasp, o contrato assinado prevê descontar dessa porcentagem os investimentos feitos pela Colossus. (...) sobrarão aos garimpeiros menos de um décimo do lucro obtido” (MAGALHÃES, A12, 2009).

- “A última reserva indígena a ser delimitada pelo governo federal, a Raposa Serra do Sol, no norte de Roraima, tem a imensidão de 1,7 milhão de hectares, o que corresponde a 80% do Estado de Sergipe. Dividindo-se a área pelo conjunto de 16 mil índios que ali vivem, chega-se à média de 1 habitante por quilômetro quadrado, a menor densidade demográfica do Brasil. É uma fonte de grande preocupação para os militares. Como controlar o que se passa no interior dessa gigantesca área? Além de situada numa estratégica região de fronteira, ao lado da Venezuela e da Guiana, ela enfrenta graves conflitos internos. O mais evidente deles envolve um grupo de produtores de arroz que se

recusava a deixar a área da reserva, ignorando o decreto presidencial assinado há dois anos e meio. (...) A Raposa é apenas uma das preocupações dos militares na Amazônia, onde existem outras 414 reservas indígenas, com um total aproximado de 1,08 milhão de km². Em seus relatórios, a Abin levanta suspeitas sobre os interesses que envolvem a demarcação das terras. Costuma enfatizar, por exemplo, a coincidência que existiria entre as terras escolhidas para demarcação e as áreas onde se localizam jazidas de minerais, como nióbio e urânio (...). Outra preocupação já demonstrada pelos militares é a de que, nas áreas já demarcadas ou perto delas, os indígenas têm fechado estradas e cobrado pedágio, como se fossem um estado à parte” (MONTEIRO; ARRUDA. Estadão, online, nov. de 2007).

- “O governo do Peru incluiu na pauta de negociações com os indígenas amazônicos, (...), o debate sobre a ‘pertinência’ do projeto da hidrelétrica Paquitzapango, no rio Ene, na selva central do país, cujo estudo de pré-viabilidade está sendo feito pela Eletrobrás (...). A hidrelétrica, que faz parte de um pacote de seis usinas (...) estimado em US\$ 16 bilhões, é rejeitada pelas comunidades do povo asháninka das regiões (Estados) de Madre de Dios e Junín. A inclusão do tema mostra a crescente articulação do movimento indígena nacional em defesa de demandas antes tratadas localmente e evidencia que a mesa de diálogo instalada ontem pelo governo peruano tem à frente um amplo contencioso, para além da derrogação de dois decretos sobre o uso do solo na Amazônia peruana (...). o presidente conservador Alan García, afirmou que o governo não recuará da agenda de melhoria de infraestrutura e independência energética para o Peru, mas disse que será preciso ‘paciência’ para convencer os povos amazônicos dos benefícios dos projetos e levá-los adiante (...). Enquanto grupos de comerciantes e empresários da região exigem a construção de Paquitazapango, alegando que a região tem densidade baixíssima, a líder

asháninka Ruth Buendía, presidente da Care (Central Asháninka do rio Ene), diz que a usina será o fim de 18 comunidades da etnia que vivem na região do Ene.” (MARREIRO, A11, 2009).

- “Uma cartilha bancada por ONGs incentiva índios e ribeirinhos a resistir violentamente caso o governo federal implante um complexo de hidrelétricas na bacia do rio Tapajós, entre Amazonas e Pará. (...) a cartilha pretende elucidar as ‘verdades e mentiras sobre o projeto’ e vem sendo distribuída para movimentos sociais e comunidades que devem ser atingidas pelas hidrelétricas. (...) Cada parágrafo é iniciado com a ilustração de mão ensanguentada ou um círculo escorrendo sangue. Entre um capítulo e outro, aparecem histórias em quadrinhos, direcionadas a quem tem ‘menos estudo’, disse [Edilberto] Sena [criador da cartilha]. (...). O padre Sena defendeu a cartilha e disse que a violência vem, na verdade, do governo. ‘Se um ladrão entra em sua casa e você acorda, defende sua propriedade e ele morre, quem cometeu o crime?’ afirmou” (MAGALHÃES, A20, 2010).

Vemos que nessas leituras de conflitos socioambientais se realiza um olhar racionalizado dessas realidades sociais. Apontamos com isso no sentido de uma interpretação aparentemente ausente de opiniões pela descrição de uma situação em que os sujeitos sociais estão claramente em posições distintas. É possível perceber dentre as caracterizações descritas à organização dos trabalhadores, a dos povos indígenas e ainda o movimento que agrega religiosos, Ong’s, junto a povos indígenas como característica de um processo de mudança.

A organização, de uma maneira geral, daqueles que reivindicam, faz emergir a Amazônia histórica, apesar de que os artigos dos jornais não atentem para os processos históricos em que os conflitos sempre existiram. Bem como não contextualizam os

conflitos que ainda existem dentro da própria organização de trabalhadores ou de diferentes povos indígenas, pois o caracterizam sempre de uma maneira muito imediatista quanto aos interesses desses sujeitos sociais. Algo interessante de perceber nos artigos ainda é o quanto uma análise dos campos de forças desiguais entre os governos, empresas e as comunidades indígenas, por exemplo, é superficial e não aponta de maneira crítica para as relações entre os agentes que detém mais poder nesse campo de disputas.

No artigo ainda sobre a cartilha produzida para protestar contra a instalação de usinas no Pará, o destaque à violência deixa obscurecida a ação que moradores, sejam indígenas ou ribeirinhos, sentem enquanto consequências sociais negativas às suas vidas. É uma leitura que atenta para a existência da população local, mas com ênfase no conteúdo da cartilha e no seu idealizador, não como sujeitos políticos que têm uma leitura própria da situação.

A construção de hidrelétricas no estado do Pará é inclusive uma das questões mais recorrentes enquanto uma leitura de conflitos socioambientais na região amazônica. A situação em torno de Belo Monte é uma das questões que nos artigos de jornais mais nos chama a atenção para os aspectos apontados acima, mas principalmente o quanto a noção de “natureza selvagem” é mais fortemente velada entre os discursos a favor ou mesmo contra a construção das usinas hidrelétricas.

A situação em torno de Belo Monte ganhou muito destaque, sendo inclusive parte do editorial do jornal “Folha de São Paulo” de abril de 2010.

- “Turvaram-se as águas da licitação para construir a usina de Belo Monte, no rio Xingu. A menos de uma semana do leilão, apenas um consórcio (...) confirma sua permanência na disputa, embora o governo federal mobilize mundos e fundos para atrair um segundo grupo e manter ao menos a aparência de competição. Trata-se, afinal, de uma

das obras principais do PAC. Controvérsia desde os anos 1980, a hidrelétrica projetada para ser a terceira maior em potência instalada do mundo tornou-se um ponto de honra para a administração Lula e para a sua candidata à herdeira, Dilma Roussef. (...). Os mais de 11.000 megawatts de Belo Monte pesam muito no planejamento das próximas décadas para o setor elétrico, que tem tradição de obras monumentais e de pouca atenção para fontes alternativas e para a eficiência energética. Em nome da necessidade estratégica, o governo federal arrancou do IBAMA a licença ambiental prévia para a obra, combatida por ambientalistas e indígenas, em parceria com o Ministério Público” (Editoriais, A2, 2010).

- “As cinco hidrelétricas que o governo planeja construir na região do rio Tapajós, no Pará, afetarão diretamente 871 km² de áreas protegidas de floresta, uma área equivalente à metade da cidade de São Paulo. (...). Segundo o relatório, preliminar deverá ser alagadas pelos reservatórios das usinas porções de dois parques nacionais e três florestas nacionais. (...). Parques nacionais são unidades de conservação integral. Nenhum tipo de atividade que não seja científica ou o turismo é permitido nessa categoria de área protegida. (...) Ou seja, os técnicos da Eletronorte não podem nem mesmo entrar nos parques para fazer, por exemplo, levantamentos das áreas a serem afetadas. No inventário, as estimativas foram feitas com base em fotos aéreas e medições feitas de dentro dos rios (...). A região tem, por um lado, um potencial enorme: é a última área de queda entre o Planalto Central e a bacia amazônica que ainda não tem uma megausina. Esta, São Luiz do Tapajós, a principal do complexo, deverá ser a terceira maior do país, com 6.133 megawatts de potência instalada. Por outro lado, a região é rica em biodiversidade e abriga uma das principais porções de floresta intocada do Pará (...) Segundo o ministro Márcio Zimmermann, as usinas-plataforma são construídas de forma a minimizar o desmate. Após a construção, os

canteiros de obras são abandonados para que a floresta se regenere. O Conceito ainda não foi testado em lugar nenhum do mundo. ‘Parece ser mais um exercício de ‘greenwash’ [propaganda enganosa verde] do que uma proposta séria, afirma Aviva Imhof, da ONG Internacional Rivers Network” (ANGELO, A20, 2010).

- “Que carnaval estão fazendo os ambientalistas e ecopalermas em torno da futura usina de Belo Monte, a ser implementada no médio Xingu, na Amazônia. O primeiro crime, segundo eles, seria o sacrifício de 500 km² de mata, ou seja, a mesma área que, em média, nesses últimos anos, devido ao comércio de madeiras e à invasão da soja e do gado na Amazônia. (...). Da maneira como está planejada Belo Monte, usina de fio d’água, não há no Brasil melhor opção do ponto de vista de sustentabilidade, que combine condições ecológicas e também financeiras. (...) É claro que muitos espécimes vão sucumbir, milhares, se não milhões de formigas, carunchos e talvez até alguns mamíferos. Em compensação, 20 milhões de brasileiros poderão ter luz em suas casas, muitos outros locais passarão a ter benefícios do progresso, poderão ver pela TV o ‘Programa do Ratinho’ (...). Quanto à questão social, é preciso lembrar que o caso de Belo Monte é muito diferente do de Três Gargantas, na China, onde a densidade da população ribeirinha era extremamente elevada. O governo chinês admite que precisou realocar 1 milhão de habitantes; outras organizações falam em 2 e até 3 milhões. Em contraste, considera-se que, em Belo Monte, apenas dois ou três milhares de habitantes são computados e que, na mudança, ganhariam significativamente quanto à infraestrutura e conforto pessoal. Os índios da região amazônica são, em origem, seminômades, deslocando-se periodicamente sempre que recursos naturais se escasseiem devido ao extrativismo a que eles mesmos recorrem. Portanto, dos pontos de vista cultural, psicológico e até mesmo material, contrariamente ao

que pretendem alguns ambientalistas, o índio pouco ou nada sofrerá” (CERQUEIRA LEITE, físico, A3, 2010).

- [Em resposta ao artigo de Cerqueira Leite] “Apesar de se basear mais em ofensas do que em argumentos (...) seu texto tem grande potencial de desinformar, por ter sido publicado aqui. Do ponto de vista ambiental, Cerqueira Leite afirmou que o único problema seria a perda de biodiversidade na área de florestas a ser inundada pela usina, um equívoco. Os dois maiores impactos ambientais do projeto são a destruição de uma das maiores bacias hidrográficas do mundo e a aceleração do desmatamento (...). Belo Monte também atrairia centenas de milhares de pessoas para a região, sendo que, ao final das obras, restariam só 900 empregos (conforme dados do projeto). O que restará aos demais são atividades que levarão a um aumento incontrolável no desmatamento (...). Também são esperados impactos em outras áreas extremamente importantes, como um arquipélago fluvial, cavernas, 30 terras indígenas e 12 unidades de conservação” (MEDEIROS, biólogo, A3, 2010).

- “A Eletronorte vem tentando cooptar com presentes grupos indígenas da Amazônia para que eles apoiem a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (...). Líderes xicrins têm recebido cestas básicas, aluguel de barcos, motores e até casas alugadas em Altamira (PA), segundo relato à Folha. Estima-se que os presentes tenham custado R\$ 400 mil (...). Relatório feito pela Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) dois dias após o final do encontro diz que alguns índios ‘alegaram estarem a favor de Belo Monte devido às ameaças... realizadas por parte do governo, de retirar a assistência da FUNAI e de saúde (...). A pressão também é feita sobre os índios juruna. Marcos Apurinã, coordenador geral da Coiab, disse que visitou uma comunidade da etnia e disse ter ouvido do líder Manoel Juruna que ele não sabia o que pensar, pois as Ongs

críticas de Belo Monte não o ajudavam e que a Eletronorte lhe deu um barco. ‘A aldeia tá rachada (...). Lula está dividindo os índios’ [Marcos Apurinã]” (MAGALHÃES, A12, 2010).

A leitura dos conflitos socioambientais em torno de Belo Monte é complexa, mas nos mostram por um lado, os agentes políticos, e por outro lado, os agentes científicos que, da maneira em que se posicionam não são menos políticos que os primeiros. Aspectos importantes de se perceber nessas leituras, como o posicionamento supostamente neutro e crítico do jornal em relação à obra do governo, é a forma como um “quadro” da Amazônia é representado. Nesse quadro os problemas ambientais e sociais que podem ocorrer com a instalação da usina estão postos como se numa balança. Para uns, pesa a imagem do governo e se ignoram frente a isso, os dilemas socioambientais ali enfrentados. Para outros, a perda da floresta e de sua biodiversidade parece ser um caos maior na verdade para os cientistas, já que a natureza, ao que parece, é mais percebida como recurso científico. Os sujeitos sociais aparecem ainda como se eles próprios fossem natureza, ou ainda como alvo da arrogância de um Cerqueira Leite que afirma ser a obra um benefício a uma população de alienados e ignorantes, resumindo a questão social como se ela tratasse apenas de uma situação de realocar “algumas pessoas”.

Outro aspecto importante dos críticos das usinas é o questionamento à obra sem a crítica ao modelo de desenvolvimento no qual se contextualiza a obra. É interessante perceber que nas ausências dos discursos há mais sentidos de significações que à primeira vista poderíamos concluir como discursos realmente opostos. Parece-nos que a leitura dos conflitos em Belo Monte não se limita aqui a perceber posicionamentos divergentes (ou aparentemente divergentes), pois, uma interpretação da região amazônica se redesenha quando dos entendimentos dos conflitos socioambientais.

Um ponto é identificarmos que a recorrência das leituras sobre os conflitos socioambientais é estarem em relação às intervenções da construção de indústrias de uma maneira geral, apesar de que as hidrelétricas sejam o foco atual. Pode-se afirmar que nesse sentido a região amazônica é palco de uma das faces da problemática da relação entre uma consciência não predatória da natureza e um modelo de desenvolvimento que se chocam nos interesses político-econômicos, seja em nível local, nacional e internacional. As populações locais, os sujeitos sociais de menor força política e econômica geralmente, têm certamente seus interesses, apesar de que quase nunca (ou nunca mesmo) se questiona o tipo de ambiente modificado que essas pessoas poderiam apontar de alguma maneira que atendam as suas necessidades reais. Mas estes são os agentes que via de regra não participam dos processos decisórios.

Tal questão nos direciona ainda a um segundo ponto sobre as forças desiguais de poder envolvidas e a ideologia dominante que as orienta. Ricoeur (2008) em reflexão hermenêutica sobre a crítica afirma que de acordo com Habermas, a ideologia dominante do tempo presente é a científico-tecnológica. Para Ricoeur esta é uma questão que situa imperiosamente a ideologia no campo hermenêutico.

O Estado moderno, com efeito, não é mais um Estado destinado a representar os interesses de uma classe opressora, mas a eliminar as disfunções do sistema industrial. (...) O traço dominante do sistema é a produtividade da própria racionalidade, incorporada nos computadores. Aquilo que precisa ser legitimado é, pois, a manutenção e o crescimento do próprio sistema (RICOEUR, 2008, p. 155).

Os discursos, o que nos parece, estão contextualizados nesse traço dominante como descreve Ricoeur, pois as críticas às ações governamentais não atingem de fato o nível em que estão situados àqueles que exercem formas de dominação. Posto ainda, que os

especialistas, sob a égide de especialistas, atuam também sob uma forma de dominação na medida em que figuram como os detentores do conhecimento válido, mas não isentos de seus próprios interesses, como o da pesquisa científica. Como afirma ainda o autor,

É para isso que serve o aparelho científico-técnico convertido numa ideologia, vale dizer, numa legitimação das relações de dominação e de desigualdade necessárias ao funcionamento do sistema industrial, mas dissimuladas pelas gratificações do sistema sob todas as formas de gozos (RICOEUR, 2008, p. 156).

Assim, dentre as leituras realizadas é possível afirmar que o conflito mais evidente está entre os agentes de maior força no campo de disputas, posto que a situação dos conflitos socioambientais em termos das populações locais, dos interesses entre os indígenas, não emerge como o foco de análise. Uma leitura da região amazônica mais complexa do que perceber a prioridade da natureza e ainda as ausências dos sujeitos sociais locais, é ainda a leitura própria que estes sujeitos fazem. A experiência na fala de um indígena confuso como é expresso em um dos textos acima, por exemplo, deveria suscitar questões mais profundas da realidade social na Amazônia que historicamente representou uma cultura de resistência e constrói novos modos de expressão dessa cultura na atualidade.

A não compreensão histórica das expressões da cultura local é inclusive presente nos discursos como um ponto de realidade inegável, já que os sujeitos sociais locais existem, mas apenas por este aspecto. Dois artigos nos atentam ainda para essa questão em duas leituras muito diferentes. Um, de um ponto vista crítico sobre a situação de quilombolas no Maranhão, o outro, de modo ambíguo, ao considerar indígenas em protesto no Pará.

- “Imaginada pelos militares nos anos 1980 como um ‘vazio demográfico’, Alcântara torna-se um problema – jurídico e fundamentalmente social – a partir da Constituição de 1998, que garantiu aos chamados remanescentes de quilombos o direito a titulação de seus territórios. Em 2000, a Fundação Palmares reconheceu o território étnico de Alcântara, integrado por mais de 150 comunidades, onde residem e trabalham cerca de 17 mil pessoas (...). Nos anos 1930, 312 dessas famílias foram retiradas compulsoriamente dos seus lugares, à beira do oceano, e instaladas nas agrovilas, onde não podem se reproduzir material e socialmente, pois tais áreas são distantes do mar e constituídas de solos arenosos. Ainda hoje não tem títulos das terras e das casas a elas entregues pela Aeronáutica. Os jovens casais, por sua vez, são proibidos de aí edificarem novas residências. Tal situação conforma um processo de limpeza étnica, pois os jovens são obrigados a migrar para as periferias de Alcântara e de São Luís, proibidos de viver nos territórios de ancestrais (...). Toda e qualquer reação dessas comunidades à entrada das empresas em seus povoados hoje deve ser entendida à luz de acontecimentos que atravessam três décadas – e não pode ser qualificada simplesmente de intransigência. São quase 30 anos de violência, de descumprimento da legislação, de desrespeito a acordos lavrados em cartório ou estabelecidos judicialmente. Nesses lugares, a luz elétrica e o telefone chegaram há apenas dois anos. Nas agrovilas, famílias foram separadas, sua soberania alimentar foi duramente atingida, a realização de festas e rituais foi seriamente comprometida e foi suprimido o contato com os cemitérios antigos” (ANDRADE, A3, 2009).

- “Ribeirinhos e indígenas bloqueiam a passagem de balsas com toras de madeira em um trecho do rio Arapiuns, na região de Santarém (PA). Eles protestam contra o suposto desmatamento ilegal em uma gleba de terras estaduais chamada Nova Olinda 1

(...). Para o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, os assentamentos criados para eles pela gestão de Ana Júlia não tem o tamanho que eles consideram correto. O governo afirmou que os que fazem o bloqueio do rio já foram contemplados com três assentamentos. Disse também que vistorias locais não comprovam ilegalidades” (Da agência Folha, em Belém, A15, 2009).

Vimos como duas leituras diferentes sobre os sujeitos sociais locais os situam de modo a atentar para aspectos históricos ou para obscurecer inclusive tais aspectos. O que interessa perceber em visões divergentes é como os conflitos socioambientais são caracterizados em meio aos processos de intervenção sempre contraditórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa até aqui realizada não significa uma visão concluída. Compreendemos, portanto, que nosso intento desde o início representaria tão somente uma leitura da Amazônia entre muitos olhares que se voltam para a região enquanto um tema instigante que é. A leitura dos artigos dos jornais como o lócus de nossa empreitada se mostrou um desafio frente a um “ambiente” novo para o olhar sociológico e ao mesmo tempo complexo a partir da perspectiva hermenêutica. As teorias hermenêuticas de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur nos possibilitaram não somente um aporte teórico, mas uma alternativa de caminho para a produção de conhecimento científico sobre a região amazônica.

Com a certeza de uma reflexão não conclusiva apontamos ainda que o tema nos remete a um conjunto de questões muito discutidas atualmente, onde a Amazônia figura emblematicamente em âmbito nacional e mundial. Falar de atualidade nesse contexto não significa dizer que nos deparamos com questões absolutamente novas quando nos voltamos para pensar a região amazônica no rol dos processos da globalização. Quando nos voltamos para muitas leituras da Amazônia percebemos que é uma região principalmente histórica. As mudanças e intervenções no seu meio físico-geográfico nos atestam vários momentos de suas fases históricas. Uma leitura que se faz da região amazônica não prescinde de perceber o movimento da história no que implica perceber o sentido interno e também externo ao longo do tempo em que a Amazônia se torna um tema globalizado.

Ao longo da pesquisa deparamo-nos com muitas leituras nos artigos dos jornais que foram instigantes no sentido de reafirmar que propúnhamos uma pesquisa inovadora, bem como desafiante para nós mesmos como intérpretes situados e datados no contexto histórico

em que as interpretações, representações sobre a Amazônia são também um processo na profusão de muitas ideias.

Os textos dos jornais sempre irão representar uma fonte rica de pesquisa para muitas leituras sobre a Amazônia. Em nosso trabalho optamos por abordar questões temáticas para as quais direcionamos e priorizamos nossa reflexão, ou seja, por artigos selecionados dentro do período de 2007 e 2010, tendo em vista uma leitura do presente nos jornais Folha de São Paulo e O Estadão. Compreendemos ainda que as lacunas que possam ter ficado são possibilidades para mais questionamentos e novas reflexões como a forma da postura hermenêutica nos proporciona, uma constante abertura ao mundo que os textos possibilitam.

O enfrentamento do tema a partir da perspectiva hermenêutica nos propiciou reaver questões e suscitar novos olhares de análise sobre pontos vistos como ideias cristalizadas, mas também de críticas a respeito de visões sobre a Amazônia como um tema em nível nacional e global. Um primeiro aspecto das leituras dos artigos dos jornais do sudeste do país faz emergir a região amazônica com um tema de constantes interpretações. A produção diária de artigos nos jornais sobre a região é grande, qualquer busca constata a verificação sempre acima de mil resultados por palavras chaves nos sítios dos jornais por data específica. Uma questão aqui percebida e problematizada foi quanto à concentração de temas como ambiente, natureza e questões socioambientais. E por que não outros temas? Quando muito, ainda é possível encontrar matérias como a culinária exótica. Daí, outro aspecto diz respeito às representações que desenham a Amazônia predominantemente como natureza e exótica. Um terceiro aspecto ainda trata da hegemonia de intérpretes que falam e escrevem sobre a região e que está concentrada principalmente entre os cientistas da natureza.

Pela leitura hermenêutica dos jornais caracterizamos tipologias de ideias e/ou representações sobre a região amazônica que nos possibilitou avançar na reflexão de como tais tipologias são em si encontros de imagens do passado e do presente. Como imagens que se reconfiguram e ressignificam contextos em diferentes sentidos de leituras. Percebemos ainda que em tais leituras os sujeitos sociais têm olhares diferentes, revelando assim posicionamentos políticos e ideológicos. Nesse sentido, o espaço do jornal é em si um “palco” de disputas onde não simplesmente ideias são debatidas e contrapostas, mas também demarcam posicionamentos de diferentes interesses.

Se por um lado os artigos dos jornais foram um meio rico de questões apresentadas sobre a região Amazônia, por outro, a complexidade em que essas mesmas questões estão inseridas nos mostrou a necessidade de um olhar mais demorado. Em face de muitos sentidos que a linguagem agrega também apontou como um aspecto importante da pesquisa fazer uma leitura de algumas ausências. Ou, como nos confere a interpretação hermenêutica, ler nas entrelinhas dos textos os discursos que neles se concretizavam como expressões da linguagem.

O olhar sociológico pelas teorias hermenêuticas buscou realizar uma leitura de compreensão crítica, na medida em que um fazer sociológico foi sendo construído pelas trilhas da hermenêutica. Esse encontro nos possibilitou uma interpretação ampla da região amazônica de modo que esperamos ter realizado uma contribuição significativa para a produção de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais e para novos modos de análise sobre a região amazônica.

Perceber, portanto, a Amazônia nesse contexto amplo e de tensões é afirmar que a emergência de novos paradigmas busque um olhar de dentro para fora e de dentro para dentro da complexidade amazônica, mais próximos de uma realidade que, na verdade,

revela a evidência de muitas Amazôniaas. De Amazôniaas que continuam a desafiar nosso pensamento em busca de seus desvendamentos e possíveis traduções, pelos muitos caminhos diante de nós.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio Weber. Império dos Sentidos: Critérios e resultados na *Folha de S. Paulo*. Revista Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, nº 31 – outubro de 1991.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMARAL, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. *Período Clássico da Hermenêutica Filosófica na Alemanha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BUENO, Francisco da Silveira. Dicionário etimológico. São Paulo: Didática Paulista, 1963.

CARVALHO, Edgar de Assis. *Enigmas da Cultura*. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época), 2003.

CARVALHO, Luiz. *Amazônia: espectros de globalização*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FABBRI, Cleber Sebastião. O Estado de São Paulo. In: QUEIROZ, Adolpho e OLIVEIRA, Dennis de (org.). *Jornais centenários de São Paulo*. Piracicaba, SP: Editora Degaspari, 2002.

FRANCHETO, Bruna e LEITE, Yonne. *Origens da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FREITAS, Marcílio. *Amazônia e Desenvolvimento Sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer*. (Com a colaboração de Walter Esteves de Castro Júnior). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. *O caráter oculto da saúde*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. *Hermenêutica em retrospectiva*. V. I – Heidegger em retrospectiva. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a.

_____. *Hermenêutica em retrospectiva*. V. II – A virada Hermenêutica. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b.

_____. *Verdade e Método II*. Tradução de Enio Paulo Giachini; Revisão de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Verdade e Método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer; Revisão de Enio Paulo Giachini. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *A lógica das ciências sociais*. Tradução de Marco Antonio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IÑIGUEZ, Lupicínio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: _____ (coord.) *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LIPIETZ, Alain. Cercando os Bens Comuns Globais: Negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito Norte/Sul. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP: UFPA – NAEA, 1997.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PINTO, Renan Freitas. *Viagem das Idéias*. Manaus: Editora Valer/ Prefeitura de Manaus, 2006.

_____. As representações científicas da Amazônia: o lugar das etnociências. In: FREITAS, Marcílio de (coord.). *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*. V. 1. Manaus: EDUA, 2005.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RUFINO, Eliakim. O Sonho do Xamã. In: MELLO, Thiago (org.) *A Poesia se encontra na floresta*. Tradução: Thiago de Mello. Manaus: Editora Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2001.

SANTOS, Luiz Fernando Souza. Amazônia: das idéias de paraíso às idéias de Ecossistema. In: BASTOS, Elide Rugai e PINTO, Renan Freitas (org.) *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SILVA, Marilene C. da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/UniNorte, 2004.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2009.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. *Conhecendo análise de discurso – Linguagem, Sociedade e Ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

Sítios dos jornais:

≤<http://www1.folha.uol.com.br>≥

≤www.estadao.com.br/busca/amazonia≥

≤www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia50htm≥

Visitados em diferentes datas durante os anos de 2009 e 2010.

Artigos dos jornais

ALMEIDA, Roberto. Estadão. Online. Expedição busca tribo desconhecida de índios na Amazônia. Dez. 2009.

ANDRADE, Maristela de Paula. São intransigentes os quilombolas? In: Folha de São Paulo. Tendências e Debates, A3, fev. 2009.

ANGELO, Cláudio e MAGALHÃES, João Carlos. Floresta volta em 20% da área derrubada. Folha de São Paulo. Ciência, A19, ago. 2009.

_____. Governo vai rever plano de Marina para Amazônia. Poder, A4, out. 2010.

_____. Desmatamento pode ter queda histórica. Folha de São Paulo. Ciência, A16, set. 2010.

_____. Floresta alugada começa a dar madeira. Ciência, A15, out. 2010.

_____. Foguete ucraniano custará R\$ 1 bi ao Brasil. Folha de São Paulo. Ciência, A26, set. 2010.

_____. Folha Online. Governo brasileiro propõe "meta" contra desmate em Bali. Dez. 2007.

_____. Governo e ONG divergem sobre desmate. Folha de São Paulo, Ciência, A16, ago. 2010.

_____. Governo vai rever plano de Marina para Amazônia. Folha de São Paulo. Poder, A4, out. 2010.

_____. Perda de florestas cai 19% em uma década. Folha de São Paulo. Ciência, A17, mar. 2010.

_____. Proteger floresta no Brasil faz bem para a agricultura dos EUA. Folha de São Paulo. Ciência, A16, jun. 2010.

_____. Usinas alagarão áreas protegidas no Pará. In: Folha de São Paulo. Ciência, A20, maio. 2010.

BÄCHTOLD, Felipe. Mineradora vende fósseis da floresta de pedra de TO. Folha de São Paulo. Ciência, A18, abr. 2010.

BACOCINA, Denize. Folha Online. Parar o desmatamento não salva Amazônia, dizem cientistas. Dez. 2007.

BALAZINA, Afra. Pesquisadores querem proteção especial ao ipê. Folha de São Paulo. Ciência, A9, jan. 2009.

_____. Estadão. Online. Desmate na Amazônia tem tendência de Alta, diz ONG. Dez. 2010.

BRASIL, Kátia. Chefe militar da Amazônia diz que bases 'preocupam'. Folha de São Paulo. Mundo, A14, ago. 2009.

_____. Garimpo clandestino devasta floresta no sul do Amazonas. Folha de São Paulo. Poder, A4, out. 2010.

CERQUEIRA LEITE, Rogério Cezar de. Belo Monte, a floresta e a árvores. In: Folha de São Paulo. Tendências e Debates, A3, maio. 2010.

CORRÊA, Hudson. Índios do TO não poderão arrendar terra. Folha de São Paulo. Ciência. A13, jun. 2010.

COSTA, Breno. Amazônia é vulnerável com ou sem índio, diz professora. Folha Online. Dez. 2008.

DANTAS, Fernando. Estadão. Online. Fontes de riqueza As indústrias de Manaus e as minas do Pará movem a economia da Amazônia. Set. 2008.

DUTRA, Nancy. Relator quer estadualizar proteção às florestas. Folha de São Paulo. Ciência, A18, jun. 2010.

ESCOBAR, Herton. Estadão. Online. Tragédia: já destruímos 17%. Nov. 2007.

_____. Pesquisador, uma espécie rara. Rara e ameaçada de extinção: há apenas 1.500 doutores em atividade, metade deles perto da aposentaria. Estadão. Online. Dez. 2007.

ESTADÃO. Online. Ainda há tempo? Exótica e esplendorosa, mas tratada com ambigüidade e distanciamento, a Amazônia pode ser salva, mas antes é preciso conhecê-la. Nov. 2007.

_____. Online. Entenda a disputa em torno da Raposa Serra do Sol. Dez. 2008.

_____. Online. Índios peruanos acusam García violar declaração da ONU. Mai. 2009.

_____. Online. Inpe: degradação na Amazônia supera desmatamento. Ago. 2009.

_____. Online. Seca é uma grande ameaça à Amazônia, aponta estudo da WWF. Nov. 2009.

FALEIROS, Gustavo. Clima pode comprometer 85% da mata amazônica. Folha de São Paulo. Ciência, A16, mar. 2009.

FOLHA de São Paulo. Colômbia quer gestão de Madri em divisa. Mundo, A12, nov. 2009.

_____. Diretor do INPE critica carbono de floresta. Ciência, A18, jul. 2009.

_____. Editoriais. O preço de Belo Monte. A2, abr. 2010.

_____. Expansão terá de retirar quilombolas, diz coronel. Folha de São Paulo. Ciência, A26, set. 2010.

FORMENTI, Lígia. Estadão. Online. Desmatamento na Amazônia cresce 29%. Abr. 2010.

GARCIA, Rafael. Diversidade da Calha Norte surpreende biólogos no PA. Folha de São Paulo. Ciência, A26, nov. 2008.

_____. Economia em crise derrubou desmate. Folha de São Paulo. Ciência, A20, maio. 2010.

GERAQUE, Eduardo. Amazônia polui mais com uma área desmatada igual. Folha de São Paulo. Ciência, A19, set. 2009.

GODOY, Roberto. Estadão. Online. Na área da defesa, o Sistema de Vigilância, Sivam, funciona. Mas os serviços civis apresentam problemas. Set. 2008.

JÚNIOR, Cirilo. Folha Online. BNDES concede R\$ 2,4 bi para construção de gasoduto na Amazônia. Dez. 2007.

LEITE, Marcelo. STF vota em junho ação sobre quilombo. Folha de São Paulo. Poder, A12, maio. 2010.

LOPES, Reinaldo e ANGELO, Cláudio. Aquecimento pode estar por trás de secas no Brasil. Folha de São Paulo. Ciência, A18, ago. 2010.

LOPES, Reinaldo José. Agricultura amazônica pode chegar a 8.000 anos. Folha de São Paulo. Ciência, A22, out. 2010.

_____. Fogo pode anular queda de emissões por desmate. Folha de São Paulo. Ciência, A16, jun. 2010.

_____. IBAMA admite extinções em Belo Monte. Folha de São Paulo. Ciência, A23, maio. 2010.

_____. Produção madeireira diminui 50% em dez anos na Amazônia. Folha de São Paulo. Ciência, A20, jun. 2010.

MAGALHÃES, João Carlos. Começa o processo de reabertura de Serra Pelada. In: Folha de São Paulo. Brasil, A12, set. 2009.

_____. Eletronorte tenta cooptar índios do Pará. In: Folha de São Paulo. Poder, A12, set. 2010.

_____. Índios fazem pressão para acelerar ação de retirada na Raposa. Folha de São Paulo. Brasil, A15, maio. 2009.

_____. Índios ganharão para preservar floresta. Folha de São Paulo. Ciência, A15, maio. 2009.

_____. Pará lança edital para uso de florestas. Folha de São Paulo. Poder, A9, out. 2010.

MAISONNAVE, Fabiano. Bolívia realoca brasileiros com ajuda do Brasil. Folha de São Paulo. Mundo, A16, ago. 2009.

MARCHI, Carlo. Sólidas alianças. Nem FUNAI, nem Igreja: parceiras hoje são as ONGs. Estadão. Online. Nov. 2008.

_____. Pobres bilionários de terras. Donos de 13% do Brasil, índios mal têm o que comer. Estadão. Online. Nov. 2007

MARCONDES, Flávia. Sistema de laser vai fazer mapeamento 'fino' da Amazônia. Folha de São Paulo. Ciência, A17, maio. 2010.

MARREIRO, Flávia. Projeto da Eletrobrás entra na pauta do Peru com indígenas. In: Folha de São Paulo. Mundo, A11, jun. 2009.

MEDEIROS, Hermes Fonsêca. Fatos sobre Belo Monte. In: Folha de São Paulo. Tendências e Debates, A3, jun. 2010.

MELLO, Patrícia Campos e Chade, Jamil. Estadão. Online. A cobiça do mundo. Para os ecologistas, a Amazônia é problema global; para Brasília, é coisa nossa. Nov. 2007.

MIOTO, Ricardo. Manter florestas não deixará o país menos competitivo, diz ONG. Folha de São Paulo. Ciência, A18, jul. 2010.

_____. RO troca madeireiro de 'faroeste' por engenheiro. Folha de São Paulo. Ciência, A23, nov. 2010.

MIRANDA, Giuliana. Amazônia ganha 1 espécie a cada 3 dias. Folha de São Paulo. Ciência, A13, out. 2010.

MONTEIRO, Tânia e ARRUDA, Roldão. Estadão. Online. Zona de conflito. Cem mil hectares de plantação têm de desaparecer: agora é terra de índio. Os militares estão preocupados. Nov. 2007.

MURTA, Andrea. Americano aceita devolver sangue de índio ianomâmi. Folha de São Paulo. Ciência, A22, maio. 2010.

NINNI, Karina. Estado que desmatou mais deve ganhar menos. Estadão. Online. Dez. 2009.

PAULINELLI, Alysso e Licio, Antonio. Mudanças climáticas e agricultura. Estadão. Online. Dez. 2009.

RIGHETTI, Sabine. MT tem última 'queimada científica'. Folha de São Paulo. Ciência, A17, ago. 2010.

ROMEU, Gabriela. 40 anos após contato, suruís lutam para resgatar cultura. Folha de São Paulo. Brasil, A10, set. 2009.

SALOMON, Marta. Desmatamento da Amazônia é o menor já visto, diz governo. Folha de São Paulo. Brasil, A4, set. 2009.

_____. Folha Online. Brasil inflou dado de emissão de CO2 para 2020, sugere estudo. Nov. 2009.

_____. Folha Online. Governo federal estuda doar 4% da Amazônia a posseiros. Set. 2009.

_____. Ritmo de desmate do cerrado é duas vezes o da Amazônia. Folha de São Paulo, Brasil, A9, set. 2009.

SCOLESE, Eduardo. Desmate melhora economia, mas não eleva índices sociais. Folha de São Paulo. Brasil, A4, nov. 2009.

_____. Governo anuncia o menor desmatamento da história. Folha de São Paulo. Brasil, A4, nov. 2009.